

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das
grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**

MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES

**Dissertação de Mestrado em Geografia Humana
orientada pelo Prof. Ariovaldo U. de Oliveira**

São Paulo / maio de 1994

RESUMO:

O presente trabalho consiste na análise de um segmento do campesinato sertanejo situado nos Cariris Velhos, porção central da Paraíba. Buscou-se compreender as principais relações sociais em que esses **camponeses** baseiam a sua existência e como se dá a sua reprodução a partir do estudo de seu **modo de vida e territorialidade**.

As trajetórias do grupo são marcadas por lutas e experiências particulares, mas também por aquelas que são comuns ao campesinato dos **Sertões Nordestinos** em geral, ao longo de sua história. Durante muito tempo eles viveram afastados da vida sócio-econômica mais ativa do litoral e recentemente a sua integração passa a se dar em vários níveis. Seu **modo de vida** é hoje marcado pela dialética de separação/ integração em relação à sociedade global, o que, entre outros aspectos, decorre da prática do êxodo rural e das particularidades de sua frágil, embora crescente, relação com mercado.

Esse campesinato se apresenta socialmente diferenciado, mas possui uma série de traços específicos que lhes conferem unidade. Tratam-se de camponeses proprietários de terra, cuja origem está relacionada, em grande parte, a famílias de fazendeiros que tiveram as suas propriedades parceladas à medida que empobreceram. Eles constituem comunidades e possuem regras específicas de sociabilidade, dentre elas, normas de uso e apropriação da terra que definem o seu **território**. O sistema produtivo predominante é formado pela agricultura de subsistência (o roçado) aliada a uma produção comercial (o alho e/ou a pecuária) e, frequentemente, também inclui atividades não agrícolas como o artesanato ou o trabalho acessório.

A reprodução do grupo e a manutenção de suas tradições no seio da sociedade capitalista é fruto de uma intensa e constante luta de resistência, através da qual ele procura assegurar a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, é também resultado de uma série de ações do poder dominante no sentido de controlar os diversos segmentos da sociedade com base em suas necessidades de reprodução e legitimação.

AGRADEÇO:

Aos camponeses de Ribeira. Em particular à Julieta Duarte, líder comunitária e grande figura humana, que me acolheu e me alojou em sua casa as vezes que foram necessárias. Julieta foi peça-chave na realização deste trabalho pelas entrevistas fundamentais que concedeu e por tudo o que com ela aprendi através de nosso convívio.

Ao prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que me acompanhou desde os primeiros passos de aventura paulistana, não somente como orientador, mas também como amigo.

Ao prof. José Grabois, que me apresentou a realidade agrária dos Sertões Nordestinos e com quem tanto aprendi.

Aos amigos e geógrafos Mauro José da Silva e Erickson Viana, pelo apoio dado ao longo do trabalho, principalmente quando me acompanharam em fases da pesquisa de campo.

Aos professores com quem realizei cursos durante o mestrado: Maria Regina Cunha de Toledo Sader, Iraci Gomes de V. Palheta, Margarida Maria Moura, Heinz Dieter Heidemann, Armen Mamigonian e Renato da Silva Queiroz.

A Ghislaine Duqué, prof. do Mestrado em Sociologia Rural da UFPB-Campina Grande e conhecedora da realidade estudada, que me facilitou o acesso a trabalhos sobre Ribeira.

À CAPES que me concedeu bolsa de mestrado.

Às diversas pessoas e instituições que contribuíram de diferentes maneiras para a realização deste trabalho.

Aos familiares e amigos pelo carinho e dedicação que tanto me confortaram nos momentos difíceis desta caminhada.

Em especial a Johnny, com quem divido minha vida e meus sonhos desde 1988.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
Modo de vida camponês, sociedade capitalista e territorialidades	3
O uso da noção de gênero de vida na geografia	11
IA PARTE: OS SERTÕES NORDESTINOS DE SUA OCUPAÇÃO AOS DIAS DE HOJE	
DE HOJE	21
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA ECONÔMICA	22
1.1- A ocupação dos Sertões	22
1.2- A expansão da cultura algodoeira	26
1.3- Pecuarização e agricultura intensiva: duas faces de uma mesma moeda	28
CAPÍTULO 2: DINÂMICA SOCIAL, POLÍTICA E ESPACIAL	32
2.1- Homens livres em terras livres	32
2.2- O início do cercamento das terras: transição e conflitos	38
2.3- Terras cercadas: latifúndio x minifúndio	41
IIª PARTE: O CAMPESINATO DE RIBEIRA	46
CAPÍTULO 3: A HISTÓRIA DE RIBEIRA	49
3.1- O tempo das grandes fazendas	49
3.2- A afirmação de um novo modo de vida em Ribeira	53
3.2.1- O empobrecimento dos produtores	53
3.2.2- A cultura do alho: um fôlego a mais	58

CAPÍTULO 4: O MODO DE VIDA CAMPONÊS SERTANEJO NO TEMPO DAS GRANDES FAZENDAS	71
4.1- A estrutura social da fazenda: vaqueiros e agregados	71
4.2- Uso da terra e sistema agrícola	76
CAPÍTULO 5: O MODO DE VIDA CAMPONÊS SERTANEJO NOS DIAS DE HOJE	81
5.1- A territorialidade do grupo	81
5.1.1- O povoado e o sítio	81
5.1.2- A apropriação da terra	88
5.2- A unidade de produção	93
5.2.1- O sistema agrícola	96
5.2.2- Organização da produção e diferenciação social	108
IIIª PARTE: CONCLUSÃO	117
BIBLIOGRAFIA	125

APRESENTAÇÃO

Este estudo refere-se a um segmento do campesinato brasileiro que vive nos Sertões Nordestinos (¹), seu modo de vida e territorialidade.

São camponeses sertanejos, ou seja, partilham uma existência marcada pela pecuária, o coronel, a seca etc. Mas não se autodefinem como sertanejos, são caririzeiros. (²)

Sertanejo é quem é do Sertão, da Serra do Teixeira pra cima.

Não sou sertanejo, sou caririzeiro, somos sertanejos para o povo do Brejo. (depoimento de um camponês da área)

O grupo estudado vive no distrito de Ribeira, município de Cabaceiras-PB, que se localiza nos Cariris Velhos (³), uma das regiões mais secas dos Sertões Nordestinos. (ver cartograma I)

Nosso primeiro contato com os camponeses de Ribeira ocorreu no início de 1986, quando participávamos de uma pesquisa sobre os sistemas agrícolas intensivos no Cariri Paraibano, coordenada pelo prof. José Grabois. A pesquisa baseou-se num minucioso trabalho de campo realizado ao longo de sete etapas e foi concluída em 1988. Neste ano, ingressamos no curso de pós-graduação em geografia humana desta universidade com o propósito de, sob a orientação do prof. Ariovaldo U. de Oliveira, aprofundarmos algumas questões surgidas ao longo desta experiência.

Voltamos à área por mais três vezes entre os anos de 1990 e 1991. A redação desta dissertação teve início ainda em 1991 mas foi interrompida quando nos mudamos para Paris no segundo semestre. Lá participamos de um curso de especialização em desenvolvimento agrícola oferecido pelo IEDES, instituto vinculado à Universidade de Paris I.

O trabalho de redação foi retomado no início de 1993, quando retornamos ao país. Novas leituras e experiências levaram-nos a reformular boa parte do que já havia sido escrito. Somente em maio de 1994 foi alcançada a conclusão deste trabalho.

¹- O nome Sertão pode ser utilizado de forma genérica para referir-se ao conjunto das terras semi-áridas do nordeste brasileiro. Preferimos a expressão Sertões, mais fiel à diversidade de aspectos naturais e econômicos aí encontrados.

²- Na Paraíba, é chamada de Sertão apenas a porção mais ocidental do estado, área da bacia do Espinharas. Porém, como já mencionamos, a expressão também aplica-se a todo o semi-árido, sobretudo quando quem fala é alguém situado nas áreas mais úmidas.

³- Depressão interior do planalto da Borborema, porção centro-sul do estado.

O texto está dividido em três partes além da introdução. A introdução trata dos pressupostos teóricos em que se baseia este trabalho e desenvolve uma breve avaliação sobre o uso da noção de gênero de vida entre os geógrafos, propondo a sua utilização segundo uma nova perspectiva metodológica.

Na primeira parte, composta por dois capítulos, é feita a contextualização histórica do tema estudado. Nestes capítulos é apresentado um quadro geral da história econômica, social, política e espacial dos Sertões Nordestinos, marcada por três grandes períodos: o de sua ocupação com a atividade pecuária, o de expansão da cultura algodoeira e o de revalorização da atividade pecuária.

A segunda parte do trabalho corresponde a um estudo monográfico do campesinato de Ribeira e é constituída pelos terceiro, quarto e quinto capítulos.

O terceiro capítulo trata da história específica do grupo pesquisado, de suas origens aos dias de atuais. Ela foi dividida em duas fases: o tempo das grandes fazendas e o tempo do campesinato parcelar. Esse capítulo dá atenção especial aos eventos ocorridos na segunda metade do séc. XX, período em que o grupo é atingido por intensas transformações.

No quarto capítulo, apesar da limitação dos dados disponíveis, procurou-se caracterizar o modo de vida camponês sertanejo existente na área estudada à época das grandes fazendas.

Finalmente, o quinto capítulo apresenta o modo de vida camponês em Ribeira nos dias de hoje. Tanto neste capítulo como no anterior, a organização da produção e as práticas espaciais do grupo receberam tratamento privilegiado.

A terceira parte corresponde à conclusão. Partindo da caracterização do modo de vida camponês em cada uma das duas fases de sua história local, procurou-se identificar como ele utiliza a terra em seus diferentes momentos, na construção do espaço social, na manifestação de sua territorialidade e definição de um território próprio.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objetivo de compreender como se origina e é firmado o modo de vida camponês sertanejo, a forma como o campesinato de Ribeira realiza a reprodução deste modo de vida e sua expressão espacial. Acredita-se na possibilidade de se contribuir através deste esforço para o estudo da sociedade capitalista e de seu território em sua diversidade e conflitos.

A introdução apresenta-se dividida em duas partes: a primeira apresenta os pressupostos teóricos em que se baseia este trabalho e a segunda corresponde a uma breve avaliação sobre o uso da noção de gênero de vida pelos geógrafos.

Modo de vida camponês, sociedade capitalista e territorialidades

O campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. A classe camponesa é aqui definida a partir de seu *modo de vida* ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾.

O emprego da noção de modo de vida na geografia não é um fato novo. A sua divulgação a partir da geografia regional de origem francesa data do início do século ⁽⁶⁾. Foram realçados os seus aspectos estáveis e a dinâmica social não recebeu o tratamento adequado. Deu-se grande ênfase à análise das técnicas enquanto fator privilegiado para explicar a construção das paisagens.

No presente trabalho, o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrentes de sua história,

⁴- Também denominado gênero de vida, modo de existência, estilo de vida etc.

⁵- Essa conceituação do campesinato é adotada por autores como MARTINS, MOURA, OLIVEIRA, entre outros, inspirados nos trabalhos SHANIN, que por sua vez recupera as contribuições de CHAYANOV.

⁶- VIDAL DE LA BLACHE foi quem primeiro utilizou esta noção no âmbito da geografia, dando origem a toda uma escola de pensamento. A história do uso dessa noção entre os geógrafos será tratada no capítulo um.

da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social. Corresponde à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida.

*O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado **modo de vida** dos mesmos. (MARX, 1987, p. 27)*

O modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas. Tais relações se apóiam num sistema de valores que lhes dá sentido.

O acesso à terra é condição fundamental para a existência do modo de vida camponês. É pelo acesso direto às suas condições de trabalho que o camponês pode assegurar o seu modo particular de organização da produção, baseado na mão-de-obra familiar e que visa em primeiro lugar a reprodução do grupo doméstico.

O campesinato possui um modo de vida tradicional, o que não é a mesma coisa de afirmar que ele seja imutável. A tradição é alvo de uma constante recriação.

Pode-se encontrar variações regionais de um modo de vida, sobretudo nos casos em que a sua existência está mais estreitamente relacionada a influências locais. O maior ou menor contato com outras realidades sociais também implica diferentes contribuições para a constituição de tais variações.

O modo de vida camponês revela diferenças bem marcadas entre as regiões brasileiras e de acordo com as condições sócio-econômicas em que se inserem.

O campesinato estudado apresenta o modo de vida camponês sertanejo, marcado, entre outras coisas, pela trajetória do retirante. A condição de migrante abre para este

camponês a possibilidade da vivência de uma multiplicidade de situações. À precariedade de suas condições de existência contrapõem-se uma extrema flexibilidade e uma visão de mundo marcada pelas experiências na cidade grande, o contato com outros modos de vida e as contradições daí decorrentes.

A dialética de separação/integração vivida pelos camponeses de Ribeira em relação ao mundo urbano guarda semelhanças com o que se passa com o campesinato em outros pontos do Brasil e do mundo. Contudo, ela parece ser aqui bastante evidente pelas repetidas idas e vindas do migrante.

O modo de produção capitalista não é um sistema fechado, acabado e coerente como defendem os estruturalistas. É um sistema em formação. Ele é constituído por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas e marcado pela presença de contradições que explicam o seu contínuo movimento e transformação.

O modo de produção se define à medida que afirma sua capacidade de reprodução de suas relações de produção. É este processo que lhe dá existência, é no movimento de sua reprodução que se dá a sua formação e concretização.

Sob o capital monopolista as leis econômicas e sociais que regulavam o capital concorrencial perderam o aspecto natural e espontâneo descrito por Marx e tornaram-se cada vez mais constringedoras. Às médias sociais (preços, taxa média de lucro etc) resultantes das relações sociais de produção e que garantiam a regulação interna do econômico, sucede a ação estratégica. Mas a reprodução das relações de produção implica a amplificação e o aprofundamento das contradições que lhes são inerentes.

A reprodução das relações de produção é assegurada pela estratégia global ⁽⁷⁾ desenvolvida a partir do poder instituído, cujo representante máximo é o Estado. A

⁷- Entende-se estratégia, nos termos sugeridos por LEFEBVRE (1977), como o resultado do encadeamento de acasos e de necessidades particulares, do confronto entre forças diversas e desiguais, repartidas em campos opostos. Não se trata de uma ação premeditada e controlada pelos atores em todos os seus desdobramentos, mesmo que a concepção da ação se eleve ao nível estratégico (articulação da prática e da teoria). Os objetivos, interesses, vontades, representações das diversas frações empenhadas na luta, concepções dos dirigentes, tudo isso desempenha o seu papel. Porém, a visão da unidade resultante dessas relações é inacessível enquanto tal a cada um dos participantes tomados separadamente. A estratégia global só aparece *a posteriori* como encadeamento dos riscos e das partidas perdidas ou ganhas, como sequência de acontecimentos, de vitórias e derrotas.

estratégia global busca constituir um sistema coerente e coeso frente ao caos das contradições sociais por meio de mecanismos reguladores que se aplicam ao cotidiano⁽⁸⁾, substância da sociedade moderna⁽⁹⁾, e não apenas ao econômico em geral.

Juntamente com toda a sociedade, a totalidade do espaço se transforma em lugar da reprodução. Reduzido a um meio homogêneo mas setorizado e fragmentado, o espaço torna-se a sede do poder e o seu conteúdo passa a dar sustentação à estratégia global.

O processo geral de produção é constituído pelos processos imediato de produção, de circulação e de distribuição. A produção camponesa é uma forma de produção imediata baseada em relações não-capitalistas.

A sociedade moderna é constituída por uma multiplicidade de relações datadas. Cada segmento social ou aspecto desta realidade possui sua própria temporalidade e seu próprio ritmo de movimento. Esta pluralidade de tempos históricos implica o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.

O modo de produção capitalista avança transformando elementos formais e conteúdos de práticas sociais que o antecederam à medida que as incorpora ao seu universo. Mesmo sob uma tendência homogeneizadora ocorre a recriação da diferença numa perspectiva de complementação e antagonismo. Tal fato explicaria a existência de diferentes *modos de vida* no seio da sociedade capitalista.

A reprodução de diferentes modos de vida no interior do modo de produção capitalista resulta do mesmo processo que assegura a reprodução das relações de produção capitalistas. A reprodução das relações que caracterizam tais formas de organização da vida social depende de um jogo de forças onde se inserem as ações do grupo considerado e dos grupos com os quais este se relaciona.

⁸- Corresponde à primeira esfera de significados, momento composto por momentos onde se expressam necessidades, trabalhos parcelares e determinismos diversos. (LEFEBVRE, 1977)

⁹- Por uma questão de simplificação, porém sem prejuízo para os objetivos deste trabalho, as expressões sociedade capitalista, sociedade moderna e sociedade urbano-industrial são empregadas como sinônimas a despeito das diferenças que possam comportar.

O modo de vida camponês é fundado em relações sociais não-capitalistas. Face ao movimento de globalização da sociedade urbano-industrial, o campesinato dispõe de poucas possibilidades de afirmação de suas tradições. Sua reprodução ocorre de forma conflituosa, o que implica a sua maior ou menor adaptação/integração à sociedade global segundo cada caso observado.

O campesinato tem a sua história marcada pela resistência. A sua reprodução subentende o recurso a uma diversidade de ações e adaptações para fazer face às imposições da sociedade capitalista que ora impedem, ora limitam a recriação de suas condições de produção, ora a submetem a um novo patamar de reprodução com base na sua maior integração e dependência.

É a partir da análise da reprodução das relações de produção capitalistas que se compreende a importância e o significado do espaço na sociedade urbano-industrial. Por outro lado, o espaço também é um elemento central na reprodução do modo de vida camponês.

O espaço ⁽¹⁰⁾ apresenta duas faces: uma material, plano da expressão, constituída por superfícies, distâncias e propriedades e outra relacional, plano do conteúdo, constituída pelo plano da expressão reorganizado segundo os atores sociais e com significados por eles atribuídos. (RAFFESTIN, 1993, p. 48)

O espaço relacional pode ser representado de diferentes maneiras segundo o seu conteúdo. São elas: o espaço social, o espaço instrumental e o espaço unido-desunido. O espaço social é produto da objetivação do social e seu conhecimento não pode prescindir da descrição. O espaço instrumento é um meio a serviço de uma estratégia pensada e projetada, ele é um instrumento político intencionalmente manipulado. O espaço unido-desunido ou homogêneo-fragmentado é também alvo de estratégias mas ele é mais do que o espaço instrumental. O espaço unido-desunido é, juntamente com

¹⁰ - Assim como em RAFFESTIN - 1993 (p. 143), neste trabalho também não se discutirá se o termo espaço refere-se a uma noção ou a um conceito.

toda a sociedade, o lugar privilegiado da reprodução das relações de produção na sociedade moderna. (LEFEBVRE, 1976 e 1977)

A produção, dadas todas as relações que a envolvem, se inscreve num campo de poder. O processo de produção implica a apropriação da terra enquanto meio de produção. Ao se apossar de uma determinada parcela a sociedade ou segmento social estabelece a sua área de influência. Caso haja competição pela terra ou pelos recursos nela encontrados, faz-se necessária a delimitação e o controle deste espaço, que, então, se constituirá num território.

A extensão de um território depende da abrangência do poder que o determina. Há poderes que podem intervir em várias escalas e aqueles que estão limitados a escalas dadas. Por outro lado, a área de um território nem sempre é a sede de um soberania fixada de forma rígida, onde se verifica o exercício efetivo de um poder. O território também pode englobar a área de capacidade de um poder cuja influência apareça relativizada, determinando limites zonais. (RAFFESTIN, 1993, p. 154)

Será chamado de territorialidade o conjunto de relações associadas à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem (SOJA apud RAFFESTIN, 1993, p. 159). A territorialidade corresponde a um estratégia que visa afetar, influenciar ou controlar ações e interações (de pessoas, coisas e relações), delimitando e tentando impor o controle sobre uma área geográfica específica (SACK, 1986, p. 9). A territorialidade varia de intensidade segundo a situação.

Há diferentes maneiras de se determinar a territorialidade, seja por meio de regras sociais como os direitos legais e as normas culturais referentes ao uso da terra ou simplesmente pelo emprego do poder e da força bruta. Os direitos de propriedade da terra constituem uma forma explícita e permanente de distinção dos lugares. É uma manifestação de territorialidade que aparece como essencial, geral e neutra nas diferentes sociedades.

A territorialidade se interpõe às relações dos homens com o espaço e com outros homens. Ela corresponde a um uso do espaço socialmente construído e depende de quem controla quem e por quê. As sociedades que possuem diferenças sociais institucionalizadas empregam a territorialidade de maneira diferente daquelas que não as têm.

A territorialidade capitalista geralmente resulta da imposição de leis, normas e valores sociais de suas classes dominantes, sobretudo da imposição do valor de troca e da mercadoria.

Os direitos de propriedade da terra no capitalismo transformam o espaço em mercadoria. A propriedade privada da terra contribui para a reificação das relações sociais ocultando suas contradições e a estrutura de dominação que sustenta.

Por outro lado, ao transformar-se em mercadoria, a superfície da Terra passa a ser concebida como uma estrutura espacial na qual os eventos estão contingencialmente e temporariamente distribuídos ⁽¹¹⁾. O processo de acumulação e concentração do capital requer mudanças constantes e profundas e, geograficamente, isto significa relação fluida entre eventos e espaço. A territorialidade, então, torna-se a fôrma para ambos, preenchendo o espaço e definindo e mantendo um espaço vazio. (SACK, 1986, p. 48)

A territorialidade da sociedade moderna engloba todo o espaço e visa o domínio, o mais abrangente possível, do seu conteúdo com o objetivo de assegurar o enquadramento das práticas sociais cotidianas e, com isso, um controle social mais eficiente. A estratégia global determina o recorte e a ordenação do espaço segundo uma disposição significativa dos lugares. O território capitalista aparece fragmentado em unidades sub-territoriais como o espaço da produção agrícola, da produção industrial, da atividade comercial, da habitação, do lazer, da preservação da natureza etc. A estratégia global cria o território capitalista à medida que assegura a reprodução das relações de produção e este, por sua vez, passa a integrar a ação estratégica global como um elemento fundamental.

¹¹- Este fato também está relacionado com a mentalidade cientificista vigente desde o Renascimento e que concebe o espaço como uma estrutura métrico-abstrata possível de ser representada pelas coordenadas geográficas.

O esquema dinâmico do espaço homogêneo-fragmentado que caracteriza o território capitalista age como a fórmula trinitária da sociedade moderna exposta por Marx ⁽¹²⁾. Assim como ela, o espaço unido-desunido também constitui uma representação que influencia as práticas sociais.

A territorialidade da sociedade capitalista é global, porém a nível das práticas sociais cotidianas os seus diferentes segmentos sociais podem apresentar territorialidades conflitantes, recortando o território capitalista em unidades organizadas de forma diversa e contraditória.

Na sociedade capitalista são encontrados dois tipos de territorialidade que agem simultaneamente. O primeiro tipo ⁽¹³⁾ é a territorialidade suportada ou impositiva. Ela expressa a prevalência dos interesses de uma minoria detentora do poder sobre o conjunto da sociedade. O segundo é a territorialidade desejada ou socialmente definida ⁽¹⁴⁾. Esta última resulta da ação direta de um determinado segmento social sobre a área em que atua no sentido de otimizar o funcionamento de suas atividades. Enquanto no primeiro caso o território é imposto ao modo de vida do grupo ou dos grupos dominados, no segundo, o processo ocorre no sentido oposto, ou seja, o território é definido pelas práticas sociais dos atores imediatos.

Porém, muitas vezes, a diferença entre a territorialidade suportada e a desejada é muito sutil, é uma questão de gradação. A territorialidade impositiva nem sempre é sentida como tal, muito frequentemente ela aparece como neutra, o que legitima a sua aplicação. A estratégia global busca moldar toda a sociedade aos valores das classes dominantes, o que, no limite, pode alterar a própria territorialidade desejada das classes subalternas.

O modo de vida camponês apresenta uma territorialidade que se contrapõe à territorialidade global capitalista. O território camponês recorta o território capitalista e

¹²- Segundo Marx, a sociedade capitalista é composta por três elementos básicos: o capital, a propriedade privada da terra e o trabalho. Apesar de unidos no processo de produção, estes elementos aparecem separados e representados por diferentes classes sociais, o que reflete no processo de distribuição da riqueza. (Marx, 1988, livro III. seção 7, cap. 48)

¹³- É o que tem sido tratado até aqui.

a ele se integra de forma mais ou menos efetiva segundo o grau de adaptação apresentado pelo seu modo de vida em relação às normas e valores dominantes.

O uso da noção de gênero de vida na geografia

A noção de gênero de vida é tradicional no corpo do conhecimento geográfico. Ela teve o seu uso muito difundido no início do século a partir da geografia regional de origem francesa. Recentemente alguns geógrafos têm procurado reabilitá-la à luz de novas teorizações.

Não se trata de uma iniciativa isolada. Pelo contrário, ela surge de um diálogo produtivo com outros cientistas sociais preocupados com a análise da questão cultural como os antropólogos e os historiadores das mentalidades coletivas. Há uma redefinição do que se entende por social, que representa hoje, sobretudo, o cotidiano das pessoas, o que redimensiona o peso e o significado das relações sociais estruturais. Além dos aspectos políticos ou das condições materiais de vida das classes sociais, também são consideradas as suas práticas cotidianas, suas tradições, sua diferenciação interna, suas diferentes formas de relação com a natureza, seu pensamento e a internalização subjetiva de suas condições de existência. Busca-se, assim, compreender a heterogeneidade de formas culturais existentes sob o capitalismo e as formas de dominação e subordinação dos grupos sociais a ela relacionados. Neste sentido, este trabalho pretende ser mais uma contribuição para essa discussão.

Porém, antes de melhor situar as bases em que se apoiará a renovação da noção de gênero de vida aqui proposta, será apresentada uma breve avaliação do uso desta noção entre os geógrafos.

Quem primeiro trabalhou com essa noção entre os geógrafos foi o francês Paul VIDAL DE LA BLACHE (1843-1918). Ele adotou uma postura contingentista em contraposição ao pensamento naturalista predominante à sua época, relativizando a

¹⁴- Toda forma de territorialidade é socialmente definida como já foi visto anteriormente. O termo "socialmente" é empregado nessa expressão para enfatizar a identificação entre o território e o grupo social que aí produz a sua existência.

influência das condições naturais sobre os fatos sociais. (ver CAPEL, 1981) Desenvolveu uma abordagem idiográfica e preocupou-se com a apreensão sintética de uma realidade regional.

O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor -ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa à criação. (LA BLACHE, 1954, p.162)

Hábitos, disposições e preferências de cada grupo se exprimiriam num conjunto de objetos constituído pelos meios de sustento, vestimenta, habitação, além de instrumentos e armas. O maquinário da sociedade americana também seria um documento etnográfico, sinal característico de uma civilização. (LA BLACHE, s/d.)

Para VIDAL DE LA BLACHE, a força do hábito desempenha um grande papel na natureza social do homem. Hábitos organizados e sistemáticos imprimiriam marcas nos espíritos à medida que se impõem ao longo de gerações. O homem se encerra numa prisão por ele mesmo construída, limitando o avanço de invenções e iniciativas. Seus hábitos se tornam ritos, reforçados por crenças ou superstições que ele forja como apoio.

As *formas de civilização* constituem-se em tipos de gênero de vida geograficamente distribuídos a partir do grau de fixidez que atingem. As *formas de civilização* podem atingir grande extensão e numerosa população, mas grupos heterogêneos também se combinariam em uma única organização social para constituir um conjunto coordenado pela divisão do trabalho. Cada um dos elementos entra nesta composição tendo adotado um *modo de vida* particular: uns caçadores; outros, agricultores ou pastores etc. Ocorre entre eles uma cooperação pela solidariedade de necessidades. As associações humanas, do mesmo modo que as associações vegetais e

animais, compõem-se de elementos diversos submetidos à influência do meio: não se sabe que ventos o trouxeram, nem donde, nem em que época; mas coexistem numa mesma região que os marcou com seu cunho. O homem, como fator geográfico, é ao mesmo tempo ativo e passivo. (LA BLACHE, 1954, pp.34-36)

Os *gêneros de vida* podem apresentar uma evolução com transformações e mesmo ramificações em sub-gêneros. O modo de vida agrícola, por exemplo, pode evoluir de uma agricultura rudimentar até a agricultura industrializada.

A noção de *gênero de vida* ocupa um lugar central na reflexão de LA BLACHE. Ela responde pela diferenciação entre os grupos humanos e os lugares (LA BLACHE, 1954). O conjunto de hábitos e costumes forjados pelo homem em sua relação com o meio é considerado um fator geográfico.

Lucien FEBVRE (1878-1956), historiador, defende em sua obra "A terra e a evolução humana" as idéias de LA BLACHE. Para ele, a noção de gênero de vida é bastante rica, permitindo ao geógrafo a apreensão do fato humano em sua complexidade.

FEBVRE lembra as importantes contribuições de Eduard HAHN ⁽¹⁵⁾ à discussão, mas observa que este diferencia as sociedades a partir de tipos econômicos, ignorando a influência de outros aspectos sociais.

Um importante discípulo de Eduard HAHN foi WAIBEL (1888-1951), que realizou trabalhos no Brasil em fins dos anos 40. WAIBEL preocupou-se especificamente com a geografia da agricultura e procurou apreender as forças atuantes na diferenciação espacial desta atividade. Ele via a geografia da agricultura como parte integrante da geografia econômica.

Para WAIBEL, a paisagem representaria a organização e distribuição espacial das *formas de economia*. Estas determinariam a finalidade e os principais traços econômicos-sociais da atividade agrícola, englobando as noções de sistema agrícola e habitat. (WAIBEL, 1979)

¹⁵- Autor alemão do início do século que escreveu sobre a evolução das sociedades humanas a partir de seus tipos econômicos.

Contrariando FEBVRE, para quem o trabalho de LA BLACHE superava o de HAHN, as escolas que se formaram a partir dessas duas contribuições tornaram-se bastante próximas. Apesar de mais abrangente que a noção de *forma de economia*, a noção de *gênero de vida* foi empregada pelos geógrafos de modo empobrecedor.

Segundo Pierre MONBEIG, o geógrafo trouxe grandes esclarecimentos sobre as relações dos gêneros de vida com a natureza mas não se interrogou sobre as relações destes com as outras instituições sociais. (MONBEIG, 1949, p.1147)

As tradições francesa e alemã em geografia agrária têm no estudo da paisagem o foco fundamental de sua análise. Buscam a descrição da unidade espacial enquanto expressão material de uma dada unidade social e econômica. As noções de *gênero de vida* e de *forma de economia* são consideradas em sua íntima relação com a fisionomia das áreas agrícolas.

A maior diferença entre as posições de HAHN e LA BLACHE parece referir-se às suas posturas metodológicas. Enquanto em LA BLACHE a noção se aplica ao estudo do particular, sem buscar generalizações, para HAHN os tipos econômicos são aplicáveis a diversas situações e permitem uma teorização geral sobre a evolução das sociedades humanas. Apesar disso, encontramos com frequência entre os discípulos de LA BLACHE o emprego da noção num sentido de sistematização.

Max SORRE (1880-1962) define a noção de *gênero de vida* nos mesmos termos de seu mestre LA BLACHE, porém procura avançar em sua sistematização e dar conta dos problemas gerados pela sua utilização no estudo de sociedades modernas.

Para ele, o *modo de vida* constitui um conjunto mais ou menos coordenado de atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura a sua permanência em um determinado meio. Ou seja, um conjunto de *técnicas*: de vida em grupo (o que constitui o meio social), de energia, de produção e transformação da matéria-prima. Assim como FEBVRE, ele a considera uma noção rica por abranger a totalidade das atividades do grupo humano.

SORRE procura estudar os "fundamentos técnicos" dos complexos geográficos sem perder o contato com a dinâmica social. Os elementos do gênero de vida são inconcebíveis fora de uma sociedade organizada, fora de um dado meio social. O patrimônio psíquico formado pela linguagem, tradições e ritos imprime uma marca ao grupo social e é fator de sua conservação, enquanto os objetos, instrumentos e técnicas de trabalho são elementos de sua criação.

SORRE parte da Ecologia como método, ou seja, visa identificar como se dá o ajustamento e equilíbrio entre os grupos sociais e as condições do meio ⁽¹⁶⁾

A noção se aplica igualmente às formas mais complexas da atividade industrial e às formas arcaicas de vida. Contudo, sua utilização encontra algumas dificuldades quando se trata de *modos de existência* menos completos, mais especializados e mais independentes do meio físico, como os *modos de vida* de grupos que vivem da indústria no mundo contemporâneo. (SORRE, 1984, p.90)

Assim como LA BLACHE, ele defende que os *gêneros de vida* podem evoluir espontaneamente a partir de fatores internos e externos.

Os progressos dos instrumentos, o crescimento demográfico e o progresso de uma organização social que leva à divisão do trabalho conduzem a transformações no modo de existência do grupo. A diferenciação profissional e o desmembramento dos gêneros empobrecem as atividades do grupo, comprometendo sua autonomia. A totalidade das necessidades de cada grupo não é mais satisfeita no âmbito de sua coletividade. A própria noção de *gênero de vida* se transforma.

Os modos de vida também podem evoluir pela intervenção de influências externas como os contatos entre os povos. A circulação arrasta elementos de renovação dos gêneros de vida e funciona como um instrumento de uniformização do globo. Por outro lado a circulação faz surgir outros gêneros de vida ligados diretamente à sua existência. A cidade é a expressão concreta do gênero de vida urbano, dominado pela atividade da circulação.

¹⁶- Segundo este autor, os geógrafos que seguiram a tradição de LA BLACHE sempre trabalharam numa perspectiva ecológica, sem, no entanto, jamais utilizarem o termo. (SORRE, 1984, p.89)

Em lugar de se definir em relação aos elementos do meio físico e vivo, o gênero de vida passa a se definir em relação a um complexo geográfico, econômico e social. Ele muda de plano à medida que a atividade dos homens muda de dependência.

A cidade comporta diferentes gêneros de vida secundários expressos na especialização de certos bairros em relação ao nível de vida e à profissão de seus moradores. É sempre necessário voltar-se para a ocupação e para a marca que ela imprime no lugar.

No mundo moderno, dentre os elementos que compõem a noção de gênero de vida, o nível de vida aparece como o mais expressivo, caracterizando as classes sociais. A noção perde importância no plano geográfico enquanto ganha no plano social.

A identificação das diferentes formas de vida torna-se cada vez mais difícil por dois motivos: ou porque a aceleração das mudanças constrange a consolidação de complexos de hábitos, de sentimentos e de idéias, ou porque um véu de uniformidade mascara as diferenças. É tarefa do geógrafo desvendá-las. (SORRE, 1984, p.122)

BOBEK, influenciado por SORRE e WEBER, utiliza a noção de *gênero de vida* em sua geografia social. Para ele, os grupos sociais são identificáveis na paisagem e na sociedade a partir de seus modos de vida. Conforme o tipo de atividade, agrícola, industrial ou comercial, pode-se identificar em uma sociedade modos de vida primários, secundários e terciários respectivamente. (MAIER, 1987)

Segundo Manoel SEABRA, a abordagem ecológica naturaliza a sociedade humana ao ver o homem como mais um elemento da natureza, mesmo que considere que a expressão geográfica de uma sociedade se dá através de seu acervo cultural tecnológico - por meio do qual atua sobre a natureza.

SEABRA sugere o deslocamento do centro da análise geográfica da relação homem/natureza para as determinações que advêm da estrutura da sociedade sobre o espaço social. (1984, pp.9-17)

Ele admite que o poder explicativo da "geografia tradicional" é maior quando ela se volta para realidades "pré-capitalistas" ou para o mundo rural, onde as determinações dos elementos da natureza são mais significativas.

Apesar de baseado em motivos diferentes, GEORGE, assim como SEABRA, também considera um equívoco o uso indiscriminado desta noção tanto para o estudo de sociedades primitivas como de sociedades complexas. Para ele, a noção sofre uma mudança de conteúdo de uma sociedade para outra. No caso das sociedades primitivas há uma coincidência entre o modo de vida e uma forma de atividade específica, o que confere ao gênero de vida um maior poder explicativo.

Na sociedade industrial, o alto grau de especialização profissional causa a diferenciação entre atividade e produção geral, ainda que as diferentes atividades estejam relacionadas a um mesmo modo de produção. Uma vez que não abarca mais a totalidade econômico-social, o modo de vida perderia sua força, reduzindo-se a uma noção quase estritamente descritiva. (GEORGE, 1955, pp.63-72)

Porém, neste trabalho defende-se que a noção de modo de vida tem grande valia também para o estudo da sociedade moderna, apesar de se aplicar apenas à análise de segmentos desta sociedade e não de sua totalidade.

A maioria dos autores anteriormente citados adotou a noção de modo de vida com o objetivo de identificar tipos sociais correspondentes a totalidades sociais. Mesmo aqueles que, como SORRE, empregaram a noção no estudo de segmentos sociais integrantes de sociedades mais complexas não ultrapassaram a abordagem descritiva e classificatória mais preocupada com a caracterização e distinção de tipos que com as possíveis relações existentes entre eles.

O modo de vida é concebido como um sistema relativamente autônomo que expressa uma relação de equilíbrio entre o grupo social e o meio físico ou, na sociedade moderna, o complexo geográfico, econômico e social. A dinâmica social não recebe o tratamento devido e se restringe à repetição, pois são privilegiados seus elementos mais estáveis como os hábitos e a paisagem. A mudança, quando admitida, tem caráter evolutivo.

Por tudo isso, esse tratamento da noção de modo de vida dificulta sua utilização para a análise da sociedade moderna, uma sociedade complexa cuja dinâmica social é marcada pela constância e ritmo acelerado das mudanças.

Sabe-se que, nas sociedades em que a propriedade da terra e a agricultura são a base da ordem econômica, há um *modo de existência* que define uma atitude do grupo em relação à terra e antecede a própria atividade.

O indivíduo, aqui, nunca pode aparecer no completo isolamento do simples trabalhador livre. Tomando como pressuposto que lhe pertencem as condições objetivas de seu trabalho, deve-se também pressupor que o indivíduo pertença subjetivamente a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho. Reciprocamente, a existência efetiva da comunidade é determinada pela forma específica de sua propriedade (...) (MARX, 1986, p.78).

Com o incremento da divisão do trabalho dá-se o surgimento da propriedade privada.

Através da divisão do trabalho, já está dada desde o início a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e, com isso, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários; e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas da propriedade. (MARX, 1987, p.103)

Como pressuposto histórico do capital, ocorre a dissolução da unidade entre trabalhador e condições de produção fundada na apropriação direta. A partir daí o capital passa a intermediar as relações entre as condições objetivas de vida, agora "livres", e as igualmente libertas forças de trabalho. Os indivíduos aparecem independentes uns dos outros, mantendo-se unidos através da troca. (MARX, 1986, pp.105 e 106)

Assim, formam-se sob o modo de produção capitalista grupos distintos segundo as relações que estabelecem com os meios de produção. Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, constituem as três

classes básicas da sociedade baseada no modo de produção capitalista. (MARX, 1988, p. 297)

Cada classe, por sua vez, pode comportar internamente uma diversidade de segmentos sociais cuja reprodução baseia-se em práticas cotidianas específicas, constituindo diferentes modos de vida. O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições materiais de existência desempenham um importante papel.

A diferenciação entre os modos de vida sob o capitalismo está relacionada à forma como esse modo de produção se reproduz, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade e ritmo de movimento próprios.

Tal definição da noção de modo de vida tem como referência o método dialético e constitui-se em mais um instrumento de análise no estudo do processo social global em sua diversidade. É sob este enfoque que o presente trabalho utiliza a noção de modo de vida para o estudo de um grupo camponês.

Na perspectiva adotada no trabalho, o modo de vida se define à medida que o grupo reproduz a sua existência com base num conjunto de relações específicas. Este processo não se dá automaticamente, não se trata de simples repetição, mas de práticas sociais que são reconduzidas através da luta cotidiana pela sobrevivência social empreendida pelos membros do grupo.

O estudo de um modo de vida específico deve, então, buscar compreender o seu funcionamento, ou seja, como os diferentes elementos que o constituem se combinam e qual a lógica que esta combinação encerra ou tende para.

Neste sentido, a tradição não é mais considerada apenas um fator de conservação, elemento de fixação ou marca do modo de vida em conflito com a dinâmica da sociedade moderna. Admite-se que valores e referências culturais tradicionais podem ser acionados e revividos para dar sentido ao novo quando este aparece de forma ininteligível. A tradição é recriada face ao novo.

Segundo lembra MONBEIG:

tradição, literalmente, é aquilo que se 'transfere' e cada transferência acarreta, ao mesmo tempo, uma perda de conhecimentos adquiridos e a transmissão de uma certa experiência. Tem-se que reencontrar o que se perdeu e pouco resta para acrescentar, ainda, algo de novo. (1949, p. 1145)

Mas na busca do que se perdeu também se cria o novo. É no movimento de reprodução do modo de vida que se criam as possibilidades de sua superação.

Por outro lado, não basta descrever a paisagem, até porque numa sociedade complexa ela pode sintetizar influências de diferentes modos de vida. Assim, ao utilizar a noção de modo de vida, o objetivo do geógrafo deve ser o de compreender como o espaço se insere na sua dinâmica geral.

**Iª PARTE: OS SERTÕES NORDESTINOS DE SUA OCUPAÇÃO AOS DIAS DE
HOJE**

CAPÍTULO 1- HISTÓRIA ECONÔMICA:

Esta parte do trabalho tem como objetivo identificar as origens do grupo camponês estudado no contexto histórico regional.

A partir da colonização, a vida sócio-econômica do Semi-Árido Nordestino pode ser dividida em três grandes períodos:

1) Séculos XVII e XVIII - período de expansão da pecuária extensiva e consolidação da ocupação colonial da região;⁽¹⁷⁾

2) Século XIX - período marcado pela importância da cultura algodoeira e pelas mudanças daí decorrentes;

3) Século XX (sobretudo na sua segunda metade) - período de revalorização da atividade pecuária e de "modernização" da atividade agropecuária como consequência de uma maior intervenção do Estado na economia.

1.1- A ocupação dos Sertões

O Sertão Nordestino foi integrado na colonização portuguesa pela expansão da atividade pecuária em suas terras. A criação de gado recebeu seu impulso inicial do mercado formado pelos engenhos da Zona da Mata pernambucana e do Recôncavo Baiano.

No princípio a pecuária situava-se no litoral, em áreas marginais ao plantio da cana-de-açúcar. Ao surgimento de cada parque açucareiro colonial aparecia uma zona pecuária para abastecê-lo de bois de tração e corte. Com a intensificação do criatório, fez-se necessário o deslocamento da pecuária para outra região.

No século XVII surgem fazendas ⁽¹⁸⁾ às margens do rio São Francisco, primeiras terras do sertão a serem ocupadas por currais. Entradas baianas, partindo de Salvador,

¹⁷- Os Sertões Nordestinos eram povoados por diferentes tribos indígenas quando da chegada do colonizador. Durante a expansão da atividade pecuária na área, ocorreram intensos conflitos com estes povos como será indicado mais adiante no texto.

sobem pela margem direita do rio em direção à Cachoeira de Paulo Afonso onde se encontrariam com outros grupos oriundos da Bahia que haviam transposto a Chapada Diamantina. A margem esquerda do rio é conquistada por pernambucanos que partem de Olinda e buscam o sul seguindo pelo litoral. As fazendas de gado avançam para o interior por diferentes caminhos. Porém, a conquista do sertão só se verifica de fato depois da guerra com os holandeses.

Uma série de aspectos do quadro natural facilitaram o rápido devassamento e aproveitamento das terras do sertão para fins de criação: a vegetação menos densa facilitou a penetração e estabelecimento do homem; o relevo se estendia por largos pediplanos e chapadas; a presença frequente de afloramentos salinos que forneciam ao gado os chamados "lambedouros". (PRADO Jr., 1948. p. 185)

A frente baiana se bifurca, um ramo continua margeando o rio São Francisco e outro avança para o norte até o Piauí. A dispersão das fazendas prossegue em direção ao Maranhão e ao Ceará. Neste último, os baianos se encontram com a expansão pernambucana, que, partindo de Olinda em direção norte, contorna o litoral e chega à desembocadura do Amazonas. (CORREIA DE ANDRADE, 1979, pp.37 e 41) (ver cartograma II)

No final do século XVII, a atividade canavieira entra em crise com a concorrência do açúcar antilhano. Daí para frente a produção de açúcar do nordeste passa por sucessivas fases de expansão e contração.

A economia sertaneja responde a essas flutuações com a sua introversão e uma significativa redução na circulação monetária. A expansão da pecuária ocorre sobretudo em função do próprio crescimento vegetativo dos rebanhos e da atração de população da zona dos engenhos quando de suas crises. A pecuária passa a ser uma atividade, em grande parte, de subsistência.

Segundo FURTADO, a fazenda tornou-se auto-suficiente:

¹⁸ - O termo fazenda refere-se geralmente a grandes empreendimentos agrícolas ou de criação de gado. No Nordeste, entretanto, *fazenda* designa sobretudo as unidades de criação.

(...) para se compreender o crescimento da população dedicada à criação, a expansão do território ocupado e o crescimento dos rebanhos, é preciso ter-se em conta que a criação era, em grande parte, uma atividade de subsistência, fornecendo alimento (carne) e matéria-prima (couro) aos criadores. De outro lado, a baixa rentabilidade da criação e a necessidade de restrição de importação levou, desde o início, ao desenvolvimento paralelo de uma agricultura de subsistência muito precária. (1961, p. 70) ⁽¹⁹⁾

Por volta do início do século XVIII a produção pecuária do Nordeste encontra novo mercado para seus produtos, a região da mineração.

O fabrico da carne seca floresce. O Ceará no início e mais tarde o Piauí foram seus principais produtores. A grande distância dos currais em relação aos centros consumidores muito estimulou a criação das oficinas de charque, pois as boiadas eram conduzidas para o mercado a pé e perdiam peso com a caminhada.

Com a expansão da pecuária o comércio do couro progrediu. Couros salgados, curtidos, solas e vaquetas passam a pesar no balanço das exportações. Em Pernambuco e na Paraíba, a esse tempo, a sola só perdia em importância para o açúcar (GOULART, 1965, v.2 p. 25)

Uma sucessão de secas causa baixas periódicas nos rebanhos e abala a economia sertaneja. Com a grande seca de 1791/93 a produção de carne de charque entra em colapso. O golpe de misericórdia é dado pela crescente concorrência promovida pelas charqueadas gaúchas. (PRADO Jr., 1948, p.192)

¹⁹- O sistema de produção existente na fazenda nessa época será descrito no capítulo quatro.

A ocupação dos sertões nordestinos se deu de forma muito irregular. O povoamento concentrou-se em algumas áreas em meio a uma baixa densidade demográfica geral.

A água, recurso natural escasso, foi uma referência importante para o assentamento das fazendas. Elas se distribuíram ao longo dos principais cursos d'água, que, figuravam como caminhos naturais, além de garantirem o fornecimento da água necessária. A presença de cacimbas ou poços influenciou a quase totalidade dos outros pontos de povoamento. Esse padrão só não se deu em casos de área de mineração ou de melhores possibilidades de exploração agrícola.

Intercalam-se a estas áreas mais favorecidas extensos "desertos" que só as vias de comunicações atravessam. Apesar das dificuldades locais, alguns moradores se estabelecem ao longo dos caminhos para prestar serviço às boiadas que transitam nas proximidades ou recolher a baixo preço alguma rês estropiada e assim constituir um pequeno rebanho. (PRADO Jr., 1948, p. 58)

Dos caminhos de gado se originou grande parte das estradas que hoje cortam o sertão. Das paragens para descanso das tropas ("campos de pouso") ao longo dos caminhos ou nos cruzamentos destes, surgiram povoações, hoje cidades da região. Outras vezes, formava-se uma povoação em torno de terras doadas por um fazendeiro para a construção de uma capela.

À parte a pecuária, a produção era reduzida nos sertões nordestinos. A agricultura era praticada em pequena escala para a subsistência das fazendas. Existiam no entanto algumas áreas eminentemente agrícolas como os Cariris Novos-CE e as margens do Parnaíba e seus afluentes Poti e Gurguéia entre outros. Estas áreas de povoamento mais adensado eram pontos de contato e de trânsito, o que lhes conferia uma importância comercial. (PRADO Jr., 1948, p. 58)

O avanço da ocupação portuguesa com a instalação de currais onde havia água permanente acuou o indígena. Fechava-se o círculo em torno dos índios do sertão. Estes se refugiaram nas serras ou nos interflúvios e passaram a atacar pelo sistema de

guerrilhas. Queimavam currais destruindo o gado sempre que podiam fazê-lo sem riscos imediatos.

Nas secas prolongadas, os sertanejos também procuravam o Brejo ⁽²⁰⁾ para plantarem lavouras para o abastecimento das fazendas (ANDRADE, 1959, p. 55). Porém, a instalação definitiva dos colonizadores nestas terras foi bastante dificultada pela permanência dos redutos indígenas.

De revoltas isoladas ocorridas no início, as tribos passaram a ataques simultâneos, caracterizando um amplo conflito. A "confederação dos Cariris" ⁽²¹⁾ atingiu fortemente o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba de 1687 a 1697 e em menores proporções até 1701 (ANDRADE, 1959, p.60).

Finda a guerra, poderosas tribos tinham sido aniquiladas e seus remanescentes aldeados, observando-se a ocupação pela pecuária do Ceará, Rio Grande do Norte e quase toda a Paraíba. Apesar disto, ataques indígenas às fazendas ainda vão se repetir durante muitos anos.

1.2- A expansão da cultura algodoeira

O algodão passa a ser cultivado no sertão em caráter comercial no último quartel do século XVIII, seguindo um movimento iniciado no litoral. Sua produção visava principalmente o mercado externo. Com isso, a economia da região torna a se abrir.

O algodão converteu a economia pecuária em pecuário-algodoeira quando de seu avanço pelo interior nordestino. O ambiente semi-árido mostrou-se favorável a esse cultivo.

O algodão era cultivado por grandes e pequenos proprietários além de foreiros e moradores ⁽²²⁾. Isto foi possível porque seu beneficiamento não era urgente como o era o

²⁰- Este termo significa regionalmente terras altas e úmidas situadas em meio a uma área de clima mais seco.

²¹- Também denominada de "guerra dos índios" ou "guerra dos bárbaros".

²²- Estes últimos eram geralmente parceiros do dono da terra.

da cana, ficando nas mãos de comerciantes. Por outro lado, ele era plantado em consórcio com o milho, a mandioca e o feijão. A associação dos cultivos permitia ao lavrador cultivar a um só tempo o alimento e o produto comercial. (CORREIA DE ANDRADE, 1980, p.133)

Após a colheita, que era realizada durante a estação seca, soltava-se o gado nos campos de algodão para se alimentar da "rama" do algodoeiro, constituindo um sistema de produção que relacionava o criatório com a lavoura. Os rebanhos cresceram como consequência.

Com a expansão do algodão a paisagem vai sendo mais e mais cortada pelas cercas, que protegem os campos de cultura.

O algodão atraiu população para os sertões e seu mais denso povoamento agravou os problemas decorrentes das conjunturas de seca, que se tornaram verdadeiras calamidades.

A cultura do algodão contribuiu para o desenvolvimento da vida urbana nos Sertões. A renda monetária obtida com a sua produção permitiu ao pequeno lavrador sua participação no mercado.

Era nas cidades onde os comerciantes se estabeleciam com suas máquinas descaroçadoras. Estes compravam a matéria-prima dos produtores e beneficiavam-na antes de repassá-la para os exportadores.

A produção de algodão na região acompanhou a evolução do mercado externo, apresentando momentos de expansão e de crise. Ela atinge o seu ponto máximo nos anos 1861-64, durante a Guerra da Secessão nos Estados Unidos - quando a produção deste país ficou fora do mercado consumidor inglês - e entra em crise quando da recuperação da produção americana, aliada ao desenvolvimento e plantações no vale do Nilo e na Índia nas últimas décadas do século passado. (SILVA, 1982, p.46) À medida que perdeu espaço no comércio internacional, a produção de algodão dos Sertões voltou-se para o mercado interno, constituído em grande parte pelas indústrias têxteis instaladas no Centro-Sul.

Após o *rush* algodoeiro a pecuária jamais tornou a partilhar o seu cenário com um produto agrícola comercial com a importância sócio-econômica e espacial do algodão.

1.3- Pecuária (23) e agricultura intensiva: duas faces de uma mesma moeda

O século XX caracteriza-se pelo retorno da pecuária à posição de principal atividade do Semi-Árido num contexto de modernização de suas técnicas. Esse fato se relaciona com uma maior concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de latifundiários e com a crescente polarização social daí decorrente. Num aparente paradoxo, cresce a importância da atividade agrícola para parte do campesinato da região.

As mudanças que deram à pecuária um fôlego novo no quadro regional foram em grande parte incentivadas por políticas do Estado.

Nos anos 30/40 o Ministério da Agricultura estimulou a criação de zebuínos (24) a nível nacional, estabelecendo o registro genealógico e criando facilidades de crédito para seus criadores. O resultado desse processo foi uma valorização dos rebanhos e o estabelecimento de melhores condições de criação. (DOMINGUES, op. cit., p. 196)

No nordeste, a importância do gado mestiço (cruzamento do "pé duro" com o zebu nelore, o indu-brasil e outros) tornou-se mais significativa em meados deste século. Esta mudança foi acompanhada por outras como o transporte da boiada pelo caminhão e a adoção gradativa de novas práticas no sistema de criação.

O I Plano Diretor da SUDENE, aprovado em 1961, afirmava a prioridade da atividade pecuária para assegurar um desenvolvimento mais estável para a economia sertaneja.

²³- O termo pecuarização é comumente empregado pelos autores nordestinos para referir-se ao processo de inovação técnica da atividade pecuária, que é acompanhado pela expansão dos pastos plantados.

²⁴- Raça introduzida no país em fins do século passado.

A introdução de melhor tecnologia, mediante o melhoramento e a exploração racional das pastagens nativas e a plantação intensiva de novas forrageiras, poderá ser o ponto sensível que permita modificar todo o complexo econômico, levando-o a se assentar mais numa pecuária de alta produtividade e menos numa agricultura aleatória. (SILVA, apud SUDENE -I Plano Diretor, p. 70)

Mas a valorização dos rebanhos nos Sertões só alcança maior expressão posteriormente, quando da ação intensiva do Estado no sentido de incentivar a transformação das bases técnicas da atividade agrícola no Brasil a partir de 1964. O poder central passa cada vez mais a orquestrar as transformações da estrutura produtiva, direcionando-as no sentido do aprofundamento de seu caráter capitalista e de uma maior relação com os outros setores da economia.

Esse processo se estende pelo país, porém, de diferentes maneiras segundo a região, atividade ou classe social atingida. Seu principal instrumento é o crédito rural subsidiado.

Em 1965 houve um aumento de créditos para a pecuária. Uma lei obrigou a rede bancária privada a destinar 15% do volume de seus depósitos ao setor agropecuário. O gado mostrou-se mais atrativo do ponto de vista do retorno dos investimentos que a produção agrícola.

Em 1970 multiplicaram-se as linhas de crédito rural subsidiado no Nordeste em decorrência da implantação de uma série de programas especiais de desenvolvimento regional (PIN, PROTERRA, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo etc). Esses mecanismos privilegiaram direta ou indiretamente a grande produção, principalmente a pecuária.

No período 1970/77 os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste ao setor rural nordestino apresentava juros preferenciais para a produção animal. (BURSZTYN, 1985, pp. 42 e 43)

Entre 1975 e 1985 cerca de 90% dos recursos do FINOR-agropecuário ⁽²⁵⁾ destinaram-se à modernização de latifúndios pecuaristas ⁽²⁶⁾. (PALMEIRA, 1989, p. 18)

Com tais vantagens creditícias a produção animal nordestina alcançou elevados índices de crescimento. Enquanto o número de cabeças aumentou 87% ao longo do período compreendido entre 1920 e 1970, este índice foi de 65% entre 1970 e 1985 (FIBGE- Censo Agropecuário)

Uma consequência direta foi a progressiva perda de importância da agricultura no interior das fazendas de gado. As terras agricultáveis foram cada vez mais destinadas à formação de pastagens perenes. Avançaram as cercas e o plantio de palma e de capins.

Ocorreu uma diminuição das atividades de subsistência nas fazendas e do número de moradores. Houve o incremento do emprego rural temporário e, em última instância, a expulsão da população da área. (BURSZTYN, op. cit., pp. 42 e 43) O vaqueiro tornou-se um trabalhador assalariado.

Acentuou-se a concentração de renda e de terras, com a valorização destas. Intensificou-se a seleção dos rebanhos, mas entre os pequenos proprietários permaneceu a importância do gado pé-duro.

Embora em menor proporção, o desenvolvimento da agricultura também foi estimulado pelas políticas públicas de caráter regional.

Nos anos 70, o Estado torna-se mais agressivo em sua estratégia de transformação da estrutura produtiva da região com estímulos à tecnificação, produção para o mercado e criação de uma mentalidade empresarial entre os produtores. A irrigação passa a ser um dos eixos dessa política. Os "perímetros irrigados" do DNOCS e a exploração do Vale do São Francisco bem o exemplificam.

Ao longo dessa década consolidou-se um "modelo" de intervenção que aplicou "pacotes tecnológicos" específicos para cada região e cada tipo de produtor a partir do tripé crédito rural a juros subsidiados, cooperativismo e assistência técnica.

²⁵ - Fundo de Investimentos do Nordeste.

²⁶ - A área média desses latifúndios era de 4.500 ha.

Os grandes produtores foram os seus principais beneficiários, mas o campesinato também foi atingido por essa política. Sob a designação de pequeno produtor ou população de baixa renda, ele torna-se o público alvo de uma série de programas que visam transformá-lo em camponês médio e assegurar a sua maior inserção no mercado.

Muitas vezes tal intervenção ocorreu em harmonia com os interesses do capital agroindustrial que se instalava na região também com incentivos do Estado. Como pode ser observado em áreas irrigadas sob o controle do DNOCS ou da CODEVASF, onde os camponeses foram transformados em fornecedores de matéria-prima barata para as agroindústrias.

Além de favorecer o processo geral de acumulação capitalista, o Estado também possui a função de legitimação, que visa garantir a reprodução das relações de produção dominantes. Assim, face ao agravamento dos problemas sociais no campo decorrente da política agrícola adotada, o Estado cria, ainda nos anos 70, programas para "fixar o homem à terra", como o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo.

Em 1979 o início de uma grande seca e da redemocratização do país exigiram um maior empenho do Estado com vistas à sua legitimação. Ao lado dos programas já existentes surgiram outros.

Diante do quadro caótico formado por uma multiplicidade de planos não integrados e concorrentes entre si, criou-se nos anos 80 o Projeto Nordeste com o fim de aglutinar num só programa a maioria das intervenções do Estado na região.

CAPÍTULO 2- DINÂMICA SOCIAL, POLÍTICA E ESPACIAL

2.1- Homens livres em terras livres

A primeira fase da história regional aqui delimitada representa o principal período para a formação e enraizamento da cultura sertaneja. Esta caracteriza-se por uma influência significativa de elementos da cultura indígena e, em comparação com o que se observa na Zona da Mata, um maior despojamento cultural em relação à herança portuguesa no que diz respeito aos seus aspectos materiais.

O isolamento de séculos a que estiveram relegados os Sertões fez com que neles se conservassem e mantivessem vivas práticas sociais chegadas ao Brasil durante a colonização e aqui mescladas ao padrão nativo.

A sociedade sertaneja foi marcada pelo nomadismo. A pobreza do pasto da zona semi-árida exigia, pelo seu rápido esgotamento, a abertura de áreas sempre novas para o gado.

Durante as grandes secas ocorriam as *retiradas* - migrações realizadas por comunidades inteiras. Nelas aconteciam com frequência processos de mobilidade social. Tanto o trabalhador como o fazendeiro ou alguém de sua família podiam se destacar do grupo para se incorporar a outra comunidade e classe social diferente - comumente através do casamento. Aconteciam também mudanças no interior do grupo, como a ascensão do vaqueiro à condição de chefe dos *retirantes*.

Além das secas, a economia da região também foi atingida por crises no mercado do gado e do couro. Ao que respondeu com a sua introversão. A "civilização do couro" foi um testemunho desse processo.

O couro tornou-se um produto essencial para a população da região devido à sua ampla utilização social. Ele era empregado na feitura de móveis, dos mais variados utensílios domésticos e de instrumentos de montaria, entre outros objetos.

De couro era a porta das cabanas; rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as

cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as brocas e os surrões, a roupa de entrar no mata, os banguês para curtumes ou para apanhar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (CAPISTRANO DE ABREU -1930- apud CORREIA DE ANDRADE, 1959b p. 51)

As habitações eram comumente de *taipa* ⁽²⁷⁾ com teto de palha. Cobertura de telha era encontrada somente em casas de fazendeiros. No interior destas últimas havia poucos móveis: baú, mesa, redes, alguns bancos e tamboretas. Nas casas dos vaqueiros e demais agregados da fazenda, às vezes nem redes havia, dormia-se sobre peles jogadas no chão ou sobre esteiras grosseiras. (QUEIROZ, 1977 p. 58)

A alimentação do sertanejo era também um reflexo dessa introversão. Eles extraíam o máximo do próprio meio. Alimentavam-se principalmente de carne, leite e seus derivados, frutos silvestres e alguns produtos da lavoura. A caça e a pesca complementavam o suprimento alimentar. A carne socada com farinha -a *paçoca*- e a rapadura constituíam a refeição tradicional do vaqueiro. O leite era consumido parte *in natura* e parte como coalhada, manteiga de garrafa, queijo de manteiga e queijo de coalho -produzidos artesanalmente pela família do vaqueiro. O leite *in natura* e a coalhada, só eram abundantes durante a estação chuvosa. Era frequente o hábito de guardar queijos dentro da farinha ou em sacos e malas de couro (SOUZA BARROS, 1985 p. 19) para atravessar o período de estio.

A agricultura, praticada em pequena escala, voltava-se para a subsistência e era desenvolvida pelo trabalhador com a ajuda de sua família. Cultivava-se mandioca,

²⁷ - Parede construída com um engradado de madeira recoberto por argila misturada com um pouco de água e esterco bovino para melhor resistir à chuva e ao sol.

milho, feijão, batata-doce e, às vezes, melancia e melão. Plantava-se ainda o algodão arbóreo para a feitura de tecidos grosseiros de uso doméstico.

As longas distâncias e as dificuldades de comunicação reforçaram o isolamento das fazendas.

A administração da colônia caracterizou-se pela centralização de seu poder e concentração das autoridades nos principais pontos de povoamento da costa, deixando o restante do território a descoberto. Devido à sua incapacidade de estender a sua influência aos demais pontos, a administração foi obrigada não só a reconhecer a autoridade do grande proprietário como a depender de seu apoio.

A administração pública realizava-se através de diferentes órgãos - voltados para os setores militar, geral e fazendário -, todos eles apoiados em grande parte na estrutura de poder local baseado na grande propriedade. Os proprietários possuíam autonomia para mandar e desmandar em seus domínios. Essa estrutura permitiu o desenvolvimento de uma política de clientela a partir das relações de dependência existentes entre o grande proprietário e os outros habitantes da fazenda.

Porém, nessa época, a autoridade e poder do proprietário na zona pecuária nordestina eram menores do que nas zonas da grande lavoura. As principais causas de tal diferença foram: o pequeno número de empregados presentes na fazenda, a pequena proporção de escravos, a maior liberdade de movimento dos trabalhadores, a dispersão das fazendas e currais que constituem o domínio e, em certos casos, o absenteísmo do proprietário. (PRADO Jr., 1948, p. 288)

Durante um longo período o trabalhador dos Sertões:

(...) não conheceu feitores que lhe orientassem o serviço, nem fiscais que lhe exigissem o cumprimento estrito de tarefas; não sofreu o disciplinamento da proximidade de patrões rigorosos e muito menos a ação coercitiva do poder público.

(PERNAMBUCANO DE MELLO, 1979, p. 269)

A fazenda era um "mundo à parte", onde empregados e patrões estavam mais próximos que na sociedade dos engenhos. A principal categoria social era a do vaqueiro, trabalhador do gado remunerado em espécie pelo sistema de parceria e a relação de moradia permeava a existência da maioria dos trabalhadores, a exceção dos escravos, pouco numerosos na área. As pastagens naturais dominavam a paisagem e a lavoura aparecia de maneira pontual.

Apesar de sua grande importância, a fazenda não era a única unidade territorial nos Sertões. Havia os pequenos sítios isolados em estreita relação com o grande estabelecimento. Além destes, eram encontradas as *ruas*, pequenos povoados constituídos por um conjunto de casas pobres instaladas em volta de uma capela e uma praça. As povoações eram em geral apêndices das fazendas. Nelas se realizavam as feiras livres.

O que distinguia a vila das outras povoações era a presença da administração pública registrada pela existência da Casa da Câmara (com cômodos especialmente destinados para cadeia) e do pelourinho.

O estabelecimento de uma fazenda de criar era extremamente simples. Bastava construir uma casa tosca para abrigar o vaqueiro e seus auxiliares ou sua família e levantar de forma elementar os currais⁽²⁸⁾. Nestes cercados se punha o gado para *formar os cascos*, numa espécie de quarentena, quando o rebanho repousava da longa caminhada. Em seguida o gado era solto na caatinga brava e reproduzia-se quase que sob nenhum cuidado. A mão-de-obra necessária era pequena. (PRADO Jr., 1948, p. 186; SOARES, 1968, p. 25)

Como não exigia grandes despesas, esta atividade tornou-se acessível a pessoas de poucas posses. Filhos mais novos dos fazendeiros de cana, nobres falidos, sitiante que quisessem trabalhar diretamente na terra, aventureiros e até ex-vaqueiros tornaram-se fazendeiros nos Sertões.

²⁸ - Lugar onde o gado fica confinado por cercas. Há contudo outro emprego para o termo, hoje menos usual. Curral também designa pontos germinativos de criatório (SOUZA BARROS, 1985, p. 25).

A fundação dos currais era feita pelo vaqueiro a mando do patrão. Uma vez ocupadas as terras pedia-se a concessão das mesmas às autoridades competentes. (SOARES, 1968, p. 24)

Os limites das concessões eram bastante imprecisos. Seus pontos extremos eram firmados a olho, uma árvore, um curso d'água, um morrete etc. Os concessionários ignoravam onde realmente terminavam. Daí a observação de P. Deffontaines de dar-se a denominação de "gerais" aos campos de criatório.

Não havia cercas delimitando as fazendas. À época das primeiras sesmarias chegou-se mesmo a deixar uma légua de terra devoluta entre uma data e outra para evitar que os rebanhos se misturassem. Restou o hábito da *terra solta* ⁽²⁹⁾, embora o avanço do povoamento na área não permitisse mais a separação dos rebanhos, que passaram a pastar juntos. A pastagem torna-se, então, de uso comum entre as fazendas.

O escravo não foi muito numeroso na área. A sua presença só foi mais expressiva em poucos casos como nas fazendas reais do Piauí ou mais tarde nas grandes fazendas produtoras de algodão no Maranhão. A *fazenda* possuía um regime de trabalho livre, sem nenhum feitor a orientar o serviço, o que era incoerente com o trabalho escravo.

Num período em que as terras eram abundantes, a expansão de uma fazenda no sertão dependia sobretudo do aumento do rebanho e da força de trabalho, daí a necessidade do fazendeiro assegurar o maior número possível de agregados ⁽³⁰⁾ a sua volta. Quanto mais dependentes e maior a fazenda, maior o poder do proprietário.

O isolamento secular em que permaneceu a sociedade sertaneja permitiu o enraizamento de uma tradição de violência.

²⁹- Significa terra que não é cercada.

³⁰- MARTINS define o agregado como morador de favor. Ele troca serviços e produtos de sua lavoura por favores, num complicado balanço entre favores prestados e recebidos. E explica: "(...) a concepção de favor, como prestação pessoal, mas recíproca, envolve não apenas a produção material, mas a própria lealdade das partes: a defesa de supostos direitos de propriedade de um fazendeiro, bem como o abrigo e proteção ao camponês contra a perseguição policial por um crime cometido etc." (1981, cap I, p. 36) Um código de honra permearia esta relação. Se preciso fosse, o agregado defenderia com a própria vida o domínio do patrão.

Desde o início a violência foi uma constante na vida dos Sertões. Suas causas eram os choques de interesses entre clãs familiares envolvendo questões de terra e de honra que geralmente se imbricavam em questões políticas, e a reiterada resistência indígena através do sistema de guerrilhas que, por longo período, opôs-se à ocupação da região.

A violência era tida como legítima e, quando não era explícita, existia de forma latente.

Essa gente é vingativa. As ofensas muito dificilmente são perdoadas e, em falta de lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos. (KOSTER -1978- apud PERNAMBUCANO DE MELLO, 1979)

O fazendeiro costumava manter uma *tropa de homens d'armas* para garantir a sua segurança. Ela era comumente formada pelos seus trabalhadores, porém, também podia abrigar criminosos fugidos dos centros policiados da costa que ofereciam os serviços de sua pistola em troca de proteção.

Essas tropas eram arregimentadas juntamente com outros homens livres para compor as companhias de ordenanças que atuavam em situações de conflito ou na execução de serviços para a comunidade como a abertura de estradas. As ordenanças ⁽³¹⁾ constituíam uma força local e seu chefe, o capitão-mor, era sempre um grande proprietário.

A violência e as crises periódicas causadas pelas conjunturas de seca foram responsáveis por um ambiente de instabilidade nos Sertões

Individualidade, autonomia, poder de decisão, capacidade de improviso e sentimento de independência constituíram os principais traços da mentalidade do sertanejo na colônia. O vaqueiro foi o seu mais fiel representante.

³¹- No período colonial "as forças armadas das capitânicas compunham-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenanças. A primeira representa a tropa regular e profissional, permanentemente sob as armas." Quase sempre composta de regimentos portugueses, podiam completar seus efetivos na colônia. "As milícias são tropas auxiliares..." As ordenanças eram a última categoria das forças armadas. Ao contrário das milícias as ordenanças não podiam ser afastadas do lugar em que se formavam e em que residiam seus efetivos. (PRADO Jr., 1948: 308 a 311)

O sertanejo tornou-se um homem desconfiado, seja pela reação ao novo, comum às sociedades que se baseiam em tradições, seja pelo efeito de uma vida marcada pela insegurança e instabilidade.

2.2- O início do cercamento das terras: transição e conflitos

O século XIX e início do século XX são marcados por importantes mudanças no quadro sócio-econômico e político da região.

O algodão abriu a economia sertaneja, estabelecendo contato com importantes centros internacionais; atraiu população e dinamizou a vida urbana local. Mas a fazenda continuou no centro da vida regional, apesar de agora abrigar novas relações sociais.

Houve o aumento do número de moradores. Estes tornaram-se parceiros, geralmente meeiros, desempenhando importante papel na produção de riqueza que ali se realizava. Além da produção do algodão, suas lavouras forneciam o restolho que servia de alimento para o gado.

O algodão trouxe alguma prosperidade para os pequenos proprietários. Para os sitiantes ele foi o "boi do pobre".

Com a expansão da atividade agrícola, houve um maior disciplinamento do trabalho nos Sertões, embora fosse mantido o caráter autônomo que lhe conferia a condição camponesa dos lavradores. A relação de dependência se transformou, mostrando uma face mais dura.

Enraizou-se o distanciamento social entre as categorias presentes na fazenda. Os grandes fazendeiros converteram-se em intermediários comerciais e financeiros. No momento da colheita não era raro o emprego da força contra os lavradores para a cobrança de dívidas e para fazer valer acordos previamente firmados entre as partes quando da "compra na folha" ⁽³²⁾. (OLIVEIRA, 1981, p. 48)

³²- Trata-se da compra no momento da entressafra com a liberação de uma parcela do valor acertado. Esta operação fixa de antemão o preço a ser pago pelo algodão na colheita, independentemente das variações para cima que esse preço possa alcançar, mas não das variações para baixo.

Com a Independência são criadas as Assembléias Provinciais que submetem as Câmaras Municipais ao seu controle. Porém o poder dos proprietários rurais não se viu limitado, ao contrário, ele se estende ao âmbito provincial para onde converge agora a vida municipal. A Assembléia Provincial era composta por representantes dos proprietários. (QUEIROZ, 1976, pp. 65-67)

Ao longo do século XIX, o algodão se equipara ao açúcar e em certos momentos o suplanta. As crises cíclicas da atividade açucareira e a ascensão algodoeiro-pecuária deram aos chefes políticos sertanejos maior força e projeção regional.

Na segunda metade do século XIX, a política fazia engrossar as tropas particulares, que defendiam os chefes locais e suas propriedades ameaçados pelas dissidências pessoais e partidárias.

Sob a República Velha o poder local articulou-se com o governo federal através da política dos governadores. Nesse novo contexto o poder municipal aumentou a sua dependência em relação ao governo do estado, mas manteve-se inabalado a nível local.

Diante da ampliação do direito de voto decorrente da instituição do sufrágio universal e da permanência de uma estrutura social fundada na grande propriedade, criou-se um "eleitorado de cabresto". Os dependentes votavam conforme os desígnios de seu patrão, constituindo o sistema político denominado de *coronelismo*.

A expansão algodoeira e o crescimento dos rebanhos a ela relacionado causam a valorização das terras da região. O maior adensamento populacional reforça essa tendência pelo aumento da pressão sobre a terra.

Por outro lado, o fim da escravidão reforçou a valorização da terra ⁽³³⁾, à medida que se tornou o fundamento da relação de exploração em substituição ao escravo. A lei de terras criada em 1850 antecipou essa situação e estabeleceu os mecanismos que daí por diante regulariam a expansão do mercado de terras.

O desenvolvimento desse mercado reduziu as possibilidades de ascensão social, aumentando as tensões.

³³ - Também resultante do esgotamento das fronteiras regionais e da citada importância da atividade econômica desenvolvida à época.

A passagem das terras devolutas para as mãos dos estados em 1891 estimula a regularização dos limites entre as fazendas. Terras de antigos agregados e vaqueiros convertidos em sitiantes sofreram ameaça de incorporação ao patrimônio dos grandes fazendeiros. (MARTINS, 1981, p. 51)

A terra herdada, que permanecera em uso comum até então, passa a ser dividida. Os herdeiros dos antigos morgados, que haviam se preservado ricos, foram os prováveis empreendedores da divisão, realizando ações de expulsão contra seus agregados. A predominância do conflito entre fazendeiros e camponeses é um indício em favor dessa hipótese. (MARTINS, 1981, p. 65)

Durante muito tempo nos Sertões, a riqueza foi o rebanho e não a terra. Isso explica o grande impacto da valorização das terras iniciada nessa época.

A partir de tais mudanças o modo de vida do camponês sertanejo não é mais reproduzido nos mesmos moldes. Há um desajuste causado pela imposição, não raro através da violência, de novas práticas (a extorsão econômica, expulsão do agregado, e divisão das terras de uso comum) que violam normas costumeiras.

Ocorre uma mais marcada estratificação social no contexto da fazenda. O grande fazendeiro do algodão ocupa uma posição destacada na escala sócio-política regional, o que o afasta ainda mais de seus dependentes.

O acúmulo de tensões sociais decorrentes de tais desajustes resultou em surtos de banditismo rural e movimentos milenaristas. O banditismo rural -cuja modalidade sertaneja é o cangaço- tem o seu auge nesse contexto, quando apresenta dois momentos máximos: o ciclo da grande seca de 1877-79 e a década de 20 deste século. (PERNAMBUCANO DE MELLO, p. 291)

A violência dominou a sociedade nordestina nesse período. Além dos fatores relacionados com a má distribuição de terras, a violência também foi consequência das conjunturas de seca e da crise do setor algodoeiro, que atingiu grandes e pequenos produtores.

O encerramento dessa fase só se deu com a melhoria das comunicações e o fim do isolamento em que vivia a sociedade dos Sertões.

Curiosamente, quando as estradas de ferro e de rodagem conseguiram devassar, em caráter definitivo, os domínios até então reservados à pata de burro dos almocreves -que, ao lado dos ciganos, eram quase que os únicos novidadeiros daquelas paragens- despejaram sobre as cabeças dos sertanejos quinhentistas todos os avanços sedimentados em três séculos de vida litorânea relativamente dinâmica. Nas zonas rurais, ainda mais do que nas escassas manchas urbanas sertanejas, isto se deu de modo doloroso e atordoante. (PERNAMBUCANO DE MELLO, p. 271)

Enquanto o vaqueiro foi o símbolo da mentalidade sertaneja durante a colônia, o cangaceiro o é em fins do século passado e início deste. Seus valores são semelhantes aos do vaqueiro, porém a autonomia, o arrojo pessoal e o gosto pela aventura são levados ao extremo.

2.3- Terras cercadas: latifúndio x minifúndio

À medida que se desenvolve a sociedade urbano-industrial com seus modos de vida, suas elites e todas as categorias sociais que a caracterizam, ocorre a assimilação e redefinição de elementos que a antecederam. Transforma-se a sociedade rural de origem colonial estruturada a partir da família patriarcal e que tinha na fazenda a sua base territorial. Há uma maior tendência a uma certa homogeneização cultural a nível nacional ao mesmo tempo em que diferentes modos de vida são recriados local e regionalmente. O movimento de homogeneização é o mesmo que recria a sua negação, a diversidade.

O camponês sertanejo passa a viver as contradições decorrentes do contato entre as realidades local e nacional como um dado integrante de seu modo de vida.

Os Sertões Nordestinos são efetivamente integrados à sociedade nacional a partir dos anos 50 com a expansão da rede de transportes a nível nacional. É quando se verificam grandes fluxos migratórios, cujas principais causas são as secas que ocorreram no período somadas à atração exercida pelas cidades do Centro-Sul e pelas terras virgens da fronteira agrícola do Maranhão. (JATOBÁ, 1983, p. 144)

Nesta fase são reafirmadas tendências sócio-econômicas delineadas desde o século passado como a valorização das terras e o aumento da distância social e até mesmo ruptura de certos laços entre as categorias sociais da fazenda. Fato que afeta diretamente a estrutura de poder tradicional na área. A modernização técnica da atividade agropecuária promovida pelo Estado é um importante agente desse processo. A ela também se relaciona a ampliação da produção para o mercado.

Com a pecuarização (³⁴), novas áreas foram incorporadas ao sistema de produção, houve uma ocupação mais efetiva de toda a extensão da propriedade e diminuição das terras deixadas em descanso. As grandes propriedades são cercadas.

Aliado à rigidez da estrutura fundiária, o processo de pecuarização determinou a expulsão dos moradores das fazendas. Agora esvaziada, a fazenda não é mais a principal unidade de sociabilidade. Grupos de vizinhança, povoados e cidades tornam-se os principais centros da vida social sertaneja.

Multiplicou-se o número de minifúndios, transformando os Sertões no domínio dos fazendeiros e pequenos proprietários. Estes últimos concentrados em alguns pontos estratégicos, onde ocorre a presença da água. Latifúndios desertos contrastam com os poucos pontos povoados onde se concentram as unidades camponesas e é frequente o uso comunal dos pastos.

Até a Primeira República as relações entre o Estado e o poder local se caracterizaram pelo caráter omissivo do primeiro e a transferência ao poder local de quase todas as suas atribuições. Somente a partir do governo de Vargas, o Estado passa a desempenhar um papel mais ativo através de um maior intervencionismo, o que se

³⁴- Processo analisado no item 1.3.

intensifica ainda mais na década de 50. No Nordeste este processo é mais significativo a partir da criação da SUDENE em 1959 e sobretudo nos anos 70, quando o Estado passa a atuar de forma direta a nível local. Através de sua política de desenvolvimento rural o Estado realiza ações programadas em pontos específicos da região.

A SUDENE não realizou mudanças expressivas no campo devido à sua debilidade frente às oligarquias locais. Persistiram a rigidez da estrutura agrária e a aceleração do êxodo rural, gerando a diminuição do estoque de mão-de-obra no campo e inviabilizando os mecanismos tradicionais de controle político dos trabalhadores agrícolas.

O Estado adotou uma estratégia dirigista cujos principais instrumentos foram o crédito rural, o cooperativismo e a assistência técnica e extensão rural. O primeiro é um poderoso mecanismo de fomento e de condicionamento da produção a parâmetros técnicos e sociais predeterminados, impostos pela concessão de juros subsidiados. O segundo cria um ambiente propício à propagação da mentalidade empresarial e viabiliza uma estrutura de organização da produção em maior escala, adequada às necessidades da modernização da produção. A assistência técnica e a extensão rural permitem a implantação de políticas agrícolas baseadas em pacotes tecnológicos. (BURSZTYN, 1985, p. 26)

O campesinato é atingido por diferentes programas especiais. A dependência do Estado em relação ao poder local é superada por sua presença direta em vários níveis da sociedade local. O grande proprietário de terras deixa de ser o mediador exclusivo entre o campesinato e o Estado, embora continue a intermediar o acesso da população sertaneja a certos serviços públicos como hospitais, ou a facilitar o relacionamento destes com a burocracia dos cartórios, previdência social e bancos. Seus clientes não são mais os seus agregados e sim os seus eleitores. O seu poder político agora também depende de sua capacidade de influência sobre a máquina do Estado em suas diferentes agências locais. O trabalho de dominação torna-se mais complexo, rompe-se o monopólio do poder político do bloco hegemônico tradicional.

Os funcionários do Estado - em bancos, EMATER e estrutura local dos programas de desenvolvimento - ganham projeção política, podendo firmar alianças com os chefes locais. A maior ou menor autonomia desses representantes face ao poder local depende da sua origem e de seus compromissos com outros segmentos da oligarquia estadual. O tempo de permanência deste técnico ou burocrata num determinado posto também influencia o seu maior ou menor comprometimento com o poder local.

Em fins dos anos 70, sob a pressão das agências financiadoras internacionais, o Estado assume como linha de ação o planejamento participativo. É estimulada a organização dos grupos-alvo, que se transformam em novos componentes da estrutura de poder local. (MACHADO, 1987)

A ação modernizadora do Estado nos Sertões Nordestinos teve como objetivo ajustar a produção regional aos novos padrões de acumulação impostos pelo bloco urbano-industrial dominante. Ela foi responsável pela criação de verdadeiros enclaves nas áreas atingidas pelos projetos de desenvolvimento rural, onde se deu com frequência uma reorganização social e espacial.

Alguns grandes proprietários passam a agir como empresários capitalistas, abandonando práticas dos velhos latifundiários que atuavam como proprietários rentistas. Porém, devido à sua necessidade de legitimação, o Estado viabilizou a reprodução de grande parte dos latifundiários em seus antigos padrões de acumulação.

Muitos desses proprietários são profissionais liberais, políticos, comerciantes, que não têm na atividade agrícola a sua principal fonte de renda. Por outro lado, os proprietários rentistas desenvolveram uma série de mecanismos para captar os recursos e incentivos do governo, sendo por diversas vezes maior a importância da atividade especulativa em relação à atividade produtiva. Eles são os chamados "industriais da seca".

A classe média é modificada com a maior projeção alcançada por categorias sociais até então inexpressivas na região. Cresce o número de funcionários públicos em virtude da atuação direta do Estado a nível local. Parte do campesinato é levada a adotar

um novo nível tecnológico, integrando-se de forma mais efetiva ao mercado. A "modernização" de segmentos do campesinato regional também representa uma medida de caráter social cujo principal objetivo é a legitimação do Estado.

O espaço do campesinato reduz-se de uma maneira geral e os sem-terra são os maiores atingidos. Aumenta o número de assalariados nas fazendas em detrimento das relações de produção baseadas na exploração do trabalho familiar como o arrendamento, a parceria e a morada.

Mas o campesinato pobre mantém-se em certas áreas dos Sertões. A maioria desses camponeses é constituída por pequenos proprietários minifundiários, cuja origem está relacionada ao processo de parcelamento de antigas fazendas decorrente da herança. Eles produzem para a sua subsistência e frequentemente recorrem ao trabalho acessório para complementar a renda familiar. O esvaziamento das fazendas levou os camponeses empobrecidos a desempenharem as funções dos antigos moradores como mão-de-obra temporária.

Ainda resta na memória dos camponeses sertanejos de hoje a referência a um tempo de homens bravos e heróicos sempre renovada pelos cantadores e pelos folhetos de literatura de cordel. A autonomia no trabalho tem hoje grande importância simbólica para esses homens. Ela representa um elemento central de sua identidade cultural, que se fundamenta no espírito de liberdade predominante entre os primeiros vaqueiros e os cangaceiros.

IIª PARTE: O CAMPESINATO DE RIBEIRA

O grupo estudado vive no município de Cabaceiras. É composto por cerca de 500 famílias que ocupam uma área de aproximadamente 40 km² distribuída ao longo das duas margens do rio Taperoá a cerca de 12 km a noroeste da sede municipal. A proximidade do rio permitiu um maior desenvolvimento agrícola e assim um povoamento mais denso em relação aos baixos índices encontrados na região ⁽³⁵⁾.

No Cariri Oriental ⁽³⁶⁾ as condições de semi-aridez apresentam-se pioradas. As médias pluviométricas anuais, muito baixas, variam entre 300 e 400 mm e as temperaturas ficam em torno de 24^o ou 25^oC. As chuvas, além de escassas, têm distribuição muito irregular. Os solos formados nesse ambiente são comumente rasos e com alto teor em sais.

Cabaceiras é um município pobre, cuja principal atividade econômica tem sido tradicionalmente a pecuária. O seu maior rebanho é o de caprinos, animal melhor adaptado às condições ambiente da região ⁽³⁷⁾. Com as mudanças recentes houve a valorização do rebanho bovino nas grandes propriedades e uma maior diversificação de atividades nas menores.

Um rebanho de 400 cabeças de *criação* ⁽³⁸⁾ é considerado grande nos padrões atuais.

Nos anos 50 havia no município grandes currais de caprinos, hoje existe apenas uma “semente”. (depoimento de um pequeno comerciante de Cabaceiras)

As poucas fazendas com mais de 1.000 ha, que possuem maiores rebanhos de bovinos, não têm capacidade para alimentar seus animais durante o ano todo. São obrigadas a realizar a transumância para os brejos ou terras altas durante a estação seca, o que é uma prática comum no Semi-Árido Nordeste.

³⁵- Com 5,49 hab/km² Cabaceiras é o município da Paraíba que apresenta menor densidade demográfica. A microrregião do Cariri Oriental, onde está situado, possui os menores índices (FIBGE, 1991).

³⁶- Classificação da FIBGE que corresponde grosseiramente ao que GRABOIS e VALVERDE chamam de Cariri Aplainado.

³⁷- As microrregiões do estado que apresentam um efetivo de ovinos e caprinos superior ao de bovinos são o Seridó Oriental Paraibano, o Cariri Ocidental e o Cariri Oriental. Considerando-se como total a somatória dos 3 rebanhos, os dois primeiros representam para essas microrregiões respectivamente 56,53%, 71,53% e 57,87% (PPM-PB, 1991)

³⁸- Termo usado para designar o rebanho de caprinos e ovinos.

A pobreza do município também está expressa na cidade, na simplicidade de suas casas e de seus estabelecimentos comerciais. Cabaceiras apresenta uma vida pouco ativa. Em 1991 foi fechada a agência local do Banco do Brasil devido ao pequeno movimento, voltado basicamente para o custeio agrícola.

É apenas passagem para alguns caminhões vindos do sul ou ocidente do estado em direção a Campina Grande ou ao litoral. Porém a função de passagem fica prejudicada em certos períodos. Os caminhos que ligam a cidade de Cabaceiras a Campina Grande são cortados pelo Taperoá e alguns riachos, seus afluentes. No período das chuvas, as águas do rio e dos grandes riachos interrompem esses caminhos ⁽³⁹⁾.

O município é composto por 3 distritos: Cabaceiras, São Domingos e Ribeira. São Domingos corresponde à porção sul do município. É o distrito mais pobre, onde o êxodo rural alcança altos índices. Grande parte de sua população, tanto rural como urbana, dedica-se à confecção de roupas, mantendo estreita relação com a cidade de Santa Cruz do Capibaribe em Pernambuco.

Cabaceiras e Ribeira ocupam a porção norte do município e apresentam uma maior ligação entre si. Ribeira é o distrito mais populoso e concentra cerca de 40% do eleitorado municipal ⁽⁴⁰⁾. Sua população é constituída predominantemente por camponeses pequenos proprietários, cuja principal atividade é a produção de alho.

³⁹- Há cerca de 10 anos iniciou-se a construção de uma ponte sobre o Taperoá para resolver esse problema. A cada ano eleitoral se constrói um pouco, mas até hoje ela não foi concluída. Ribeira também se acha incluída nessa área sujeita a isolamento periódico.

⁴⁰- Criado em 1988, o distrito de Ribeira só foi instalado em data posterior a da realização do censo demográfico de 1991. Isso impede a identificação de sua população total.

CAPÍTULO 3: A HISTÓRIA DE RIBEIRA

A seguir se apresentará a história sócio-econômica de Ribeira. Ela pouco difere daquilo que ocorreu em linhas gerais no conjunto dos Sertões. Como a cultura algodoeira não alcançou grande expressão na área devido às limitações de seu quadro natural, são identificados apenas dois grandes períodos:

1) Do séc. XVII a fins do séc. XIX - período dos primeiros povoadores e surgimento dos patriarcas- o tempo da abundância, de fazendeiros e vaqueiros. Caracteriza-se pelo domínio da atividade pecuária na fazenda, principal unidade sócio-econômica e espacial da época.

2) Do último quarto do séc. XIX aos dias de hoje -período de formação das comunidades - tempo de empobrecimento dos produtores, decadência e afirmação da condição camponesa. Caracteriza-se pela maior importância da atividade agrícola no contexto da unidade de produção familiar, apesar de a pecuária continuar a desempenhar um papel fundamental.

3.1- O tempo das grandes fazendas

Em meados do século XVII o interior da Paraíba é invadido por entradas oriundas da capital do estado, da Bahia e de São Vicente-SP. O objetivo principal dessas expedições foi inicialmente o de aprisionar índios (JOFFILY, 1892, p. 32).

Conforme a maior parte dos documentos consultados, teriam sido os Oliveira Ledo ⁽⁴¹⁾ os primeiros desbravadores dos Sertões Paraibanos. Eles são originários da Bahia.

Em carta de sesmaria datada de 1665 concedia-se terras no interior da Paraíba a Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo e outros. Estes alegavam já terem

⁴¹- Para alguns historiadores eles seriam descendentes da famosa "Casa da Torre" de Garcia d'Ávila.

aí instalado os seus currais. A data ⁽⁴²⁾ apresentava 12 léguas de largura por 30 de comprimento rio Paraíba acima, começando a 10 léguas da linha da costa (ALMEIDA, s.d.). Ela ocupava a área hoje correspondente à parte ocidental do Agreste e praticamente todo o Sertão do Cariri. Esta imensa sesmaria foi tendo suas terras efetivamente ocupadas progressivamente ao longo dos anos.

Em 1670 a fazenda Boqueirão é visitada pelo padre francês Martim de Nantes, que aí encontra índios Cariris em “convivência pacífica” com os colonizadores (MACHADO, 1912, p. 343). Boqueirão pertencia a Antônio de Oliveira Ledo.

Cerca de 30 anos mais tarde já se tinha notícia da presença dos Oliveira Ledo no Sertão do Piranhas. Boqueirão funcionou como trampolim para a expansão desta família pelos sertões adentro (ANDRADE, 1959, pp. 59-61).

Teodósio de Oliveira Ledo, sobrinho de Antônio, combateu com sucesso os Cariris em muitas ocasiões. De volta de uma entrada ao Sertão do Piranhas ele resolve fixar os índios mansos que o acompanhavam e funda em 1697 uma aldeia, atual cidade de Campina Grande (LOPES DE ANDRADE, 1948, p. 170).

Ainda no século XVII Pascácio de Oliveira Ledo ⁽⁴³⁾ funda às margens do rio Taperoá a fazenda Cabaceiras, nos domínios dos Oliveira Ledo. Cabaceiras é vendida a Domingos de Farias Castro e Antônio Guimarães Ferreira e em 1734 estes recebem sua carta de concessão ⁽⁴⁴⁾⁽⁴⁵⁾. A esse tempo Farias Castro já possuía terras a oeste de Cabaceiras que com ela faziam limite (ALMEIDA, op. cit., pp. 9 e 43).

⁴²- Porção ou faixa de terra. No Nordeste este termo não tem o mesmo significado que em MG, SP e PR, onde ele designa uma porção de terra com dimensões precisas -de 20 a 22 por 40 a 44 metros.

⁴³- Suposto sobrinho de Antônio Oliveira Ledo. Segundo a lenda, Pascácio roubou uma moça de família rica na Bahia e fugiu de lá. Cruzou a cavalo o rio São Francisco, seguiu a ribeira do Moxotó até a nascente, chegando à Paraíba. Nesse estado foi acolhido pelo tio no povoado de Boqueirão, às margens do rio Paraíba, onde se casou com uma grande festa. De lá partiu em direção ao Taperoá e instalou sua fazenda.

Há uma outra versão para essa história citada por Antônio Pereira de Almeida, mas que não é mencionada pelos Ribeirenses. Nesta, a figura principal do episódio seria um mulato baiano chamado Pascoal Ferreira. Ele teria fugido com a filha do patrão que estaria grávida de um branco e se casado com ela na Paraíba, assumindo a paternidade da criança nascida desta gravidez.

⁴⁴- A prática de compra e venda de sesmarias já estava prevista nas resoluções de D. João III referentes à criação do sistema de sesmarias para o Brasil (CIRNE LIMA, 1954, pp.33 e 34). Porém, tanto a posse obtida pela compra como aquela decorrente de herança necessitavam da emissão de uma outra carta de concessão em nome do novo sesmeiro para serem validadas (ALMEIDA, pp.43, 50 e 51).

⁴⁵- A sesmaria apresentava 3 léguas de comprimento por 1 de largura, respeitando o limite determinado por ordem régia de 1695, confirmada por disposições posteriores como a provisão de 1729. Contudo,

Os Cariris Velhos são desbravados no século XVIII. Documentos de meados desse século ainda registram a concessão de terras em áreas ditas devolutas. Porém, convém lembrar que o pedido de concessão se dava sob o argumento de já haver uma efetiva ocupação da terra.

A penetração em direção aos Sertões ocorrida nesse período resultou, dentre outros fatores, da aplicação de uma carta régia de 1701 que proibia a criação de gado até 10 léguas da costa.

A multiplicação das fazendas leva ao desdobramento das antigas sesmarias em novas datas. Desaparece o hábito, em vigor até então, de deixar uma légua de terra devoluta como divisa separando as fazendas. Muitas datas são concedidas em terras de sobras em torno dos antigos sítios, tornando-se estas a sua continuação. Um mesmo proprietário podia possuir terras em diferentes datas. Elas eram concedidas a um único fazendeiro ou a um grupo deles. (ALMEIDA, op. cit.)

O povoamento dos Cariris processou-se de maneira lenta. Os criadores “saltaram” o Alto-Paraíba à procura de Sertões melhores. Seu acentuado grau de semi-aridez ⁽⁴⁶⁾, associado a um solo raso, relaciona-se a pastos mais pobres e a uma agricultura de pequena expressão se comparados aos de outros segmentos dos Sertões. (ANDRADE, 1959, p. 63-65)

Nos Cariris o algodão não se desenvolveu da mesma forma que em regiões como o Seridó e o Sertão do Piranhas. Enquanto esta cultura ocupava vastas extensões de terra e animava a vida de inúmeras cidades nos Sertões, nos Cariris ela alcançou uma pálida expressão.

A agricultura limitou-se a áreas restritas nos vales dos principais cursos d'água. A pecuária continuou a predominar na região ao longo do séc. XIX. Rebanhos de caprinos e ovinos associados aos de bovinos compunham o seu traço característico.

apesar da lei, após esta data ainda houve concessões de maiores dimensões. (PRADO Jr., 1948, p. 187; CIRNE LIMA, 1954, p.43)

⁴⁶- A superfície dos Cariris Velhos, depressão intermontana do centro do planalto da Borborema, está parcialmente ao abrigo das principais massas de ar que transportam umidade para o interior nordestino. Por isso a área apresenta baixos índices pluviométricos anuais distribuídos por um regime de chuvas extremamente irregular. (FIGUEIREDO GOMES, 1980)

Novamente a região ficou de fora de um movimento povoador mais intenso. Até hoje os Cariris Velhos são a área menos povoada do estado.

O início do século XIX é marcado pela instalação daqueles que são os patriarcas do grupo camponês estudado ⁽⁴⁷⁾. Mesmo possuindo terras em diferentes sítios ou datas, cada patriarca ficou identificado com a terra onde morava e exercia o seu patriarcado. Nessas terras desenvolveram-se posteriormente os principais núcleos de povoamento da área, que conservam os nomes das datas que lhes deram origem (Ribeira, Curral de Baixo, Poço Comprido, Santa Cruz e outros).

Em certos casos um mesmo sítio abrigou mais de um patriarca ou uma mesma família exerceu o seu patriarcado sobre mais de um sítio.

Importantes cidades da região, como por exemplo Cabaceiras e Boqueirão, também têm a sua origem relacionada a grandes fazendas de gado.

O aumento da população provocou uma contínua diminuição das áreas das fazendas, fragmentadas pela herança. Nem mesmo as alianças matrimoniais intrafamiliares, bastante frequentes na área, conseguiram limitar esta tendência.

Pastos menores, ainda que explorados de modo mais intensivo, levaram a uma redução no tamanho dos rebanhos. Também como consequência desse processo dá-se uma modificação no sistema de criação com a adoção da prática da transumância para o gado bovino.

Os caprinos, melhor adaptados à região, eram produzidos em grande escala visando sobretudo a subsistência. Porém, o seu couro foi ganhando aos poucos importância comercial.

Durante muito tempo, produziu-se apenas o couro cru. A arte de curtir só se difundiu na área nas portas do século XX, época em que surgiu a primeira artesã de roupa de couro em Ribeira.

⁴⁷- Todos aparentados aos Oliveira Ledo e aos Farias Castro, primeiros povoadores do lugar. Como se vê em ALMEIDA op. cit. O grupo camponês estudado descende em sua maioria das famílias que a partir daí se formaram.

3.2- A afirmação de um novo modo de vida camponês em Ribeira

3.2.1- O empobrecimento dos produtores

As transformações sócio-econômicas verificadas nos Sertões ao longo do século XX causaram importantes mudanças em Ribeira. Porém, o empobrecimento de grande parte de seus produtores, um dos principais aspectos dessas mudanças, já vinha ocorrendo desde fins do século passado. É nessa época que muitos proprietários transformam-se em camponeses em Ribeira.

O processo de pecuarização avança, os pastos das grandes propriedades são cercados e dinamiza-se o mercado de terras. Para os pequenos proprietários, a criação de caprinos e ovinos passa de atividade de subsistência a produção voltada para o mercado.

A área rompe o seu "isolamento" e integra-se de forma mais efetiva ao espaço nacional com a melhoria das estradas e a chegada dos caminhões.

O final do século passado e o início do atual correspondem a um período de transição para os proprietários de terra em Ribeira. Passou a predominar entre eles a categoria de vaqueiros autônomos ⁽⁴⁸⁾. A unidade de produção tornou-se familiar, constituindo-se numa unidade camponesa. Não se trata, contudo, de um processo uniforme. Algumas propriedades se mantiveram como grandes unidades.

A principal fonte de renda continuou a ser o criatório. Algumas fazendas centram a sua atividade na produção de caprinos.

As propriedades dos vaqueiros autônomos possuíam em média 200 ha. Os rebanhos de bovinos contavam com cerca de uma centena de cabeças e os de caprinos alcançavam várias centenas ⁽⁴⁹⁾. Apenas os grandes proprietários, possuidores de rebanhos com 500 ou mais cabeças de gado, eram chamados de fazendeiros. Os vaqueiros autônomos em geral descendiam dos antigos fazendeiros, permanecendo em

⁴⁸- Em Ribeira, chamava-se de *vaqueiro* todo aquele que trabalhava direto com o gado, seja ele empregado ou proprietário da terra. SOARES propõe chamar estes últimos de vaqueiros autônomos. (1968, p. 47)

⁴⁹- Valores calculados de forma aproximada, com base em informações obtidas em entrevistas com os produtores mais velhos sobre o tempo de seus pais.

terras da família. Também havia entre eles aqueles que conseguiram "entrar na terra" após terem trabalhado como vaqueiro em alguma fazenda da área.

Da mesma forma, era comum empregar-se parentes mais pobres como vaqueiro e o casamento destes trabalhadores com alguma herdeira. O casamento assegurava o acesso à terra. A origem dos vaqueiros e a expressão do patrimônio herdado contribuía para a diferenciação social existente entre eles.

Hoje, no município, são consideradas grandes propriedades as unidades com área a partir de 500 ha. Elas estão em geral nas mãos de fazendeiros ausenteístas, cuja principal fonte de renda está fora do campo. Estes fazendeiros (comerciantes, industriais, profissionais liberais etc.) possuem ampla participação na vida política local.

A paisagem é marcada por grandes extensões de terra despovoadas. Os rebanhos se distribuem de forma esparsa. A lotação dos pastos apresenta a média de um boi por cinco hectares.

Em cerca de 3 gerações a fragmentação da terra foi tal que hoje a área média das propriedades em Ribeira é inferior a 10 ha. Contudo, há em meio ao grupo camponês estudado uns poucos que possuem propriedades com cerca de 100 ha ou mais, formando um segmento privilegiado.

A unidade de produção camponesa reproduz-se sob condições cada vez mais difíceis, utilizando as mais diversas e complexas estratégias de resistência.

De vaqueiro a *criador*:

A contínua redução do rebanho bovino aliada ao crescimento da população local resultou, nas primeiras décadas deste século, na transformação do objetivo da *criação*. Produção de subsistência desde tempos remotos, a pecuária de ovinos e caprinos passa a destinar-se crescentemente ao mercado. Atualmente a *criação* só é consumida pela unidade doméstica em ocasiões especiais.

A renda proporcionada pela venda da *criação* é utilizada para a subsistência da família. Ela representa um dinheiro seguro em anos de invernos ruins, quando os

animais são vendidos para "fazer a feira" em Cabaceiras ⁽⁵⁰⁾. Em anos bons este dinheiro permite a aquisição de bens de outra natureza como remédios, tecidos ou objetos para a casa.

Pecuarização, processo de cercamento e as novas relações com a terra.

No início da década de 40 o Banco do Brasil de Campina Grande estimulou a atividade pecuária através de financiamentos de investimento e recria. Tal fato trouxe algumas melhorias técnicas e desencadeou o cercamento de propriedades em Cabaceiras. Até então só as fazendas próximas a Campina Grande eram cercadas.

Camarada que nunca viu gado se socou no negócio de gado.

Teve gente que perdeu terra, outros enriqueceram numa semana.

De 1943 para trás não se abria uma porteira de Ribeira até Cabaceiras. (depoimentos de um camponês da área)

O processo de cercamento se deu de forma conturbada em Ribeira e não alcançou a expressão que teve entre os grandes proprietários do município. Foi necessário dividir as terras. Procurou-se respeitar as linhas das sesmarias, mas, muitos contestaram os limites estabelecidos pelo agrimensor, outros entraram em terra alheia etc. Predomina até hoje na área o uso da terra indivisa.

A partir dos anos 60 o estímulo à inovação técnica da pecuária foi intensificado. Os incentivos governamentais à atividade agropecuária representaram a valorização das terras. A propriedade da terra passa a significar a possibilidade de acesso a financiamentos subsidiados.

O processo de cercamento é retomado, afirmando os limites das propriedades e subtraindo terras dos campos gerais, que são reinseridas na produção como mercadoria.

Os camponeses de Ribeira foram "cercados" pelas grandes propriedades, passando a contar com menores pastos. A pressão demográfica sobre a terra é cada vez maior, comprometendo a reprodução do grupo.

⁵⁰- Expressão que significa comprar os mantimentos necessários para alimentar a família.

No início as cercas eram de madeira, apresentando pequena durabilidade. Hoje as cercas são de arame farpado. Elas possuem comumente 8 arames para impedir a entrada da *criação* de estranhos. A *criação* degrada muito os pastos devido à sua característica de comer qualquer coisa, buscando alimento mesmo nas raízes das gramíneas. As terras dos fazendeiros estão todas fechadas.

Com as cercas e a valorização dos pastos tem-se o fim da prática da transumância baseada na troca de pastos, que passam a ser alugados. Os fazendeiros melhor estabelecidos possuem uma outra fazenda em terras mais úmidas para onde enviam o seu rebanho.

Em 1980 inicia-se no Cariri o reflorestamento de terras de propriedade privada com algarobas. Tal política visava contribuir para a auto-suficiência da fazenda na alimentação animal com o fornecimento da vagem. Um outro objetivo declarado foi o de revalorização de terras do semi-árido face à sua destruição pelo desmatamento e superpastoreio. Porém, ela funcionou sobretudo como mais um meio de favorecimento dos grandes proprietários com a concessão de créditos subsidiados.

Estratégias de resistência do campesinato de Ribeira

No início do século os camponeses de Ribeira passaram da condição de vaqueiros para a de pastores. Ligada a esta mudança cresce a importância da agricultura como atividade de subsistência. Até então ela desempenhava apenas um papel complementar na produção de alimentos. A fragilidade da estrutura produtiva face ao ambiente semi-árido aumentou, deixando o produtor mais e mais exposto às susceptibilidades climáticas da região. Qualquer irregularidade na estação das chuvas passa a refletir fortemente no nível de subsistência dos produtores que dependem muito do *lucro* ⁽⁵¹⁾ do roçado.

O posterior avanço da "modernização" da atividade pecuária e do processo de cercamento das fazendas na área reduziram ainda mais o espaço da pecuária camponesa e agravaram esta tendência.

⁵¹- Termo que se refere ao rendimento do roçado.

Além da venda da *miunça* ⁽⁵²⁾ os camponeses mais pobres passaram a desenvolver periodicamente outras atividades para ampliar os seus rendimentos e garantir a subsistência da família independentemente dos resultados da lavoura.

Quando a seca apertava muitos migravam para o Brejo para plantar mandioca. O Brejo continuava a ser o refúgio, mas estas terras já não lhes pertenciam mais, sendo cedidas em parceria. Outros migravam para Campina Grande a procura de trabalho.

Sobretudo a partir dos anos 50, cresce a produção de carvão como alternativa de sobrevivência nos períodos secos. Os sacos de carvão seguiam em lombos de jumentos para Campina Grande, onde eram comercializados.

Campina foi crescendo, estendendo-se e consumindo mais carvão. A população de Ribeira também crescia e como o meio de viver era pouco o carvão passou a ser um importante produto para a região. Foi a morte do Cariri. (depoimento de um camponês mais velho)

A produção do carvão, atividade altamente devastadora, é utilizada até hoje como um recurso extremo durante os períodos de seca. O seu resultado é a intensificação da fragilidade do ecossistema e a exposição do camponês a condições mais e mais difíceis. O pasto é cada vez mais ralo. Caminha-se para a desertificação.

A migração para o "sul", Brasília e Rio de Janeiro principalmente, tornou-se habitual depois da guerra, quando os caminhões e as estradas pavimentadas cortaram a região. Ela é frequentemente mais uma estratégia para garantir a sobrevivência do grupo familiar. O migrante, em geral chefe de família ou filho adulto, costuma enviar dinheiro para ajudar no sustento dos que ficaram em Ribeira.

É neste contexto que, no final dos anos 70, é implantado um projeto de desenvolvimento rural na área voltado para a expansão da cultura do alho. Produção de subsistência cujo excedente era comercializado na feira em Campina Grande, o alho ganhou o status de cultura comercial, tornando-se "o boi do pobre" ⁽⁵³⁾.

⁵²- Expressão, que, assim como *criação*, é utilizada regionalmente para designar o rebanho formado por caprinos e/ou ovinos.

⁵³- Assim também foi chamado o algodão em seu período áureo pelos camponeses que o produziam.

3.2.2- A cultura do alho: um fôlego a mais

A intervenção do Estado em Ribeira: o projeto do alho

Em Ribeira a intervenção do Estado se realiza através do PRODECOR⁽⁵⁴⁾. Nos anos de 1978/79 este programa está se instalando na Paraíba. A região escolhida para receber a sua intervenção foi a do Cariri Paraibano. Até então ela havia permanecido fora das ações de programas como o POLONORDESTE e o PROJETO SERTANEJO.

Em 1979 a comunidade de Ribeira é visitada pelos técnicos do PRODECOR/PB e devido ao nível de organização apresentado é selecionada para a implantação de um projeto de desenvolvimento rural. Os objetivos oficiais básicos eram: elevação da renda dos produtores assistidos, melhoria da qualidade de vida, organização sócio-política da comunidade visando tornar o processo de transformação auto-sustentável. Para alcançá-los, o meio adotado foi o incentivo à produção do alho em novas bases técnicas.

Havia uma tradição ligada ao alho, que era cultivado na área há cerca de três gerações como cultura de pequena expressão no conjunto das atividades de cada unidade camponesa. A cultura era desenvolvida com base no trabalho familiar e ocupava o primeiro nível da várzea do Taperoá. Irrigava-se por meio de latas, baldes ou regadores com água trazida de uma cacimba cavada no leito seco do rio, o que demandava um grande esforço físico.

As inovações introduzidas na cultura do alho pelo Projeto foram a utilização de moto-bombas a diesel para irrigação⁽⁵⁵⁾, a aplicação de adubos químicos e agrotóxicos. Elas desencadearam o aumento da produtividade e da produção, resultando numa maior rentabilidade. Mas também causaram a elevação dos custos de produção.

⁵⁴- O PRODECOR, Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais, programa especial do Ministério da Agricultura voltado prioritariamente para o Nordeste. Contava com recursos do PIN e do PROTERRA. Em 1985 foi transformado em Coordenadoria de Municipalização da Agricultura e Desenvolvimento Comunitário Rural, COMAGRI.

⁵⁵- Estas já eram conhecidas na área, porém o seu uso era muito restrito.

A implantação do projeto ocorreu durante a seca de 1979/84, o que aumenta a sua importância para a reprodução do grupo assistido.

No primeiro ano do projeto foram selecionados 36 produtores. Os critérios de seleção adotados foram: a posse da terra com acesso ao rio, a tradição no cultivo do alho, o maior número de dependentes por família e a postura receptiva quanto às normas técnicas de cultivo a serem definidas e postas em prática pelo Projeto. ⁽⁵⁶⁾

Os 36 produtores escolhidos foram organizados para o cultivo em grupos de no mínimo três produtores, com a estimativa de 0,5 ha de área cultivada por pessoa, ou seja, 400 canteiros. Na realidade, cada produtor ficou em média com pouco mais de 100 canteiros.

Financiou-se o custeio da produção, um trator de pneus e seis conjuntos de irrigação com moto-bombas a diesel. Construiu-se um armazém e a Cooperativa de Créditos de Cabaceiras foi transformada em Cooperativa Mista para atuar no projeto. Os recursos foram liberados pelo Ministério da Agricultura.

O PRODECOR atuou como órgão de coordenação e a Prefeitura como órgão executor. Era a Prefeitura que geria os recursos.

Como não houvesse sementes na região na quantidade suficiente exigida para o novo plantio, importaram-se sementes de Minas Gerais. Porém, houve um problema de adaptação e as sementes tiveram o seu poder germinativo inibido. Recorreu-se, então, às sementes disponíveis na região para evitar a perda total dos investimentos. Em consequência, a área plantada foi reduzida de 18 para 6 ha.

O PRODECOR adotou o planejamento participativo. A comunidade teve voz ativa em todas as fases do projeto, desde sua elaboração até sua execução e avaliação.

⁵⁶- As informações sobre o projeto aqui apresentadas foram extraídas em grande parte do texto: "Avaliação 'ex-post' do Projeto Agrícola do Alho. Distrito de Ribeira -Município de Cabaceiras, Paraíba". Este trabalho foi realizado por Laura C. SPINELLI em co-autoria com Emília de Rodat BARBOSA. SPINELLI trabalhou como assistente social do PRODECOR/PB em Ribeira durante o período do projeto. Também utilizou-se informações obtidas em entrevistas realizadas com o técnico responsável pelo escritório da EMATER em Cabaceiras; o administrador da Cooperativa Mista de Cabaceiras; o prefeito de Cabaceiras na época da implantação do projeto e o primeiro presidente da ARPA (Associação Ribeirense de Produtores de Alho).

Ainda no primeiro ano do Projeto, resultando do trabalho do PRODECOR/PB junto à comunidade, é criada a Associação Ribeirense dos Produtores de Alho, a ARPA.

A ARPA passa a desempenhar um papel chave na implantação do projeto, dando suporte à ação dos técnicos do PRODECOR. Além disso, a organização dos produtores estava entre os objetivos oficiais do projeto

No ano de 1980, o número de produtores integrantes do projeto passa a 100. Foram financiadas mais 20 moto-bombas e cultivados 25 ha de alho. Utilizaram-se neste e nos anos subsequentes sementes da região.

Ainda em 1980 a LBA ⁽⁵⁷⁾ destinou recursos para um programa de melhoria habitacional na área. Cento e uma residências foram atendidas, sendo dotadas de piso, reboco e construção de privadas com reservatórios de água.

Em 1981 o Projeto recruta 105 agricultores, cultivando uma área de 40 ha. O PARAIBAN ⁽⁵⁸⁾ financia 63 novos equipamentos de irrigação. Contudo, o atraso na liberação dos recursos, que atinge inclusive o crédito de custeio, prejudica o ritmo de ação do Projeto.

Nesse ano, devido aos rendimentos obtidos, alguns produtores puderam adquirir equipamentos próprios. Eles passaram a cultivar o alho individualmente, deixando os grupos formados pelo projeto ⁽⁵⁹⁾.

No ano seguinte o Projeto contou com 131 produtores, explorando 67 ha. Através da Cooperativa Agrícola Mista de Cabaceiras, foi feito um financiamento com o PARAIBAN -recursos do Pró-Várzeas ⁽⁶⁰⁾- para obtenção de 54 equipamentos de irrigação e custeio da lavoura. A partir desse ano a assistência técnica do Projeto ficou sob a responsabilidade da EMATER ⁽⁶¹⁾.

A LBA novamente destina recursos para a área, agora para a compra de material para a construção da sede da ARPA. O edifício foi construído pelos próprios associados.

⁵⁷ - Legião Brasileira de Assistência.

⁵⁸ - Banco do Estado da Paraíba.

⁵⁹ - Gradativamente se desfizeram os grupos de produtores. Hoje o cultivo do alho em comum é pouco frequente na área, sendo encontrado somente quando os produtores têm laços de família próximos.

⁶⁰ - Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis.

⁶¹ - Em 1981 foi criado o escritório da EMATER em Cabaceiras. Antes disso os integrantes do projeto eram assistidos por técnicos agrícolas do próprio PRODECOR.

Em 1983 participaram apenas 92 produtores, o que representa uma redução de cerca de 29,8% em relação ao ano anterior. Isso ocasionou uma queda na área cultivada, que ficou em 32 ha.

A redução do número de agricultores está relacionada com a não-efetivação dos pagamentos referentes ao custeio junto à agência financiadora nos prazos fixados. Este fato decorreu do retardamento na liberação dos recursos para a comercialização da produção pela Cooperativa, no ano de 1982.

Também houve baixa na produção devido à maior concentração de sais na água de irrigação ⁽⁶²⁾. A salinidade da água depende da vazão do rio, que por sua vez depende das chuvas e da intensidade de evaporação. O processo de salinização foi desencadeado pelo aumento do consumo de água resultante do crescimento da área cultivada, somado à conjuntura de seca. (GRABOIS, MARQUES e SILVA, 1991, p. 97)

Ocorreram muitos prejuízos. O Banco do Brasil perdoou parte das dívidas dos produtores junto à instituição. Ainda assim, muitos sofreram fortes perdas em seu patrimônio. Alguns venderam motor e sementes, outros o carro ou a motocicleta. Houve até quem vendesse própria casa.

Nesse mesmo ano foi instalada a ARPA Indústria e Comércio de Produtos Vegetais Ltda, pertencente à própria associação. Esta micro-empresa de processamento de pasta de alho foi criada com o objetivo de solucionar o problema da demanda na entressafra, pois, com a industrialização, o produto pode ser armazenado por um período de tempo superior ao alho *in natura*. Além disso, permite o aproveitamento do alho pequeno, que tem pior aceitação no mercado. Seu funcionamento ficou a cargo da diretoria da ARPA.

Nesse ano o PRODECOR deixou a área e os créditos deixaram de ser a fundo perdido.

⁶²- A ameaça de salinização representada pelo método de irrigação adotado foi detectada antecipadamente pelos técnicos do projeto. Como não houvesse recursos para a adoção de outros métodos, nada foi feito para prevenir o problema.

Vários órgãos foram envolvidos na implantação e execução do Projeto sob a coordenação e supervisão do PRODECOR⁽⁶³⁾. No desenrolar do processo, despontaram alguns conflitos entre os interesses representados nesses órgãos e comprometidos com diferentes esferas do poder, seja local, estadual ou federal.

Cifras anuais alcançadas pelo projeto no período de 1979 a 1983 -área cultivada com alho, número de produtores e aquisição de equipamentos.

Ano	Área (ha)	Produtores (nº)	Moto-bomba (nº)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)
1979	6	36	6	6,4	1066
1980	25	100	20	84,7	3388
1981	40	105	63	150	3750
1982	67	131	54	270	4030
1983	32	92	-	120	3750

Fonte: PRODECOR/PB, 1984, extraída de BARBOSA e SPINELLI, p.28.

O período pós-PRODECOR

Em 1984 a área plantada sofre uma retração, ficando em torno de 19 ha⁽⁶⁴⁾.

Parte dos produtores arrendou terras no açude Olho d'Água, próximo à vila de Ribeira, para evitar as perdas com a salinização⁽⁶⁵⁾.

No ano seguinte os campos de alho ocuparam 24 ha. É maior a procura por terras de açude. Muitos produtores foram plantar no açude de Boqueirão, que fica no município vizinho de mesmo nome. A safra foi boa e o produtor recobrou a confiança na cultura.

Em 1986 a área cultivada torna a crescer, chegando a 44 ha. Vive-se sob a vigência do Plano Cruzado, quando a produção para o mercado interno é estimulada e o

⁶³- Conforme mencionado, esteve presente o Ministério da Agricultura, bancos oficiais, a EMATER, a Cooperativa Agrícola Mista de Cabaceiras, a LBA e a Prefeitura Municipal de Cabaceiras. Além desses, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado também participou na condição de órgão conveniente, dando apoio técnico e logístico quando necessários.

⁶⁴- Os dados referentes à fase de implantação do projeto não consideram os produtores não-integrantes. Os dados do período pós-PRODECOR foram obtidos na EMATER-Cabaceiras e se referem aos produtores por eles assistidos no município. A grande maioria desses produtores é do distrito de Ribeira.

⁶⁵- Os solos de açude são mais rasos e de textura mais fina, o que aumenta a evaporação e diminui a infiltração, tornando-os mais sensíveis à salinização. A sucessão dos plantios reforça essa tendência. (AGUIAR e COHEN, 1987, p.107)

crédito rural apresenta taxas de juros reais negativas ⁽⁶⁶⁾. Aumentam os pedidos de financiamento entre os produtores de alho.

Em 1987 os campos de alho ocupam 78 ha. Observa-se uma tendência de retorno às terras do rio. A procura por financiamentos cresce ainda mais. Porém o recrudescimento do processo inflacionário e a nova crise recessiva causam o encarecimento do crédito. Nesse ano houve variação excessiva de temperatura durante os meses de cultivo e a safra foi prejudicada. Foram muitos os casos de inadimplência.

Os anos de 88 e 89 registram novamente uma retração da área cultivada, com 15 e 12 ha respectivamente. A procura por financiamento foi pequena devido aos juros altos. O produtor optou pela redução da área plantada.

Somente em 1990 iniciou-se uma tímida retomada da produção. Não choveu o suficiente para que os açudes tomassem água, o que limitou a área cultivada ⁽⁶⁷⁾. Houve atraso na liberação do crédito e parte do plantio aconteceu fora de época. Além disso, os preços alcançados foram baixos ⁽⁶⁸⁾. Muitos não conseguiram quitar as suas dívidas com o banco.

Nos primeiros anos do projeto foi grande a procura por crédito bancário, incentivada pelo PRODECOR e pelas facilidades do crédito subsidiado. Aos poucos acumularam-se as experiências negativas e o produtor foi se afastando do banco. Alguns depoimentos recolhidos entre os camponeses da área retratam bem o sentimento de insegurança e de risco que envolve as transações com o banco:

Comecei a mexer com o banco de 1979 para cá. Hoje não interessa mais. Não dá para esperar o alho dar preço porque enquanto isso a dívida do banco vai lá pra cima. No banco vai rolando juro sobre juro.

⁶⁶- Ver MARTINE (1989) pp.6-19.

⁶⁷- Em 1990 a região passa a viver sob uma nova conjuntura de seca, que se prolongou até março de 1994.

⁶⁸- Ocorre a oscilação dos preços do alho no mercado nacional, seja devido ao aumento da produção, seja pela importação feita em grande escala. Em 1979 foi lançado o primeiro PRONALHO -Programa Nacional do Alho-, que disciplinou o crédito rural e a política de importações visando o aumento da produção no país. Em 1985 criou-se o segundo PRONALHO para fazer face ao crescimento das importações registrado a partir de 1982.

Com esse negócio de banco chega no final do ano e não dá nem para pagar as dívidas.

A derrota do povo é o banco. Em 82 pedi emprestado para o alho e, quando terminou, o apurado só deu para pagar o banco.

Quem tem alguma coisa a perder entra (pede financiamento), quem não tem não entra.

Mexer com dinheiro do banco não dá futuro. Tem a sujeição da correção monetária e a gente nunca sabe quanto vai ter de pagar.

Mesmo entre aqueles que continuavam a procurar o banco, verifica-se a existência de um certo receio. Um funcionário da agência do Banco do Brasil de Cabaceiras ⁽⁶⁹⁾ fez a seguinte afirmação a esse respeito: "O que faz o movimento do banco é o resultado do ano anterior."

Caso a última safra tenha apresentado um resultado positivo, há uma tendência à expansão da área cultivada, o que implica um aumento nos gastos com insumos industriais e com mão-de-obra assalariada. Conseqüentemente há uma maior procura por financiamento.

Ao longo do período analisado ocorreu uma intensa variação do número de canteiros cultivados por unidade de produção e da demanda por créditos bancários em função do alto grau de instabilidade que tem marcado a cultura do alho em Ribeira. Os fatores responsáveis por esse processo foram:

- a fragilidade da cultura frente às limitações do quadro natural como a salinização, a variação de temperaturas e na distribuição das chuvas;
- as deficiências do sistema de crédito bancário, que registra frequentes atrasos na liberação das parcelas do crédito;
- as oscilações na política agrícola e monetária com fortes reflexos sobre a taxa de juros do crédito rural.

⁶⁹ - Esta agência foi fechada em janeiro de 1991. A partir dessa data os produtores passaram a recorrer ao PARAIBAN em Boqueirão.

- as flutuações do preço do alho no mercado.

O poder de ação desses fatores sobre a produção camponesa é determinado pela própria organização interna da unidade doméstica.

A unidade doméstica camponesa funciona como uma pequena unidade de produção de recursos muito limitados, estando sujeita em grande medida às poderosas forças da natureza, ao mercado e ao Estado. (SHANIN, 1972, p.161)

Resultados do Projeto

O projeto do alho constituiu uma das ações de caráter social levadas a efeito pelo Estado com vistas à sua legitimação. Sua implantação ocorreu num momento crítico da reprodução do campesinato de Ribeira, quando o êxodo rural representava uma das principais alternativas de sobrevivência.

Apesar dos problemas enfrentados ao longo da década de 80, a produção de alho firmou-se. O alho passa de cultura complementar a cultura principal no sistema de produção da maioria das unidades domésticas.

Verifica-se uma grande expansão da área cultivada. O número de canteiros por produtor passa a variar entre 100 no mínimo e 200, 300 ou mais. O emprego da motobomba permite a irrigação de campos maiores e torna o camponês menos dependente da proximidade do leito do rio. O plantio do alho ocupa terras mais altas na várzea do Taperoá.

A implantação de maiores campos tem como consequência uma maior demanda por força de trabalho, criando condição para o crescimento do trabalho assalariado. Outra consequência da expansão desta cultura é o forte aumento do consumo de água, havendo um rebaixamento do lençol freático que causa o gradual desaparecimento das lavouras de vazante e a salinização das terras irrigadas.

O comprometimento do solo trouxe prejuízos para os agricultores e provocou seu deslocamento das várzeas do Taperoá para alguns açudes mais próximos, como o de Olho d'Água e uma série de outros pequenos açudes particulares, ou mais distantes,

como os de Boqueirão e São Domingos. Os solos desses açudes ainda não apresentavam indícios de salinização, resultando em rendimentos mais favoráveis.

O acesso a essas terras ocorre através do arrendamento. Nos pequenos açudes particulares ⁽⁷⁰⁾, é cobrada uma renda de 20% do alho colhido ou qualquer outra cultura aí realizada ⁽⁷¹⁾. O arrendamento é feito geralmente por tempo indeterminado, mas se restringe à safra do alho nos anos em que o nível do açude está mais baixo.

No caso da cultura do alho, trata-se de um arrendamento particularmente extorsivo, levando-se em conta o alto valor comercial do produto e o fato de ele ser proveniente de um sistema intensivo de investimento e trabalho.

Diante dessas condições, às quais se soma a política da EMATER e do Banco do Brasil de só liberar empréstimos para o plantio nos açudes face à salinização das várzeas, muitos produtores buscaram terras em açudes maiores e mais distantes, que são arrendadas por um menor preço. Os principais exemplos são os açudes de Boqueirão e São Domingos. O arrendamento é feito por um período de quatro meses no primeiro e um ano no segundo mediante o pagamento de uma renda em dinheiro, cujo valor é acordado antecipadamente.

O plantio em terras de açude afetou o funcionamento da unidade familiar. Como a distância de Ribeira para esses açudes não permite deslocamentos diários, tal como ocorre em Olho d'Água, os agricultores eram obrigados a passar a semana acampados no local da plantação. Isso funcionou bem somente em casos de famílias numerosas, em que uma parte ficou cuidando da propriedade enquanto a outra se dedicava ao cultivo do alho.

Tais dificuldades explicam o retorno de grande parte dos produtores às terras do rio em 1987 e o necessário confronto com o Banco do Brasil e a EMATER. Numa reunião promovida pela ARPA com a presença de representantes dessas entidades, os

⁷⁰- Somam ao todo cerca de uma dezena, sendo que apenas os dois açudes situados na fazenda Olho d'Água estão em terras de um fazendeiro. Os açudes restantes pertencem a camponeses abastados, são eles: Aç. da Barragem do Lucas, Aç. Cabeça de Boi, Aç. Lagoa do Canto, Aç. do Riacho da Varjota, Aç. dos Ambrósios em Poço Comprido, Aç. do Joda, Aç. de Tanques do Capim.

⁷¹- Alguns produtores plantam o pimentão ou o milho para forragem após o alho.

agricultores conseguiram que o crédito de custeio voltasse a ser concedido para os plantios em terras do rio.

Entre os que continuam fugindo da salinização, é nítida a preferência pelos pequenos açudes particulares situados nas proximidades de Ribeira. Os açudes de Boqueirão e São Domingos são procurados somente em anos mais secos, quando os pequenos açudes apresentam níveis muito baixos.

À medida que os resultados do projeto mostraram-se favoráveis, outros produtores aderiram ao cultivo do alho, na condição integrantes do projeto ou não.

Verificaram-se até algumas tentativas de plantio em maior escala, a partir de capitais oriundos da zona urbana, de pequenos empresários. Tais iniciativas redundaram em fracasso. A explicação de tal fato não pode ser atribuída apenas ao pouco conhecimento desses empresários em relação à cultura. A questão fundamental está em que a lógica da produção camponesa não é a mesma do empreendimento capitalista. A primeira visa a sobrevivência da família e a reprodução da unidade de produção. O segundo tem como objetivo a reprodução ampliada do capital investido na produção.

A rentabilidade da cultura do alho em Ribeira se explica pelo uso intensivo da mão-de-obra familiar ⁽⁷²⁾ e pela produção da própria semente, o que corresponde à maior parcela dos custos. Para o capitalista, o peso desses itens nos custos de produção foi muito grande. Isto é, nas condições técnicas em que a cultura do alho é realizada em Ribeira, a grande produção de caráter capitalista tem se mostrado pouco rentável.

Essas experiências malsucedidas cometeram muitos erros no tocante aos tratamentos culturais (número de limpas, frequência de irrigação etc.) que na realidade representaram economia de mão-de-obra. A isso se devem os baixos rendimentos obtidos, o que, em certos casos, redundou em prejuízo.

⁷²- Na produção camponesa o uso da mão-de-obra familiar não representa uma despesa e sua remuneração não se dá nos termos de um salário individual como no empreendimento capitalista.

A produção camponesa não individualiza ganhos nem despesas pessoais. Seu cálculo econômico, como explica Chayanov, não considera o lucro nem o salário, mas uma única categoria de rendimento, a renda familiar. Esta é o produto líquido após subtraídos os gastos com insumos da renda bruta. (CHAYANOV, 1974)

O insucesso dessas iniciativas não impediu que novos empreendimentos semelhantes fossem levados a efeito na área. Com base nas experiências anteriores essas tentativas têm utilizado tecnologias poupadoras de mão-de-obra como a irrigação por aspersão e a aplicação de herbicidas em substituição às limpas, obtendo melhores resultados.

Aqui fica reforçada a idéia de que há uma íntima relação entre as técnicas utilizadas no cultivo do alho em Ribeira e a lógica interna da produção camponesa.

O volume da produção alcançado em Ribeira, apesar de expressivo a nível da Paraíba, representando cerca de 70% da produção do estado, é insignificante em termos do mercado nacional como se pode ver no quadro a seguir.

Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio do alho no município de Cabaceiras, na Paraíba e nos principais estados seus produtores em 1989 e 1991.

Local de produção	Área colhida (ha)		Qtidade produzida (t)		Rend. médio (kg/ha)	
	1989	1991	1989	1991	1989	1991
Cabaceiras	25	20	150	80	6000	4000
Paraíba	36	27	184	105	5111	3889
M. Gerais	3074	3654	13990	17246	4551	4720
S. Catarina	3018	4581	16722	22592	5540	4932
Goiás	1286	-	6820	-	5303	-
Rio Grde do Sul	2269	3424	6813	12546	3002	3664
Brasil	13960	18772	62033	85491	4443	4554

Fonte: FIBGE, 1989 e 1991, Produção agrícola municipal-PB e 1992, Anuário Estatístico do Brasil.

O alho de Ribeira abastece a porção do mercado regional constituída pela população de baixa renda. Ele é menor e tem pior apresentação que o alho produzido em Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás ⁽⁷³⁾, também comercializado regionalmente. É o "alho do pobre" produzido pelo pobre. Apesar disso, o rendimento médio por hectare obtido em "anos bons" está entre os maiores do país.

Além dos resultados acima relacionados e que correspondem a mudanças verificadas a nível da produção, o Projeto também trouxe outras consequências para a vida desses camponeses.

Houve uma melhoria do nível de vida em geral. Mesmo aqueles que não foram diretamente beneficiados pelo Projeto puderam usufruir de suas consequências à medida que ele aumentou as oportunidades de trabalho a nível local. Mas, o Projeto também foi responsável pela criação de um grupo de privilegiados, contribuindo para a diferenciação social desse campesinato. Um de seus critérios de seleção, posse da terra com acesso ao rio, funcionou como um reforço a esse fator de diferenciação básico.

A expansão da cultura do alho conteve o processo de esvaziamento desencadeado pela migração e, em certos casos, causou o retorno de alguns produtores.

A prática do planejamento participativo abriu novas perspectivas políticas para esses camponeses. Permitiu-lhes o contato direto com diferentes instituições representativas do poder dominante (Secretarias do estado, LBA, Assembléia do estado etc.) e o exercício de uma postura reivindicatória mais ativa.

O campesinato de Ribeira aumentou a sua integração ao mercado e ao processo global de acumulação de capital. Esse movimento é coerente com a crescente integração dessa população à sociedade global verificada ao longo das últimas quatro décadas e influenciada pela melhoria da rede de comunicações. Nesse sentido, merece destaque a maior difusão da televisão, que na área data de fins dos anos 80, quando ocorreu a chegada da eletrificação.

⁷³ - Nesses estados a cultura do alho é realizada em escala bem mais ampliada. A área cultivada pode chegar a 20 ou 30 ha. É utilizada a mecanização na debulha do alho-semente e na preparação do terreno. A irrigação é feita por aspersão ou por sulcamento. A limpeza baseia-se no uso de herbicidas. Apenas a colheita e o beneficiamento necessitam do emprego intensivo de mão-de-obra, que, devido ao caráter dessas atividades, costuma ser composta predominantemente por mulheres e crianças.

Porém, permanece a fragilidade da estrutura produtiva, caracterizada pela sua instabilidade de rendimentos e dependência a fatores externos sujeitos a um comportamento de extrema variabilidade.

A alternatividade (⁷⁴) surge, então, como um recurso defensivo. O produtor de Ribeira procura restringir ao máximo o consumo de insumos industrializados, empregando a sua força de trabalho de forma intensiva.

As necessidades da família prevalecem sobre as necessidades da unidade produtiva. Nos anos em que a produção alcança bons resultados cresce sensivelmente a demanda por bens de consumo. Chama atenção o fascínio exercido pela motocicleta. Somente os que já possuem melhores condições sócio-econômicas procuram investir na produção e, com isso, fortalecer a sua estrutura produtiva.

⁷⁴- Corresponde à capacidade que tem o camponês de determinar a sua maior ou menor inserção ao mercado segundo as suas conveniências. A possibilidade de produzir para a sua própria sobrevivência e a extrema elasticidade do grau de auto-exploração da força de trabalho familiar é o que lhe assegura tal flexibilidade. O termo alternatividade foi originalmente utilizado por Afrânio GARCIA (1983), alcançando rápida consagração na literatura antropológica.

CAPÍTULO 4: O MODO DE VIDA CAMPONÊS SERTANEJO NO TEMPO DAS GRANDES FAZENDAS

A *fazenda* constituía o núcleo da organização social e econômica dos Sertões. Desempenhava funções produtivas, sociais, políticas e militares. Ela correspondia à unidade básica de sociabilidade da região e por isso também era a sua unidade territorial elementar.

4.1- A estrutura social da fazenda: os vaqueiros e os agregados

Em Ribeira, como em toda a colônia, a sociedade organizou-se em torno da *família patriarcal*. A maior parte de sua população estava ligada direta ou indiretamente ao grande domínio.

O *fazendeiro* com sua esposa e filhos formava o centro da *família patriarcal*, cuja periferia era composta basicamente por *vaqueiros, fábricas e agregados* -dentre eles afilhados e parentes pobres. Mas o grupo familiar costumava ser ainda mais extenso, devido ao casamento entre parentes.

A postura paternalista adotada pelo chefe da família em relação a seus dependentes amenizava seu autoritarismo e legitimava seu poder.

O instituto da sesmaria ⁽⁷⁵⁾ não dava muitas opções para o trabalhador livre. O agricultor desprovido de carta de concessão sofria pressões ao se instalar. Para evitá-lo ele era obrigado ou a ser posseiro em paragens bem distantes, marginalizando-se em relação à vida social da colônia, ou colocar-se sob a proteção de um grande proprietário. Apesar de poderem escolher o patrão, os agregados não conseguiriam existir socialmente senão à sombra de um deles, como dependentes.

⁷⁵- Regime de propriedade da terra em vigor à época. No Brasil a concessão de uma sesmaria significava concessão de grandes domínios, de latifúndios, e desde o início da colonização só era destinada àqueles que comprovassem possuir riquezas suficientes para estabelecer grandes empresas (exceção feita aos casos de premiação de heróis de guerra entre outros).

Quando a expansão das *fazendas* ocorria em terras onde já havia posseiros, estes geralmente se transformavam em *agregados*. Eles aceitavam a proteção dos fazendeiros e, em troca, executavam serviços diversos, inclusive o de garantir a integridade do domínio diante da ameaça de agressores. (CORREIA DE ANDRADE, 1980, p. 162) Caso os habitantes anteriores fossem indígenas, eles também podiam se juntar à milícia do *fazendeiro*.

O morgadio, regime que tornava o primogênito o herdeiro legal dos bens do fazendeiro, também reforçou a estrutura patriarcal. Ele foi causa do empobrecimento dos outros herdeiros, que se tornavam uma espécie de agregado do patrimônio herdado. Isto causou constantes conflitos de família. Sua aplicação era, contudo, limitada pela prática do uso das terras em comum entre os herdeiros. O morgadio vigorou até 1835.

Por outro lado, os excluídos da herança podiam constituir novas fazendas pelo arremate de terras ou pelo pedido de uma nova concessão.

Havia dois tipos de criadores no sertão: o *grande fazendeiro*, cujas terras formavam grandes domínios e os *médios e pequenos criadores*. Estes últimos residiam em geral em suas terras e partilhavam com os seus vaqueiros os trabalhos com o gado. Os vaqueiros ou mesmo os fábricas -seus auxiliares- eram frequentemente alguém da família do criador: filho, primo, sobrinho, afilhado (QUEIROZ, 1977, p. 60; PRADO Jr., 1948, p. 186).

No início o absenteísmo era frequente entre os *grandes fazendeiros*. Havia os que eram proprietários de mais de uma fazenda e escolhiam uma delas para morar, deixando as outras sob a responsabilidade de vaqueiros de sua confiança. O *fazendeiro* visitava cada uma das propriedades por ocasião da aparação e ferra, quando observava as condições do rebanho e acertava as contas com seus empregados.

Em Ribeira os *pequenos e médios criadores* tornam-se cada vez mais expressivos ao longo do século passado.

Somente o rico é que tinha um vaqueiro que trabalhava para ele. (depoimento de um lavrador setuagenário em referência ao tempo de seus avós em Ribeira)

A organização do trabalho na fazenda era sumária, somente nas mais ricas havia uma divisão do trabalho mais desenvolvida.

O número de *vaqueiros* de uma fazenda variava com o seu tamanho. Cada vaqueiro pastoreava o rebanho de um curral com autoridade e poder de decisão. Com eles trabalhavam os *fábricas* ou seus filhos jovens, que iam sendo introduzidos no ofício.

Os *fábricas* campeavam com os vaqueiros, abriam cacimbas para o gado, construía ou consertavam cercas e derrubavam ramas para as reses nas estiagens. Eles também se ocupavam dos bezerros que, fechados no curral até a idade de 3 meses, recebiam cuidados diários.

Os *fábricas*, quando não eram escravos, também eram chamados de *alugados*. Estes recebiam remuneração em dinheiro ⁽⁷⁶⁾ por mês ou por ano (PRADO Jr., 1948, p.188; SOARES, 1968 p.50). Em certos casos o pagamento também podia ser feito em espécie ou misto dos dois (CORREIA DE ANDRADE, 1980, p. 129-130; QUEIROZ, 1977, p. 60).

As funções do *vaqueiro* eram: campear, amansar, ferrar, tratar os animais com bicheiras, queimar os campos, matar os bichos ferozes como as cobras e onças etc. Esse conjunto de atividades exigia coragem, caracterizava-se por uma grande mobilidade e permitia ao vaqueiro o gozo de uma liberdade desconhecida pelos trabalhadores das áreas de domínio da lavoura.

Por ocasião da ferra, segundo o sistema da "sorte" ⁽⁷⁷⁾, ele recebia geralmente a quarta parte dos bezerros nascidos naquele ano no rebanho sob sua responsabilidade ⁽⁷⁸⁾.

⁷⁶- O que parece contraditório com a baixa monetarização apresentada pela economia sertaneja.

⁷⁷- Os bezerros eram tirados à sorte com dados ou por meio de papezinhos nos quais estava escrito o nome da vaca-mãe. (QUEIROZ, 1977, P. 59)

⁷⁸- Esse sistema de remuneração também era denominado de quarteação.

O gado que ele ia assim acumulando só estaria à sua disposição ao final de 4 ou 5 anos de trabalho na fazenda. Com esse patrimônio o vaqueiro podia se tornar fazendeiro.

Às vezes, porém, nos anos em que os preços dos produtos animais registravam altas, havia fazendeiro que exigia do vaqueiro a venda de seus bezerros, ficando todo o lote com a marca do patrão. A ascensão social do vaqueiro dependia do comportamento dos preços da carne e do couro, quanto maiores estes fossem, menores eram as suas possibilidades de tornar-se criador (QUEIROZ, 1977, p. 59).

Com seu rebanho formado, o vaqueiro ou partia para terras desconhecidas onde se instalaria como posseiro, ou ocupava um pedaço de terra da fazenda do patrão na condição de foreiro, ou ainda comprava a sua própria terra.

O *vaqueiro* negro, embora escravo socialmente, vivia como os livres, pensando e agindo como tal. Era normalmente um escravo de confiança que, remunerado pela "sorte", podia comprar num curto prazo sua carta de alforria.

O elemento negro não chegara ao criatório com aquela mesma abundância com que povoara a lavoura e a mineração; e nem tão pouco com aquela mesma passividade decorrente de sua condição de escravo. (GOULART, 1965, v.1 p. 148)

Os índios, primeiros habitantes do sertão, muitas vezes foram tomados como escravos, principalmente quando prisioneiros de guerra. Por isso e pela aculturação promovida pelos jesuítas, eles eram encontrados com frequência atuando como *vaqueiros* ou *fábricas*.

O índio era excelente vaqueiro e adaptava-se à liberdade do trabalho pastoril. (MENEZES, 1970, p. 64)

Nas grandes fazendas havia um conjunto de *vaqueiros* com especialidades determinadas: o *campeiro*, o *ferrador*, o *benzedor* e o *amansador*. Um ou dois *carreiros*, condutores de carros de boi. Além destes, estas fazendas tinham seus próprios *tangerinos*, que junto com os vaqueiros conduziam o gado para as feiras, os matadouros da cidade ou os locais de refrigério. (QUEIROZ, 1977, p. 60; CORREIA DE ANDRADE, 1980, p. 130)

Em fazendas menores era o *vaqueiro autônomo* quem conduzia seu rebanho ao mercado, auxiliado por *tangerinos* especialmente alugados para a ocasião.

Os *agregados* ou *moradores* eram encontrados especialmente nas maiores fazendas de gado. Suas habitações precárias distribuía-se pela propriedade, tendo cada um um pequeno roçado ao lado, onde cultivavam com a família lavouras de subsistência. Quando necessário eram convocados pelos vaqueiros para executar tarefas, pelas quais recebiam um salário. Ou seja, estes trabalhadores moravam nas fazendas e deviam desempenhar diferentes funções sempre que requisitados. (GOULART, 1965, v.1 p. 123)

CORREIA DE ANDRADE cita os vaqueiros e agregados como sendo os trabalhadores da fazenda com direito a uma casa de morada e ao plantio de seu próprio roçado. O vaqueiro seria ou um escravo de confiança, ou um agregado remunerado pela "sorte" ou sistema de quarteação (1980, p. 164). Os vaqueiros e os agregados constituíam o campesinato das grandes fazendas.

Muitas vezes o fazendeiro doava terras para a construção de uma capela e em torno dela se formava um povoado. Outras vezes, eles surgiam ao longo dos caminhos de gado, nos pontos onde os condutores paravam e deixavam sua boiada descansando, nos "campos de pouso".

Nos povoados habitavam *artesãos* -curtidores de peles, sapateiros, seleiros-; um *benzedor*, que curava gente e animais; *carreiros* (condutores de carros de boi), *tangerinos* e *ferradores*, que ofereciam seus serviços temporariamente aos fazendeiros de menor porte.

Os habitantes dos povoados também plantavam roças com a ajuda da família e criavam pequenos animais -cabras, galinhas e porcos. (QUEIROZ, 1977)

4.2- Uso da terra e sistema agrícola:

As casas se distribuíam de forma dispersa e geralmente linear nas proximidades de um rio ou de alguma fonte de água. A do fazendeiro em geral era voltada para o rio, principal via de comunicação. Situava-se da meia vertente do interflúvio para cima, de onde se tinha uma boa visão do vale e se estava abrigado das águas de "inverno" do rio. Na sua frente havia o pátio, terreno descampado onde se concentravam as reses trazidas para os currais (CORREIA DE ANDRADE, 1980, p. 130). Os agregados moravam ao lado do sesmeiro, ou, em fazendas maiores, tinham suas casas distribuídas pelo domínio (CORREIA DE ANDRADE, 1980, p. 130 e GOULART, 1965, v.1 p. 123).

A fazenda consistia numa unidade de produção voltada para a atividade pecuária, que comportava internamente à sua organização a existência de unidades camponesas. Os vaqueiros e os agregados conciliavam o trabalho na fazenda com a produção familiar de alimentos para a sua subsistência e abastecimento do grande estabelecimento. A fazenda se bastava a si mesma.

Além do cultivo do roçado de milho e feijão, as unidades domésticas geralmente se ocupavam da pecuária de caprinos que representava mais uma produção alimentar. Estes animais pastavam livremente nos campos da fazenda, o que também acontecia com o seu rebanho bovino, quando este existia.

Uma grande fazenda possuía vários currais, cada um sob a responsabilidade de um vaqueiro. O curral situava-se próximo à casa do vaqueiro. Às vezes, ao lado do curral grande -local da ferra, contagem e vistoria- havia um pequeno, onde ficavam as vacas de leite e os cavalos de serviço (GOULART, 1965, v.1 p. 119).

A criação era feita com o gado criado solto no pasto natural. As pastagens eram comuns e os rebanhos realizavam longas caminhadas em busca de alimento e água.

Durante a estação seca costumava-se cavar uma cacimba no rio para os animais beberem água. Esta também ficava perto da casa do vaqueiro para facilitar o seu controle sobre o rebanho. (GOULART, 1965, v.1 p. 123)

O roçado situava-se geralmente nas imediações das casas dos trabalhadores, em baixios, várzeas, vazantes ou encostas úmidas onde os solos eram mais profundos e úmidos. Como se tratasse de zona de pastoreio, as culturas eram cercadas para evitar a invasão de animais. (CORREIA DE ANDRADE, 1980, pp. 165 e 170; SOUZA BARROS, 1985, p. 21) Os diferentes tipos de cerca eram feitos com madeira ou pedra, materiais abundantes na região.

O *roçado* era plantado com a chegada das primeiras chuvas em fins de fevereiro, início de março. A batata-doce, a melancia e o feijão de corda ou macassar ocupavam o leito seco do Taperoá à proporção que as águas do rio baixavam no intervalo entre as chuvas.

Lavouras de subsistência também eram plantadas no Brejo Paraibano, particularmente quando das estiagens prolongadas. Tratava-se de uma forma de ocupação sub-permanente. Os primeiros exploradores destas terras devem ter sido:

(...) os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados. (JOFILLY apud ANDRADE, 1959, p.54)

Na seca de 1692 o Brejo Paraibano serviu como refúgio para os retirantes sertanejos (ANDRADE, 1959, p. 55). Com o passar dos tempos e o arrefecimento da expansão pecuária nos Sertões, o Brejo foi efetivamente ocupado e suas terras doadas a sesmeiros. O binômio cana-de-açúcar e culturas de subsistência tornou-se dominante na paisagem e a farinha de mandioca e a rapadura seus principais produtos comerciais.

Grandes fazendeiros em Cabaceiras passaram a ter terras no Brejo, trazendo para os Cariris esses produtos. Outros, com menos posses, periodicamente lá arrendavam terras para plantar mandioca ou compravam seus produtos.

A carne de bode e o leite de cabra foram a base da alimentação local, complementada pelo milho e o feijão, principais produtos da lavoura, e pela farinha e a rapadura que vinham do Brejo. O boi e o queijo destinavam-se ao mercado em Campina Grande.

A atividade pecuária baseou-se no uso do pasto natural -a caatinga após desbastada- e de grandes extensões de terra. O gado pastava solto no campo, onde permanecia durante todo o ano. Tais condições selecionaram os animais mais resistentes e deram origem ao gado "pé duro", magro e musculoso.

Os pastos eram queimados anualmente antes das chuvas para fornecer uma forragem mais tenra e viçosa (PRADO Jr., 1948, p. 189).

Os cuidados com o rebanho eram mínimos, cura de feridas, proteção contra as onças e morcegos etc.

O principal serviço era o da vigilância do rebanho. Neste sistema de criação havia grande risco de o animal perder sua domesticidade e desgarrar-se do rebanho. Para evitá-lo, os bezerros eram mantidos no curral até 3 meses de idade. Quando garrote, os animais eram reunidos ao pôr do sol nas *malhadas* -pontos fixos onde estes passavam a noite e podiam ser contados. (PRADO Jr., 1948, p. 189)

Segundo GOULART (1965, v.1), diariamente o *vaqueiro* montava o seu cavalo pela manhã e saía para campear caatinga a fora acompanhado por seus auxiliares. Levava um farnel - geralmente carne seca com farinha e um pedaço de rapadura - e água fria na *borracha* porque só voltaria ao cair da tarde. Quando encontrava alguma rês doente, esta era recolhida para ser tratada, o que às vezes implicava benzeduras. Recolhiam também as novas vacas mãe com suas crias para dar-lhes proteção. Encaminhava os animais para os *lambedouros* - depósitos naturais de sal encontrados em pleno campo. Buscavam reses tresmalhadas. Amansavam animais ariscos.

Os bezerros com 15 dias eram apartados das mães. As vacas pastavam soltas e ao final do dia, quando procuravam seus filhotes, eram guardadas no curral, onde pernoitavam com eles. No dia seguinte, antes de sair para o campo, o vaqueiro ia ao curral para ordenhar as vacas e após alimentados os bezerros elas eram soltas no pasto novamente.

O leite era utilizado apenas para o consumo interno da fazenda. Na ausência do fazendeiro ele ficava todo para o vaqueiro.

Uma boa chuvada era o suficiente para o rebrotamento de parte da vegetação. A catingueira, o mororó, a baraúna e a aroeira cobriam-se de folhas e reapareciam herbáceas e epífitas. Isso garantia o alimento dos animais.

No intervalo de agosto a setembro era feita a apartação ⁽⁷⁹⁾ com a finalidade de separar os rebanhos e escolher o gado que seguiria para o mercado. Os animais que se encontravam nas proximidades eram reunidos e apartados segundo a marca do ferro.

O trabalho de recolher o gado era duro. Dentre as reses havia sempre umas mais ariscas que não se deixavam aprisionar facilmente. Os vaqueiros juntavam-se em turmas para prender estes bois brabos e trazê-los até o curral de apartação. A *vaquejada* ⁽⁸⁰⁾ era realizada em campo aberto em meio à caatinga.

Identificava-se o dono do animal pela marca posta no lado direito e sua freguesia pela marca do lado esquerdo. Cada proprietário contava o seu gado e fazia o acerto de contas com os vaqueiros.

O rebanho era a verdadeira riqueza da fazenda. A marca impressa no gado era mais representativa de propriedade do que a terra onde este gado pastava.

Havia um código de honra entre os criadores que determinava o respeito pela propriedade alheia. Caso a apartação identificasse alguma rês pertencente a outra freguesia ela era encaminhada ao seu respectivo dono. Mas quando o ferro era desconhecido desenhavam a marca na porta da casa do vaqueiro ou em troncos das várzeas a fim de guiar os que a procuravam (GOULART, 1965 v.I p.132). Em Ribeira desenhavam a marca num papel e levavam-na para Campina Grande, onde tentavam localizar o dono. Enquanto a rês permanecesse extraviada ela receberia os mesmos cuidados dispensados ao rebanho da fazenda onde se encontrava. Tão logo reclamada era devolvida ao seu legítimo dono e caso estivesse parida ia acompanhada de sua cria.

⁷⁹ - Prática realizada em todo o sertão.

⁸⁰ - Hoje é realizada no sertão nordestino como uma grande festa. Vários pares de cavaleiros se apresentam para correr a *vaquejada*. A dupla corre atrás de um boi dentro de um cercado com o objetivo de derrubá-lo puxando pelo rabo. A cada *vaquejada* a dupla conta com cerca de três chances, ou seja, três bois. Praticada em sua origem somente por vaqueiros, a *vaquejada* é nos dias de hoje, antes de tudo, uma grande festa para os fazendeiros. Os cavaleiros utilizam bons cavalos e pagam caro para se inscrever na competição. Os campeões são premiados com medalhas, troféus e grandes somas em dinheiro. SOARES (1968, pp. 57-65) explica mais detidamente as origens da *vaquejada*.

Durante a estiagem os animais alimentavam-se das ramas e frutos das plantas que permaneciam verdes. No caso do gado bovino às vezes era necessária a derrubada da folhagem.

Os caprinos não exigiam maiores cuidados, são mais resistentes aos assaltos da seca e menos exigentes de bons pastos. Alimentam-se de qualquer tipo de vegetação, de duras gramíneas e raízes a cascas, caules e folhas de árvores e arbustos. Alimentam-se também de restos de comida e outros materiais que compõem o lixo doméstico.

Com o crescimento do número de fazendas que se verificou ao longo do século passado houve o aumento da lotação dos pastos e do desmatamento da caatinga. É introduzida a prática da transumância para assegurar o alimento do rebanho na estação seca.

Anualmente, quando chegava o período seco e o pasto secava, os animais eram levados para pontos mais altos, serras e brejos à procura de alimento e água. Nas áreas próximas do São Francisco o gado era levado para as margens deste rio.

Os animais acostumaram-se de tal forma a realizar esta migração que podiam fazê-lo praticamente sozinhos, guiados por poucos vaqueiros.

No Baixo Taperoá ⁽⁸¹⁾ pedia-se a *retirada* ⁽⁸²⁾ nas fazendas situadas em terras mais altas a ocidente, como Taperoá e Sumé. O gado era levado para a *retirada* a partir do início da estação seca, onde pastava junto com o rebanho local. O vaqueiro visitava a área algumas vezes para vistoria. Em maio/junho era feita a troca de pasto. Os rebanhos, inclusive aqueles das fazendas das terras altas, desciam para o Cariri Aplainado.

⁸¹- A região dos Cariris Velhos pode ser dividida em duas porções distintas: uma mais alta situada a oeste, que corresponde a uma das bordas da depressão dos Cariris e onde os rios Taperoá e Paraíba têm as suas nascentes; a outra mais baixa e aplainada que corresponde à depressão propriamente dita. Correspondem respectivamente ao Cariri Dissecado e Cariri Aplainado segundo a classificação de GRABOIS e VALVERDE, já mencionada anteriormente.

⁸²- Termo empregado para designar o pasto para onde era levado o gado bovino durante a estiagem. Provavelmente este uso do termo relaciona-se com o outro emprego citado anteriormente. Do significado de movimento de migração de um grupo (*retirada* em oposição a *entrada*) o termo passa a designar o próprio lugar para onde destina-se a migração, agora realizada apenas pelos animais.

CAPÍTULO 5: O MODO DE VIDA CAMPONÊS SERTANEJO NOS DIAS DE HOJE

Diferentemente do que ocorre no tempo das grandes fazendas, não há uma coincidência entre a unidade social e territorial elementar e a unidade de produção.

5.1- A territorialidade do grupo

5.1.1- O povoado e o sítio

A unidade social elementar desses camponeses é constituída pelo *grupo de vizinhança*, que em geral é formado por membros de uma mesma família, descendentes de um mesmo patriarca. Além dos laços de parentesco, o grupo é ligado por laços de territorialidade, de vizinhança, que se fundam na residência e na propriedade da terra.

É em referência ao seu *sítio* de origem que um grupo de camponeses se diferencia dos outros e se organiza socialmente, formando *o grupo de vizinhança*.

O *sítio* ou a *data* é, portanto, a unidade espacial elementar do grupo. Ela abarca um conjunto de pequenas propriedades. As *datas* correspondem às porções de terras doadas em sesmaria, de onde se originaram as primeiras fazendas. O nome de cada *sítio* ficou incorporado à terra, identificando os lugares.

Segundo Antônio Cândido (1964), o *grupo de vizinhança* corresponde a um tipo de povoamento disperso. Eles seriam comunidades parciais, cujos interesses e relações se vêem ampliados a nível da *comunidade* que os reúne e subordina. A *comunidade* estabelece disciplinas coletivas que representam as formas básicas de sociabilidade da vida camponesa.

A comunidade rural (camponesa) é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo. Estes

grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e, por outro, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas.
(LEFEBVRE, 1981, p. 156)

A *comunidade* corresponde a uma maior concentração de casas e também conserva o nome da data da qual se originou. Ela desempenha o papel de centro ou ponto de convergência para os camponeses da área.

A sede da *comunidade* constitui um povoado. Nela se realizam atividades coletivas e são mantidos e reforçados os laços entre as famílias. Neste espaço encontram-se elementos como o campo de futebol, a venda, a sede da associação de produtores e a capela que, além dos serviços religiosos, também pode abrigar a realização de outras reuniões de interesse da coletividade.

A religiosidade rústica é um fator de coesão intra e inter grupos de vizinhança e comunidades. O compadrio reforça a solidariedade entre as famílias enquanto os ritos religiosos a exteriorizam.

A expressão *comunidade* evoca simultaneamente uma unidade espacial e social, diferentemente do termo *sítio*, que a nível social corresponde ao *grupo de vizinhança*.

O segmento camponês estudado é formado por três *comunidades* - Ribeira, Poço Comprido e Curral de Baixo - e três *sítios* - Sítio Santa Cruz, Alto da Boa Vista e Ribeira de Pelo Sinal -, estendendo-se por quase toda a área do distrito de Ribeira. (ver cartograma III)

Ribeira e Curral de Baixo assim como Alto da Boa Vista e Ribeira de Pelo Sinal ficam na margem direita do Taperoá. Na margem esquerda estão Poço Comprido e Santa Cruz.

A maior parte desses camponeses é natural da área e identifica-se com uma origem comum. Ouve-se com frequência na área a afirmação de que todo mundo é parente. Eles descendem direta ou indiretamente dos primeiros povoadores que aí se instalaram em grandes fazendas de gado.

Apesar de isso ser habitual entre os camponeses dos Sertões Nordestinos, os laços de parentesco se mantiveram particularmente fortes na área. O caráter familiar é tratado pelos outros habitantes de Cabaceiras como um traço característico do grupo. Tal fato explica a significativa unidade existente entre esses camponeses se comparados a outros grupos do município.

Porém, cada uma das comunidades apresenta laços fortes ligando os seus membros, além da existência de uma liderança e de práticas cotidianas específicas, entre outros traços que as individualizam.

Curral de Baixo é onde se iniciou a prática do artesanato do couro. A comunidade agrega o maior número de famílias. Elas estão distribuídas a oeste e noroeste de Ribeira, numa área de relevo mais movimentado, onde as várzeas do Taperoá tornam-se mais estreitas. Neste *setor* ⁽⁸³⁾ o roçado aparece com frequência em terras mais altas.

Grande parte dos produtores de Curral foram excluídos do "projeto do alho" por não apresentarem terra com frente para o rio.

É de Curral que saem periodicamente levas de migrantes em direção ao Rio de Janeiro. Eles retornam para o plantio do alho e partem novamente caso os resultados obtidos na safra sejam negativos.

No grupo predomina o catolicismo rústico. Mas em Curral de Baixo encontra-se um grande número de pessoas recentemente convertidas ⁽⁸⁴⁾ para a igreja da Assembléia de Deus. Esta conversão não representou uma grande cisão. Há aqueles que, seguidores da igreja protestante, também frequentam as celebrações da igreja católica.

Curral de Baixo está intimamente ligada à comunidade de Ribeira por laços de parentesco e de solidariedade. Uma origem social mais abastada as une.

Seguros de seu prestígio social, os habitantes de Curral não apresentam rivalidade com Ribeira.

⁸³ - Termo empregado na área para localidade.

⁸⁴ - Há cerca de 10 anos.

Em Poço Comprido, assim como no Sítio Santa Cruz, verificou-se uma maior miscigenação entre brancos, índios e negros. Nas outras localidades, ao contrário, há predominância de brancos. A situação em Poço Comprido e Santa Cruz parece relacionar-se com o relativo distanciamento de parte destes camponeses em relação ao grande grupo e a maior importância do trabalho externo para o sustento de suas famílias. Em Poço há uma tradição de carpintaria ⁽⁸⁵⁾. Em Santa Cruz concentra-se grande parte dos trabalhadores que vivem do *alugado* ⁽⁸⁶⁾.

Nós somos os canelas pretas de Ribeira. Eles chamam a gente assim, de canela preta. Então a gente queria se apurar também, não queria saber de raça de cabra ⁽⁸⁷⁾. Mas meu pai nunca teve melhoria... (depoimento de um alugado)

São considerados trabalhadores alugados aqueles cujo assalariamento é sua condição habitual e garante parte significativa do sustento da família. O alugado é um camponês que entrou na terra há poucas gerações e que, dada a sua condição mais pobre, manteve a tradição de família de trabalhar alugado. A condição de alugado se confunde com uma origem social mais pobre, que na área aparece vinculada a características raciais. Enquanto predomina o branco no grupo, entre os alugados é mais pronunciada a presença do mulato.

Santa Cruz situa-se em face de Curral de Baixo, do outro lado do rio. Aí o relevo também é mais movimentado e a várzea mais estreita. Para os seus moradores este fato justificaria a maior pobreza do *setor*.

A rivalidade entre as *comunidades* de Poço e Ribeira, manifesta-se sobretudo por ocasião das festividades e dos torneios de futebol.

No setor de Ribeira as várzeas são amplas. Ela constitui a segunda comunidade mais populosa do grupo.

⁸⁵ - Entre eles é habitual a realização de um mutirão para a construção da casa de morada de cada novo casal.

⁸⁶ - Trabalho assalariado.

⁸⁷ - É o mulato, também chamado de melado.

Ribeira se diferencia do grupo por sua tradição comunitária, que se expressa em diferentes momentos. Sua maior capacidade de mobilização torna-se evidente no início dos anos 60 quando da construção da igreja do povoado.

A terra da igreja foi doada em fins dos anos 50 por um importante membro da comunidade. A igreja foi erguida com os esforços dos camponeses. Como não tinham muitos recursos e desejassem uma igreja grande - como de fato a fizeram -, organizaram festas e bazares para arrecadar fundos. Também trabalharam diretamente na construção.

Em 1962 um candidato a deputado federal ligado a políticos de Campina Grande e adversário do grupo político no poder em Cabaceiras consegue a instalação de uma seção eleitoral em Ribeira. Apesar disso, é um candidato da situação que vence a eleição para prefeito no ano seguinte. Este último se mantém no poder até os dias de hoje, revezando-se com seus correligionários.

De qualquer maneira, a aproximação com a oposição serviu para pressionar a prefeitura, que a partir desse episódio mostra maior interesse pelo povoado e localidades adjacentes.

Ainda nos anos 60 chega a Ribeira um padre francês, que, comovido pelo interesse da comunidade, passa a orientá-la. Ele desenvolveu um trabalho de base com o grupo, formando uma associação e treinando lideranças comunitárias. O padre vinha quinzenalmente a Ribeira, quando celebrava a missa e realizava reuniões.

Foi devido à atuação deste padre que houve em Ribeira no período de 1976-78 as primeiras experiências com culturas irrigadas com o uso de moto-bomba ⁽⁸⁸⁾. Ele financiou três motores e formou três grupos de produtores, que plantaram pimentão, alface e alho e foram para o açude de Boqueirão aprender a plantar tomate ⁽⁸⁹⁾⁽⁹⁰⁾.

Ao longo dos anos 60/70 a população de Ribeira cresceu bastante.

⁸⁸- Os primeiros motores a gasolina na área foram anteriores a este experimento. Porém, o seu alto custo e o pouco conhecimento existente entre os produtores quanto às técnicas de irrigação impediram uma mais ampla difusão do seu uso.

⁸⁹- Cultura predominante neste açude à época. O açude de Boqueirão situa-se no município vizinho de mesmo nome.

⁹⁰- O padre atual não continuou o trabalho de seu antecessor e vem ao povoado apenas uma vez por mês para rezar a missa.

Quando o PRODECOR chegou ao povoado em 1979 chamou a atenção de seus técnicos a capacidade de organização da comunidade e o nível mais alto de aspiração de seus produtores em relação aos de outras localidades. Estas características foram decisivas na escolha da comunidade para a realização de um projeto de desenvolvimento voltado para a cultura do alho.

Apesar de atingir por extensão as localidades vizinhas, o Projeto beneficiou sobretudo os produtores de Ribeira, onde se forma um grupo de privilegiados. O alho torna-se a principal atividade desta comunidade.

Em 1979 é criada a ARPA. Através da associação, os produtores de Ribeira obtiveram recursos para a melhoria de suas casas, que eram de taipa e hoje são em alvenaria. O bom desempenho da ARPA em seus primeiros anos de existência atraiu novos associados, mesmo entre os produtores de outras comunidades. A ARPA constituiu-se um importante centro de poder a nível local, atuando como representante dos camponeses da área frente ao poder municipal e estadual. Consolida-se a liderança de Ribeira sobre as outras comunidades do grupo estudado, mas ela não é exercida de forma completamente pacífica. Permanecem antigas rivalidades.

Problemas internos à diretoria causaram o enfraquecimento de sua liderança, que é acompanhado por um avanço na organização dos produtores de Poço. Em fevereiro de 1989 foi criada a Associação Comunitária de Poço Comprido. "Através de uma associação é mais fácil de conseguir alguma coisa." (afirmação do presidente da Ass. Com. de Poço) ⁽⁹¹⁾

O povoado de Ribeira só vai se formar a partir da construção da igreja, que passa a funcionar como ponto de referência para o assentamento de residências.

Antes disso, assistia-se à missa em Cabaceiras, o que permitia um maior contato com as pessoas da cidade e de outras localidades.

⁹¹- A idéia da criação dessa associação surgiu a partir de uma reunião sobre desenvolvimento comunitário promovida pelo Banco do Brasil em Cabaceiras. Nesta reunião defendeu-se o associativismo como um meio para garantir o acesso a recursos assistenciais oficiais. No entanto, a maior parte dos membros da associação de Poço mantém-se associada à ARPA.

O arruado estende-se por terras de três famílias, das quais descendem a maioria de seus moradores. Algumas famílias da comunidade de Curral de Baixo pediram permissão e lá se instalaram.

Hoje ela conta com cerca de uma centena de casas distribuídas basicamente ao longo de duas ruas. A igreja se localiza no início da rua principal de frente para a praça. Em torno da praça estão a maior parte das casas além de uma escola primária municipal e duas vendas e dois bares - um deles só abre aos fins-de-semana. Do lado esquerdo da igreja, prolonga-se uma pequena rua, onde além de casas há o posto médico, o posto telefônico e o "clube". Outras residências aparecem de forma dispersa atrás da igreja, onde está a lavanderia pública e o galpão que abriga uma fábrica de massa de alho.

O dia de São Paulo, padroeiro da Ribeira, é comemorado todo ano com muita animação. Dois produtores da área ⁽⁹²⁾ são os organizadores habituais desta festa e de outras menores realizadas ao longo do ano.

É no "clube", um grande salão, onde acontece a maior parte das festas. Ele foi construído 12 anos atrás por iniciativa dos jovens que queriam um lugar para dançar.

Para os de "fora" - Cabaceiras, Campina Grande, Rio de Janeiro - o grupo estudado se autodefine como de Ribeira. Ribeira é a *comunidade* que apresenta núcleo mais desenvolvido ⁽⁹³⁾, com uma maior concentração de casas, formando um *arruado* ⁽⁹⁴⁾.

Os habitantes de Ribeira costumam frequentar festas em Cabaceiras e também em cidades de municípios vizinhos como o de Boa Vista. As relações econômicas também levam ao contato com diferentes cidades. Os camponeses de Ribeira vão à feira em Boqueirão ou Cabaceiras quando querem se abastecer, mas enviam a maior parte de sua produção para Campina Grande ou Caruaru.

Cabaceiras também é visitada para a compra de insumos agrícolas ou para a obtenção de assistência técnica no escritório da EMATER. Cabaceiras parece ter perdido importância para os produtores de Ribeira enquanto sede do poder local a partir

⁹²- Também intermediários no comércio do alho.

⁹³- Em 1988 foi criado o distrito de Ribeira e o povoado passou à condição de vila.

⁹⁴- Denominação local para os pequenos povoados constituídos basicamente por uma única rua de casas.

do surgimento da ARPA. Eles têm explorado novos canais, relacionando-se diretamente com os representantes da administração estadual.

5.1.2- A apropriação da terra

O camponês apresenta uma territorialidade própria que ao mesmo tempo que se insere no território capitalista a ele se contrapõe como algo diverso. A sociedade capitalista em seu movimento de globalização incorpora e recria a diversidade, o fragmento.

Para eles, o acesso à terra é regulado pela própria comunidade, que por sua vez é determinada pela forma específica de sua propriedade. Existem diferentes formas de comunidade segundo os diferentes regimes de propriedade.

O objetivo de todas estas comunidades é a preservação, isto é, a produção de indivíduos que as constituam como proprietários, isto é, no mesmo modo objetivo de existência que, também, forma o relacionamento recíproco dos membros e, portanto, forma a própria comunidade. (MARX, 1986, p. 87)

A apropriação é condição preliminar do trabalho. A propriedade expressa a relação do indivíduo com as condições naturais de trabalho e reprodução, com a natureza inorgânica de sua subjetividade. Tal relação define o território da comunidade à medida que espacializa a sua organização social.

Em MARX (1986 e 1987), a apropriação é um momento do processo de produção. A apropriação só se transforma em um momento isolado que antecede o processo de produção quando se dá a separação do trabalhador de suas condições de trabalho sob o capitalismo.

O estatuto da propriedade privada da terra interpõe-se entre o agricultor e seu meio de produção básico. O camponês é aquele que sob o capitalismo, apesar da

propriedade privada, recria a produção fundada na apropriação direta das condições de trabalho por parte do trabalhador.

O acesso à terra é condição fundamental para a existência do modo de vida camponês. É pelo acesso direto às suas condições de trabalho que o camponês pode assegurar o seu modo específico de organização da produção, um trabalho baseado na mão-de-obra familiar e que visa em primeiro lugar a reprodução do grupo doméstico. Por outro lado, a posse da terra permite a unidade entre produção e consumo, moradia e trabalho.

A relação do camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece à lógica capitalista. Para este produtor a posse da terra representa o controle sobre o processo de trabalho e as vantagens que daí decorrem, como sua relativa autonomia frente às pressões da economia capitalista. Para ele, a terra é mais do que um meio de produção, ela incorpora o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar.

Porém, não se pode abstrair dessa relação as mediações resultantes do regime de propriedade privada e do mercado de terras. A frequente pobreza que tem marcado sua condição na sociedade brasileira está relacionada, entre outras coisas, à sua aparição habitual em terras marginais à economia, ou por sua localização, ou por sua fertilidade.

Sob o capitalismo, o processo de apropriação pode ocorrer de diversas maneiras, mediadas por diferentes relações sociais. No Brasil o camponês pode aparecer como agregado, parceiro, arrendatário, posseiro e pequeno proprietário.

Em Ribeira todos dispõem de terra para morar e trabalhar. No entanto, apenas 30% das terras são tituladas ⁽⁹⁵⁾. Cerca de 50% dentre elas possuem até 20 ha, sendo expressivo o número daqueles com menos de 10 ha ⁽⁹⁶⁾. Apenas 13% dessas propriedades apresentam mais de 50 ha.

⁹⁵- Os valores estatísticos que aparecem nesta parte do texto baseiam-se no trabalho de Maria Elisabete Ribeiro Clemente intitulado "Roçado e alho: reprodução familiar dos pequenos produtores de Ribeira". Também tivemos acesso aos originais dos questionários em que se baseou o referido estudo, pois estes foram doados à ARPA. Os questionários foram realizados em abril de 1987 com 100 produtores de alho, fato que pode induzir a um leve desvio apenas em relação às condições do grupo em geral, uma vez que a maioria destes camponeses são produtores de alho.

⁹⁶- Segundo informação obtida através de entrevistas por nós realizadas.

Nº de produtores segundo o estrato de área

Área (ha)	nº absoluto	%
até 20 ha	15	50,0
de 21 a 50 ha	8	26,7
> 50 ha	4	13,3
não respondeu	3	10,0
total	30	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada por Maria Elisabete Ribeiro Clemente

A forma predominante de acesso à posse da terra é a herança. Na maior parte das vezes, porém, a terra permanece sem titulação e em condomínio entre os herdeiros. A propriedade da terra é assegurada então pelo usucapião.

Tal prática é justificada pelo pequeno tamanho das propriedades herdadas e pelo alto custo que representa o trabalho de registro em relação aos limitados recursos desses camponeses.

O cercamento das propriedades dificilmente ocorreria sem grandes conflitos. Chega a acontecer a instalação da própria casa de morada em terra alheia.

Hoje não se sabe ao certo o que é terra de quem, a terra é “misturada”. (afirmação de um camponês da área)

Somente entre os camponeses melhor situados e que vêem a terra como meio de acumulação se verifica mais amplamente o hábito de titular a propriedade.

O financiamento bancário da cultura irrigada do alho modificou um pouco essa prática. Como o banco exigia o *formal* ⁽⁹⁷⁾, aumentou o interesse pela partilha e titulação da terra, sobretudo quando os herdeiros não tinham uma boa relação entre si. Em famílias unidas o pai retira o financiamento a ser dividido entre os filhos.

A constituição de 1988 proibiu a hipoteca das pequenas propriedades como garantia de empréstimo bancário, freando essa tendência.

⁹⁷ - Ou documento de propriedade.

Na área estudada, os diferentes usos da terra relacionam-se com diferentes formas de apropriação. A *terra de pasto* é utilizada em comum, é *terra solta*. Ela é coberta por uma capoeira muito rala resultante da degradação intensa e progressiva da caatinga, que se apresenta um pouco mais densa somente nos pontos altos dos interflúvios. Desses pontos é extraída a madeira utilizada para diversos fins, como a lenha, o carvão e a feitura de casas e cercas (⁹⁸). Porém, devido à escassez de madeira, o uso extrativo observa outras regras de apropriação: ninguém retira madeira da terra do outro.

A *terra de agricultura* ou *terra de trabalho* localiza-se nas várzeas, nas margens dos açudes e nos solos de pedimento. O seu uso é privativo de cada unidade doméstica. A *terra de lavoura* restringe-se às pequenas manchas de solo que apresentam relativa profundidade e por isso conservam melhor a umidade no Semi-Árido. A extensão de *terra boa* disponível é um dos principais fatores determinantes da condição sócio-econômica da unidade.

A separação entre *terra solta* e *terra de lavoura* vem de longa data. No início somente os campos plantados eram cercados para evitar o avanço dos animais sobre a lavoura, cultivada sobretudo nas várzeas. A cada ano, quando as águas do Taperoá subiam (⁹⁹), as cercas de proteção das lavouras eram arrastadas, sendo necessária sua substituição.

Em 1917 uma postura municipal determina a construção do *travessão* - grande divisória que separa a agricultura da pecuária (¹⁰⁰). A partir desse momento, cada proprietário teve que construir em suas terras uma cerca separando a várzea das outras terras. Da junção destas cercas, que vão se instalando paralelas ao rio ao longo de sua extensão, é que se forma o *travessão*.

⁹⁸ - Como foi dito anteriormente, a produção de carvão é uma medida extrema, utilizada nos períodos de penúria durante as secas, quando praticamente inexistem outras fontes de renda.

⁹⁹ - No Semi-Árido a estação seca alterna-se com o "inverno", período das enchentes.

¹⁰⁰ - Também encontrado em outras áreas dos Sertões conforme citações de: ANDRADE (1980), HEREDIA (1988), MELO (1958) e SOUZA BARROS (1985).

As cercas são em geral de arame farpado ou de varas. Além das combinações entre esses dois tipos, há cercas cuja base é uma mureta de pedras. A construção de cercas com 8 ou 9 arames, o uso da quixabeira ⁽¹⁰¹⁾ e o emprego da base de pedras evidenciam a preocupação em proteger a lavoura da *criação*, numerosa na região.

As várzeas dos dois lados do Taperoá foram circunscritas pelos travessões. Aí a agricultura é praticada livremente. Não há cercas separando um campo de cultura do outro. Fora do travessão, domínio da pecuária, ela é cercada.

O travessão dá o limite da terra boa, da terra de lavoura.

(afirmação um camponês de Ribeira)

O que ficou de fora do travessão passou a constituir as *terras de fora* ou *terras soltas*. Como o gado não tem mais livre acesso ao rio, foram construídos bebedouros nas *terras de fora*.

A grande maioria dos camponeses da área possui um pedaço de *terra de agricultura* onde planta o roçado. Quando um agricultor migra, a sua terra é utilizada pelos membros da família que ficaram. Caso ele retorne, será reempossado dos seus direitos sem prejuízos.

A *terra de lavoura* pode ser emprestada ou negociada -arrendada, utilizada em parceria ou até mesmo vendida entre os camponeses. A demanda por *terra boa* ocorre principalmente em função das necessidades da cultura irrigada do alho. A procura por essas terras pode levar o camponês a alugar terras de açude localizadas em grandes propriedades. O crescimento demográfico resulta numa maior pressão sobre a terra e determina o aumento dos preços.

A venda de terras entre os camponeses é um fato raro, mas pode ocorrer. Recentemente tem-se verificado até mesmo a venda de *terra de pasto*. Neste caso, a terra geralmente recebe alguma melhoria como o plantio da forrageiras e é cercada, representando a interferência do uso privado no meio da *terra solta*. Ali o pasto é guardado para o período mais seco, enquanto o rebanho de seu proprietário pasta nas terras de uso comunal.

¹⁰¹ - Planta com longos espinhos.

A *terra solta* também é cercada quando nela é construído um açude. A valorização da atividade pecuária, que restringiu o território desses camponeses à medida que causou o cercamento das grandes fazendas que circundam a área, também é responsável pelo fechamento de terras internas a esse território. Delineia-se uma tendência que vai de encontro a elementos básicos da organização desse território. A reprodução da unidade entra em choque com a reprodução da comunidade ao passo que a concepção da terra como uma mercadoria torna-se cada vez mais aceita.

O depoimento de um camponês da área expressa bem todo esse conjunto de mudanças:

Hoje o povo de Ribeira não divide a terra. Não dá para tirar uma tirinha, não paga o trabalho do agrimensor. É gente demais, quando divide já cai na terra do outro. (...) As terras dos ricos estão todas fechadas, a cerca tem 8 arames. Vocês passaram por quantos mata-burros de Cabaceiras até aqui? Terrinha solta só a de pobre, porque o arame é caro.

(depoimento de um camponês de Ribeira)

5.2- A unidade de produção

O camponês pode produzir mercadorias mas o seu principal objetivo é adquirir valores de uso. Ele vende para comprar ⁽¹⁰²⁾. Sua produção visa a subsistência e não o lucro, sendo regulada de acordo com a satisfação de necessidades culturalmente definidas como fundamentais.

A unidade camponesa estabelece sua atividade econômica em moldes não capitalistas. Ela baseia-se no trabalho familiar, constituindo uma unidade doméstica, que é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo.

¹⁰²- OLIVEIRA explica bem a diferença entre a forma simples de circulação das mercadorias e o movimento de circulação do capital, que caracterizam respectivamente a produção camponesa e a produção capitalista. (1986, p. 68)

A unidade de produção é formada pela força de trabalho familiar e os meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), que variam segundo influências de origem histórico-cultural, sócio-econômica e ambiental. Eles são organizados segundo a lógica camponesa, constituindo um sistema de produção.

Entende-se como sistema de produção o arranjo dos diferentes elementos da unidade no espaço e no tempo, incluindo-se aí atividades não-agrícolas como o artesanato. O sistema agrícola tal como definido tradicionalmente pela geografia ⁽¹⁰³⁾, é, portanto, parte integrante do sistema de produção da unidade. Em geral os dois conceitos se confundem porque sob o capitalismo o camponês aparece muito frequentemente apenas como produtor agrícola.

Em Ribeira cabe ao chefe da família, auxiliado por seus filhos homens, a condução das principais atividades da unidade de produção. As mulheres se ocupam dos serviços realizados na casa de morada e arredores. Porém, a mão-de-obra feminina também participa ativamente dos trabalhos da lavoura, sobretudo quando a família conta com poucos filhos homens ou quando a cultura é trabalho-intensiva como é o caso do alho. As crianças trabalham desde pequenas, com cerca de 8 anos, ajudando em tarefas mais leves como a limpa ou a semeadura.

A maior ou menor disponibilidade de mão-de-obra familiar é consequência do ciclo biológico vital da família ⁽¹⁰⁴⁾, que se encontra intimamente vinculado ao quociente consumidor/trabalhador. Quanto mais jovem a unidade doméstica, maior o número de dependentes e maior o esforço exigido dos adultos para assegurar a subsistência do grupo. Por outro lado, quanto maior o número de filhos em idade produtiva, maior a

¹⁰³ - Sistema agrícola ou sistema de cultivo ou sistema de utilização da terra é: "a distribuição espacial e cronológica das espécies de culturas sobre toda a área cultivada, segundo determinados princípios", sendo que sob espécies de culturas ficam entendidas todas as áreas de utilização como florestas, prados naturais, pastos, campos de cultura etc" (LAUR, E. apud WAIBEL, 1979, p. 6); "combinação de culturas e/ou atividades de criação, caça, extração (...) conjunto de plantas cultivadas e dos animais de criação, a ordem dos elementos de produção no interior do espaço compreendido pela exploração (...)" (GEORGE, 1982, p. 105).

¹⁰⁴ - Representado pelo crescimento e declive das unidades familiares. O início deste ciclo é determinado pela formação do par conjugal e o seu desenrolar ocorre com o nascimento e crescimento dos filhos. Um novo ciclo é inaugurado quando os filhos constituem novos núcleos familiares e se desligam da unidade paterna.

disponibilidade de mão-de-obra. A unidade atinge o ápice de sua capacidade produtiva quando todos os seus membros alcançam a idade ativa.

No entanto, pode não haver uma ligação direta entre a renda bruta da unidade e o quociente consumidor/trabalhador, sendo esta relação afetada por outros fatores.

No distrito de Ribeira, a pequena extensão de terra e os poucos recursos disponíveis restringem as possibilidades de evolução da renda bruta da unidade e dificultam a aparição de novas unidades domésticas. A família mantém-se coesa formando grupos familiares extensos, cuja mão-de-obra é subaproveitada.

O aumento da área cultivada permitiria uma melhor utilização do trabalho familiar. Mas o acesso à *terra de lavoura* é particularmente difícil e o preço pago pelo seu aluguel pode alcançar níveis exorbitantes como ocorre com o aluguel de terras de açude para o plantio do alho ⁽¹⁰⁵⁾.

Intensiva em mão-de-obra e realizada em pequenas porções de terra, a horticultura do alho representa uma importante opção para o emprego desta força de trabalho "excedente" nas unidades. No início dos anos 80, alguns migrantes retornaram à área atraídos pela expansão da cultura do alho.

A demanda em mão-de-obra dessa cultura nos períodos críticos chega a ser tal que, além de exigir da força de trabalho familiar extrema dedicação ⁽¹⁰⁶⁾, pode requerer a utilização de uma mão-de-obra complementar. Em certos casos, a solidariedade vicinal manifestada na prática da troca de dias ou na realização do mutirão supre essa necessidade. Porém, com a contínua expansão dos campos de alho, cada família tende a voltar-se para o seu próprio cultivo e a mão-de-obra complementar passa a ser cada vez mais a do trabalhador contratado. O trabalho assalariado é mais difundido na cultura do alho devido ao seu maior valor comercial.

¹⁰⁵ - Apesar de suas poucas posses, as reduzidas oportunidades de trabalho existentes na área o induzem a adotar tal medida.

¹⁰⁶ - Face às dificuldades de reprodução da unidade familiar, o campesinato de Ribeira se submete ao trabalho extremamente penoso do alho. A intensidade do trabalho camponês (ou grau de auto-exploração da sua força de trabalho) resulta de uma avaliação subjetiva da utilidade marginal decrescente de sua produção em relação à satisfação de suas necessidades, chamada de balanço trabalho-consumo. (CHAYANOV, 1974)

O trabalhador contratado pela unidade doméstica para cobrir os períodos críticos do ciclo agrícola não está submetido ao critério capitalista de extração de mais-valia. O trabalho assalariado tem outro significado para a unidade camponesa. Ela contrata mão-de-obra visando ampliar o uso do trabalho familiar durante o resto do ciclo agrícola, possibilitando assim um incremento expressivo da renda bruta ao final deste ciclo (¹⁰⁷).

O uso de novos equipamentos pela unidade doméstica também pode visar a melhor distribuição do trabalho familiar disponível ao longo do ano, resolvendo os momentos de intensidade crítica de atividade. O emprego da moto-bomba na irrigação da cultura do alho é um exemplo disso.

Além dos novos equipamentos de irrigação, a lavoura do alho em Ribeira faz uso de adubos químicos e agrotóxicos em contraste com outras culturas como o roçado, cujas técnicas empregadas se repetem há gerações.

Até a implantação do "projeto do alho" as inovações técnicas chegavam muito timidamente a esses camponeses. A utilização de insumos e máquinas de origem industrial implica uma maior inserção no mercado, o que requer uma maior disponibilidade em renda monetária que aquela proporcionada pela economia predominante na área à época. O impulso tomado pela cultura do alho, um produto comercial de alta rentabilidade, tem possibilitado a utilização desses insumos, especialmente entre os maiores produtores.

5.2.1- O sistema agrícola

Neste item será analisado o sistema agrícola, ou seja, a disposição espacial (morfologia agrária e habitat) e o funcionamento da unidade camponesa a partir de sua produção agrícola. O sistema agrícola predominante na área baseia-se no tripé pecuária, roçado e alho.

¹⁰⁷ - Lenin indevidamente relaciona de forma direta a presença do trabalho assalariado na unidade camponesa com o avanço das relações capitalistas e a dissolução da organização da produção familiar. (LENIN, 1982)

O calendário agrícola da unidade é marcado por dois períodos bem definidos. O *inverno* ou estação das chuvas e o *verão*, período da estiagem. O primeiro vai de meados de fevereiro até fins de junho e corresponde à época de trabalho no roçado. No segundo período, o alho é cultivado e os cuidados com o rebanho aumentam.

A distribuição espacial e cronológica das atividades no interior da exploração resulta na delimitação de diferentes domínios. O uso de cada espaço relaciona-se com o tipo de solo encontrado e com as técnicas agrícolas empregadas. Nas unidades camponesas da área pode-se distinguir três domínios com suas respectivas divisões:

- o domínio da casa de morada e arredores, formado pela casa de morada, o terreiro, os cercados e o campo de palma;
- o domínio da pecuária, que corresponde ao pasto natural, à *terra solta*;
- o domínio da lavoura, que corresponde à *terra boa* e divide-se em balcão, roçado e campo de alho.

Apesar de haver integração entre as atividades desenvolvidas nos três domínios, eles estão submetidos a diferentes regras de apropriação ⁽¹⁰⁸⁾ que opõem o primeiro e o terceiro ao segundo. Os domínios da casa e da lavoura, estando ou não o primeiro em *terra misturada*, encontram-se sob o controle direto da unidade familiar e constituem um "espaço privado". O domínio da pecuária é um "espaço coletivo".

O "espaço privado" pode se apresentar como um todo, estendendo-se de maneira contínua das margens do rio até a base da vertente ou pode aparecer separado em conjuntos distintos. Isso acontece quando a terra solta ou a estrada se interpõe entre a casa de morada e a *terra de lavoura*. (ver perfil I)

1) Domínio da casa de morada:

O domínio da casa de morada geralmente aparece cercado e individualizado no interior da unidade camponesa. Ele localiza-se da meia encosta para o alto, ao abrigo das enchentes do Taperoá. As casas se distribuem de forma dispersa ao longo do vale.

¹⁰⁸ - As diferentes formas de apropriação da terra relacionam-se com o modo como se organizam as comunidades conforme foi visto antes.

As casas são de alvenaria e contam com cinco cômodos em média: uma sala de estar (também usada como dormitório e para o armazenamento de produtos agrícolas); dois quartos; uma cozinha grande ou mais um cômodo para as refeições e o banheiro (comumente situado fora da casa).

A casa é onde a mãe prepara com as filhas os alimentos, é o espaço do consumo familiar por excelência.

O terreiro fica atrás da casa e funciona como sua extensão. Terra nua e constatemente limpa, inclusive pelos animais que aí ciscam, ele separa a casa da *terra de monturo*, onde é depositado o lixo doméstico. É também um espaço feminino, onde são realizados serviços domésticos como a lavagem de louças e panelas e são criadas galinhas. A produção do terreiro visa o consumo doméstico, mas também pode ser comercializada. Neste caso, a renda obtida é administrada pela mãe.

Os cercados ficam próximos da casa para facilitar o trato com os animais. São em geral dois, um que funciona como um pequeno curral para o gado bovino e outro para a *miunça*. Às vezes há um terceiro usado como chiqueiro. Nos cercados ficam as fêmeas paridas, animais doentes ou em fase de engorda. É no cercado que se distribui ração para o gado no período seco, o que possibilita o recolhimento do estrume.

A palma forrageira ⁽¹⁰⁹⁾ é cultivada no *tabuleiro*, solo raso e pedregoso, em *terra de monturo*. O solo é arado e estrumado antes do plantio. A localização do campo de palma no domínio da casa de morada é explicada pela sua boa adaptação a solos ruins, pelo aproveitamento do lixo doméstico como fertilizante e pela proximidade do curral, que fornece o estrume ao mesmo tempo que é abastecido com a palma.

2) Domínio da pecuária:

O gado permanece na capoeira, que constitui o *pasto de inverno*, do início da estação das chuvas até a colheita do roçado. Nesta área é mantido apenas o gado solteiro. Vacas e bezerros ficam em cercados ou capoeiras próximas da casa de morada, sendo alimentados com todo tipo da ração possível.

¹⁰⁹ - Disseminada na área a partir do início do século.

O pasto natural é de má qualidade, resultando numa capacidade de suporte de apenas um animal para cada 12 ou 15 ha. Porém, a lotação média das pastagens na área fica em torno de uma cabeça para 5 ha devido ao emprego de forrageiras na alimentação do rebanho e à prática do superpastoreio ⁽¹¹⁰⁾.

Para sustentar um rebanho de bovinos, que somente em casos excepcionais ultrapassa 10 cabeças, a unidade camponesa lança mão de uma multiplicidade de recursos. Intensifica-se o cultivo de forrageiras como a palma, dos vários tipos de capim ⁽¹¹¹⁾, inclusive o taboca ⁽¹¹²⁾, e do milho nos canteiros de alho. Utiliza-se o restolho do roçado como ração. Os campos de algaroba começam a aparecer timidamente em algumas unidades.

Porém, a forragem produzida pela unidade é insuficiente nos anos secos, fazendo-se necessária a aquisição de ração complementar. Compra-se a torta de algodão ou o "piolho" ⁽¹¹³⁾, uma carga de palma ou de capim. Quando possível, aluga-se pasto. Geralmente os preços são muito altos para as disponibilidades desses camponeses.

Quando terminar a seca, se contar os gastos com ração, já pagou a vaca umas dez vezes. (afirmação de um produtor da área durante a última seca de 1990/94)

Nesse contexto, muitos produtores vão em busca de cactáceas como o xique-xique e o mandacaru, que são dadas ao gado depois de eliminados os espinhos pelo fogo. Outrora, quando a caatinga era mais densa, *cortavam de partida* ⁽¹¹⁴⁾ o xique-xique, a palmatória e a macambira.

Apesar de todo o esforço empreendido, durante as secas é frequente a morte de animais em consequência da fome e da sede. Para evitar a perda total, vende-se umas reses, mesmo que por preços muito baixos, para sustentar o resto do rebanho. Em casos extremos o gado pode ser entregue a outro produtor que se torna, então, um parceiro pago pela meia.

¹¹⁰ - Ou seja, a ocupação do pasto acima de sua capacidade de lotação.

¹¹¹ - Capins elefante, mineirão e sempre verde, introduzidos na área por volta dos anos 60.

¹¹² - Variedade nativa.

¹¹³ - Ração de pior qualidade que a torta, constituída pelo caroço do algodão ainda com restos da fibra.

¹¹⁴ - Grande quantidade cortada de uma só vez.

Predomina o gado zebuado destinado ao corte. Vendem-se aos marchantes os garrotes com cerca de 3 anos e conservam-se as vacas com os bezerros. A produção de leite é pequena, 3 litros/dia/vaca em média, e destina-se principalmente ao consumo interno. Em algumas unidades fabrica-se queijo e emprega-se o soro na alimentação de suínos.

A maior hostilidade do ambiente no Cariri criou mais obstáculos à pecuária de bovinos do que em outras regiões da Paraíba, o que resultou no aumento da importância do rebanho de caprinos e ovinos. O Cariri soma hoje quase 40% dos caprinos e cerca de 30% dos ovinos do estado ⁽¹¹⁵⁾. Estes animais aproveitam melhor a caatinga como pasto do que os bovinos e não necessitam de ração complementar. A EMEPA ⁽¹¹⁶⁾ estima em relação à capacidade de suporte da caatinga uma equivalência de um bovino para oito caprinos.

O trabalho requisitado consiste em um controle semanal do rebanho que é reunido para a contagem, verificação de nascimentos e de doenças. Um produtor pode cuidar de rebanhos de 100 cabeças ou mais.

O caprino é preferido por ser mais resistente à conjuntura de seca, mas os ovinos apresentam algumas vantagens. Eles têm maior aceitação no mercado, maior rendimento por carcaça e pele mais valiosa. Mostram também maior facilidade no trato, permanecendo mais próximos da casa.

A criação de caprinos e ovinos, embora encontrada em todos os tipos de propriedades, está muito ligada à produção camponesa devido a investimentos monetários e aplicações de trabalho incomparavelmente menores que para os bovinos na formação e manutenção do rebanho. Outra característica dessa criação favorável à produção camponesa é o seu menor tempo de gestação e abate.

Além dessas, há a vantagem referente à comercialização. Animal de pequeno porte vendido na feira, ele permite ao produtor receber o dinheiro no ato da transação e enfrentar situações de emergência.

¹¹⁵ - FIBGE, 1991, Pesquisa de pecuária municipal -PB.

¹¹⁶ - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária -PB.

Porém, o aumento da pressão sobre a terra decorrente do crescimento da população e o avanço do processo de cercamento têm limitado a expansão desses rebanhos. O camponês enfrenta ainda o problema do roubo de animais, cada vez mais constante com a ampliação e melhoria da rede rodoviária. "Hoje a miunça está resumida porque está sendo perseguida demais. Antes ela ia comendo até Cabaceiras, mas hoje tem ladrão que leva de carrada." (afirmação de um camponês de Ribeira)

3) Domínio da lavoura:

Além da terra do roçado, constituem o domínio da lavoura as terras situadas nas margens dos açudes e a estreita fímbria de terra ⁽¹¹⁷⁾ que contorna o rio, conhecida localmente pelo nome de *balcão*. A pequena importância do terreno de vazante para a unidade o coloca numa categoria à parte. Ele não é lembrado quando os produtores se referem à *terra boa* ou *terra de lavoura*.

A vazante corresponde ao leito seco do rio. Em algumas unidades ela é cultivada com o feijão, a batata-doce e a melancia e mais raramente com o capim sempre verde. O plantio se dá a partir de maio, quando as chuvas começam a escassear, e a colheita é iniciada três meses depois. As lavouras de vazante destinam-se exclusivamente ao consumo da unidade. Nos anos em que o período chuvoso se alonga, o rio permanece corrente por mais tempo, impedindo a realização de culturas de vazante.

É a proximidade do lençol freático que dá a esse solo aluvial boas condições de umidade e viabiliza seu uso agrícola. A expansão da cultura irrigada do alho desencadeou um maior consumo da água do rio e causou o rebaixamento do lençol freático em prejuízo das lavouras de vazante, que se tornaram menos frequentes.

O *balcão* ou é ocupado pela cultura do alho, ora em retração nesta área, ou é utilizado para o plantio do capineiras.

Apesar da fertilidade do solo do *balcão*, decorrente das cheias periódicas, o seu aproveitamento é limitado pela presença da *grama de burro*. Essa planta possui

¹¹⁷- Dique marginal.

rebrotamento rápido e forma um emaranhado de raízes de difícil remoção, também por conta de sua profundidade (cerca de 50 cm).

A propriedade da moto-bomba permite a irrigação do capim e com isso a expansão do cultivo desta forrageira entre os camponeses produtores de alho. Isso ocorre principalmente entre aqueles em que a pecuária de bovinos vem aumentando de importância no conjunto de suas atividades.

O roçado estende-se em geral por toda a várzea e pedimento ⁽¹¹⁸⁾. A área plantada com o milho e o feijão em cada unidade é em média inferior a 5 ha, variando de acordo com a disponibilidade de terras e o tamanho da família.

O trabalho do roçado inicia-se pela limpeza do terreno. São removidos e queimados em coivara os restos do plantio anterior. Às primeiras chuvas o campo começa a ser preparado com aração feita pelo cultivador -arado puxado por bois- ou por meio de um trator alugado. A semeadura é feita com o uso da enxada. As covas onde são postas as sementes distribuem-se pelo terreno em linhas paralelas. Do plantio até a colheita são realizadas em torno de quatro limpas.

A colheita do milho e do feijão verdes inicia-se 90 dias após o plantio ⁽¹¹⁹⁾. O produto verde continua a ser colhido gradativamente, o feijão em quantidade superior ao milho. A parte que será armazenada é deixada no campo para secar por mais 90 dias. Efetua-se a quebra da haste do milho para evitar o acúmulo de água de chuva nas espigas, o que provocaria seu apodrecimento. O rendimento médio do milho fica em torno de 500 kg/ha. O rendimento do feijão é o mais difícil de ser estimado porque o seu consumo se dá predominantemente de forma gradual, ainda verde.

Desde o início da colheita o restolho vai sendo retirado para a alimentação do gado em volume crescente de acordo com o transcurso da estação seca. Costuma-se deixar a palha do milho e a rama do feijão secando no campo mesmo após a conclusão de toda a colheita. Em alguns casos o restolho é removido todo de uma vez e posto a secar para ser armazenado. De uma forma ou de outra, o fornecimento do restolho é

¹¹⁸ - Solos aluvial e bruno não-cálcico respectivamente, ricos em sais minerais.

¹¹⁹ - É o período dos festejos juninos, quando se preparam vários pratos regionais à base de milho verde como a pamonha, a canjica e o bolo de milho verde.

feito no curral, sendo pouco comum observar-se animais pastando dentro do domínio das lavouras.

O roçado (¹²⁰) é cultivado no mesmo local há pelo menos quatro gerações sem apresentar baixa significativa em seus rendimentos, apesar de não receber qualquer tipo de adubação. A fertilidade desse solo é mantida em parte devido à ação regeneradora do feijão (¹²¹). Vale recordar que o roçado apresenta rendimento variável segundo o fornecimento hídrico proporcionado pelas precipitações.

A produção do roçado destina-se em princípio ao consumo interno, seja como alimento para a família, seja como ração para os animais. Contudo, em certas ocasiões, pode-se recorrer à comercialização de seus excedentes. O consórcio de milho e feijão contou com a presença do algodão mocó (¹²²) até cerca de 20 anos atrás. Em Ribeira a utilização do algodão como planta forrageira era mais importante do que como produção comercial.

A cultura do alho, cuja história na região remonta a quase um século, vem ocupando diferentes níveis do vale ao longo dos tempos. Inicialmente se plantou alho no leito seco do rio. Mais tarde, ainda com a irrigação feita com latas, ele ocupa as terras do balcão, de onde se afasta gradativamente com a utilização da moto-bomba. No balcão o número de canteiros é reduzido, oscilando em torno de 50. Porém, há casos em que eles podem chegar a 200 com base na irrigação com moto-bomba.

Impulsionado pela maior necessidade de espaço decorrente do aumento do número de canteiros a partir de 1979, o alho passa a ocupar a várzea como local de eleição. O espaço do roçado é invadido. Mas essa cultura, além de ser pontual (¹²³), permanece anualmente apenas de 4 a 5 meses nessas terras. A cada 3 anos o alho é

¹²⁰ - Ele é identificado como variante do "sistema de roças" praticado por camponeses em todo o país ao longo de nossa história. A reprodução da fertilidade nesse sistema resulta do pousio prolongado da parcela, 10 anos ou mais, após a sua utilização por cerca de 3 anos consecutivos.

¹²¹ - Como toda leguminosa, ele apresenta a capacidade de fixar ao solo o nitrogênio do ar.

¹²² - O algodão sempre apresentou baixos rendimentos na região.

¹²³ - 800 canteiros ocupam 1 ha e a maioria esmagadora das plantações tem menos que isso.

cultivado numa nova parcela do roçado e seu antigo campo é ocupado pelo milho e o feijão.

O maior consumo das águas do Taperoá trouxe, todavia, a salinização para as terras da várzea. Este fato gerou um novo deslocamento do campo do alho, desta vez para terras arrendadas nas margens de açudes. O campo de alho constitui uma parcela específica da unidade, mas seu caráter itinerante não permite identificá-lo com uma localização precisa. Ele aparece até mesmo em terras arrendadas no interior de outros estabelecimentos.

O primeiro passo da cultura do alho é a preparação do terreno no mês de junho, que consiste na retirada dos restos do roçado na várzea, na eliminação da "grama de burro" com suas raízes do balcão e na broca da capoeira frequentemente encontrada em terras de açudes.

Em seguida é feita a aração do solo, seja por meio de cultivador de tração animal, seja por meio do trator, cujo trabalho pode ou não incluir gradagem.

Uma pessoa trabalhando oito horas diárias constrói em média 50 canteiros de 7 m x 1 m. Eles são feitos com enxada ao longo de cinco etapas: risco, remoção da terra, afofamento, estrumação e novo afofamento com "planeamento". A última etapa procura dar uma melhor distribuição para a água de irrigação no canteiro. O tempo de preparação de um campo para o plantio, mesmo o de dimensões mais alentadas, dificilmente excede uma semana.

Cultura exigente, o alho demanda tanto adubação orgânica quanto química. O estrume é colocado numa proporção de 10 a 12 latas de 20 litros por canteiro, durante a sua construção. A adubação química habitualmente é feita em três etapas: a primeira parte é posta na preparação do canteiro; a segunda após cerca de um mês e meio; e a terceira aos 70 dias. A quantidade é aumentada em 20% quando o plantio se realiza em terras marginais ao rio.

Grande parte dos produtores de alho utiliza estrume obtido de seu próprio gado. As quantidades são em geral insuficientes, não só porque o número de cabeças de gado é pequeno mas também por causa do caráter extensivo do sistema pastoril. Alguns

produtores, ao usar o adubo químico, reduzem ou até mesmo suprimem a aplicação do estrume. O uso exclusivo do adubo químico, muito difundido nas terras de açude, explica-se pelo preço alto que o esterco de curral tem alcançado.

O plantio é feito de preferência em junho, podendo se estender até meados de julho. Em cada canteiro são plantados cerca de 500 pés. O plantio é manual. A quase totalidade das sementes pertence ao produtor, obtida na safra anterior. O alho não é plantado todo de uma vez. Geralmente o plantio é feito em duas etapas com intervalos de 15 dias, podendo-se chegar excepcionalmente a um mês.

A irrigação, inicialmente feita por meio de latas, é realizada hoje, na maioria esmagadora dos casos, com o uso de mangueiras. A água é trazida do açude ou de cacimbas no Taperoá. Na irrigação por latas cada canteiro recebe 120 litros de água por dia (seis latas de 20 litros). É um trabalho penoso que exige grande esforço físico: o agricultor transporta duas latas por viagem, subindo e percorrendo uma distância de 20 a 30 metros entre a cacimba e o canteiro.

A irrigação por mangueira implica o uso de moto-bombas diesel. Um conjunto de irrigação é composto pela moto-bomba, canos plásticos que levam a água até o ponto de conexão de duas mangueiras. Em cada uma delas trabalham duas pessoas, uma para conduzi-la, evitando que estrague os canteiros, e outra para direcionar a água. Deste modo a irrigação de um hectare (800 canteiros) é feita em geral por quatro pessoas. O número de horas de irrigação e sua frequência não se mantêm constantes ao longo do ciclo produtivo, dependendo da etapa em que se encontra a cultura e da variação da evapotranspiração. Em média, um campo de alho de um hectare é irrigado durante quatro horas, uma vez por dia.

Quinze dias após o plantio ocorre a pulverização contra pragas e doenças. Essa operação é repetida semanalmente. O produtor não adota nenhum cuidado especial para se proteger durante as aplicações.

São feitas em média duas limpas nos canteiros de alho. A primeira é realizada cerca de um mês após o plantio, coincidindo com a tarefa de afofamento da terra. Feito manualmente, é um trabalho meticuloso e lento.

Se a mão-de-obra for pouco numerosa e se a plantação tiver sido feita em terras descansadas ⁽¹²⁴⁾, onde o rebrotamento é mais intenso, o trabalho da limpa é praticamente contínuo. Quando os últimos canteiros estiverem prontos, os primeiros já necessitarão novamente do mesmo trabalho.

Um hectare de alho ocupa em média oito trabalhadores durante toda a jornada do plantio até a safra, o que evidencia o seu caráter intensivo de trabalho.

Cerca de 15 dias antes da colheita, efetiva-se o trabalho de remoção da terra da parte superficial da cabeça de alho e sua conseqüente exposição. A colheita é iniciada três meses e meio após o plantio. Este trabalho é, em si, bastante rápido. Mas as fases que se seguem à retirada do alho dos canteiros consomem tempo e mão-de-obra consideráveis. Após colhida, a planta sofre um primeiro tratamento, que consiste na sua limpeza e na remoção da raiz. Em seguida é feita uma classificação com base no tamanho. Os bulbos são separados em três tipos. Uma vez classificadas, as cabeças são agrupadas em molhos de 50 unidades postos a secar na sombra durante um mínimo de três dias para posterior entrançamento. Esta operação, fase final do processo, é a que consome mais tempo e mão-de-obra

Toda a produção é comercializada depois de separadas as sementes. Poucos produtores destinam uma pequena parte de sua produção para o abastecimento da fábrica de massa de alho da ARPA. Em janeiro de 1991 ela se encontrava praticamente desativada.

Quando o produtor não está muito endividado e com a sua produção toda comprometida, ele pode vender o alho gradativamente, na medida de suas necessidades, ou aguardar melhores preços. A fácil conservação do alho depois de curado permite o seu armazenamento durante um ano e o transforma numa espécie de poupança. Mas não se pode esquecer o alto grau de incerteza que tem acompanhado esta atividade.

Num "ano bom" o rendimento médio por hectare fica em torno de 6.000 kg. Caso os preços alcançados se apresentem em níveis satisfatórios, 100 canteiros podem

¹²⁴- Como tem sido o caso dos terrenos dos açudes.

proporcionar um rendimento bruto de cerca de 100 salários mínimos ⁽¹²⁵⁾. Considerando-se a pequena área cultivada (inferior a 0,15 ha), o curto ciclo da cultura (4,5 meses) e o baixo nível de renda que predomina na área, tal cifra é bastante atraente para o produtor de Ribeira mesmo com os elevados custos de produção.

Apesar de não considerarem os custos com mão-de-obra e sementes, as unidades gastam muito com adubos e combustível. Os custos são ainda maiores para aqueles que tomam dinheiro emprestado e arrendam terras de açude.

Em especial nas terras de várzea, os canteiros de alho sofrem aproveitamento subsequente. Os agricultores, realizando uma rotação de culturas, plantam outros produtos no local, como o milho e o pimentão. O milho é o produto mais comumente cultivado. É plantado nos bordos dos canteiros cerca de 15 dias antes da colheita do alho. Sem prejudicar a cultura principal, ele aproveita não só a irrigação mas também o efeito residual do adubo. Uma vez colhido o alho, a irrigação continua, só que com uma frequência de duas vezes por semana. Como o milho destina-se exclusivamente à alimentação dos animais, interessando apenas a massa verde, a planta é cortada com menos de dois meses.

A cultura do pimentão apresenta a vantagem de se estender até a época do novo plantio do alho. A alternância de culturas na parcela de beira-rio se dá num período máximo de três anos. Depois deste prazo, o alho não deverá mais ser plantado porque sofre queda de rendimento. A fase posterior é a ocupação do antigo campo pelo roçado ou pelas capineiras.

O exemplo acima corresponde a uma associação complexa de formas espacial e cronologicamente diferenciadas de rotação de culturas. Podemos identificá-las em duas escalas: a menor, representada pela sucessão anual das culturas no limite do campo de alho, e a maior, pelo deslocamento a cada três anos do campo de alho dentro do roçado. Esta última é uma rotação de culturas que, dado o seu caráter itinerante, lembra o "sistema de roças". A terra descansa do alho, embora continue sendo usada pelo roçado.

¹²⁵ - Valor calculado considerando-se o preço do alho no mês de outubro, início da safra. Esta análise se apóia em dados referentes ao ano de 1985, extraídos de DUQUÉ, 1990, p. 15.

A capacidade do agricultor de se adaptar às adversidades do meio natural, à exiguidade de terras e às mudanças tecnológicas e econômicas é fundamentada num rico conhecimento empírico da natureza. A integração dessas culturas reflete essa condição.

5.2.2- Organização da produção e diferenciação social

Para a maioria do campesinato de Ribeira o alho, cultura comercial, é a principal fonte de renda. Mas, ele pode proporcionar diferentes resultados segundo as condições em que é produzido em cada unidade. A cultura do alho representa hoje na área um dos fatores de diferenciação social mais atuantes.

Classificou-se os produtores de alho de Ribeira em três tipos segundo a área cultivada (¹²⁶). Este critério relaciona-se às condições de produção, ou seja: às diferentes formas de acesso à terra -vale dizer, à água -, se própria, cedida ou arrendada; ao caráter da mão-de-obra, se inteiramente familiar ou com peso considerável do trabalho assalariado; à maior ou menor facilidade de acesso ao crédito: ao tipo de equipamento empregado etc.

-Pequenos produtores de alho:

Cultivam em média de 100 a 150 canteiros, correspondem a mais de metade dos produtores e localizam-se predominantemente nas várzeas do Taperoá. (¹²⁷)

A maioria dos pequenos produtores utiliza as mesmas técnicas de seus pais, inovando apenas pelo emprego da moto-bomba.

A adubação é feita com estrume, o que é facultado pelo menor número de canteiros. Parte do estrume é obtida na própria unidade e parte é comprada.

¹²⁶ - Essa classificação difere daquela apresentada em co-autoria com GRABOIS e SILVA em artigo, anteriormente citado, publicado pela RBG em 1991. Esta última englobava a totalidade dos produtores de alho dos municípios de Cabaceiras e São João do Cariri.

¹²⁷ - Os dados utilizados como referência para a determinação dos valores aqui apresentados são de 1987, ano em que havia uma expectativa otimista entre os produtores em relação à safra. Assim, verifica-se uma tendência de aumento da área plantada e, por isso, uma maior importância dos médios e grandes produtores.

São poucos os que ainda irrigam com latas, estes apresentam geralmente menos de 100 canteiros.

O uso da moto-bomba no lugar da lata permite a ampliação da área cultivada, o que determina o aumento da demanda de mão-de-obra em certas épocas críticas.

Com o motor um homem adulto cuida em média de 100 canteiros, contando com a ajuda de uma criança durante os períodos de irrigação. Utiliza-se mão-de-obra complementar em número variável segundo a fase do ciclo produtivo: preparação dos canteiros, plantio, exposição das cabeças de alho, colheita e beneficiamento.

Uma solução a que recorrem os agricultores para assegurarem a mão-de-obra necessária é a troca de dias entre vizinhos.

Outra alternativa é a organização do cultivo no seio da família extensa com a associação, por exemplo, entre pai e filhos com suas respectivas famílias. Cada família nucleada tem o seu próprio cultivo e nas fases de maior demanda de mão-de-obra o trabalho é coletivo. Há uma continuidade espacial entre os campos de alho, relacionada à propriedade da terra ou ao arrendamento coletivo em terras de açude. Ocorre também o uso comunitário de equipamentos e, por vezes, do financiamento obtido em nome de um deles ⁽¹²⁸⁾.

São tão numerosos esses casos que a realidade pode ficar mascarada com a ampliação do número de médios ou grandes, quando eles são na verdade conjuntos de produtores associados.

Alguns produtores adotam a prática do mutirão nas fases de colheita e beneficiamento, quando é maior a demanda de mão-de-obra. Vizinhos e parentes se unem e trabalham dois ou três dias no plantio de cada um. O ambiente é festivo, ficando por conta do dono da casa a comida -bode ou galinha- e a bebida. Essa forma de trabalho é mais difundida na localidade de Poço Comprido, onde os pequenos produtores são a maioria e há a tradição da realização do mutirão para a construção de casas.

¹²⁸ - Fenômeno explicado pelo fato de ser geralmente o chefe da família, aquele que reúne condições de assumir a responsabilidade do empréstimo perante o banco.

Na fase de beneficiamento a mão-de-obra contratada recebe por milheiro entrançado.

Há também o caso do pequeno produtor que não possui motor e se associa a um outro trocando o uso dos equipamentos de irrigação por trabalho. Ele pega *bigu* ⁽¹²⁹⁾ no motor. É um produtor com poucos recursos, em geral com pouca terra na várzea. Ele estabelece com o proprietário do motor uma relação cuja essência é a contiguidade dos plantios, com o objetivo de aproveitar os equipamentos para os seus próprios canteiros, que raramente ultrapassam o número de 100. Quando o *bigu* ajuda durante todas as fases da cultura ele recebe também um pagamento em dinheiro

-Médios Produtores de alho:

Eles possuem em média 200 a 300 canteiros, podendo chegar a 400. Representam cerca de 40% dos produtores. Distribuem-se de forma equilibrada em terras de açude e de rio.

O cultivo do alho em maior escala geralmente não pode ser bancado com os próprios recursos do produtor, que recorre a diferentes mecanismos de financiamento. Antes da colheita a produção já está toda comprometida. O produtor deve ao banco, ao feirante, ao intermediário etc.

O preço alto do estrume e a dificuldade de obtê-lo em volume satisfatório em sua própria terra explicam o uso quase exclusivo de adubos químicos. Constituindo uma melhor resposta ao Projeto implantado e divorciando-se gradualmente das técnicas mais tradicionais, esta categoria representa um limite, uma transição. Apresenta algumas características encontradas entre os grandes -maior número de canteiros, inserção no sistema creditício, localização também em terras de açude etc.

Como o número de canteiros é maior e os recursos são limitados, o trabalho familiar é em parte complementado pela mão-de-obra do *bigu* em caráter permanente. A mão-de-obra temporária costuma ser obtida através da contratação de um diarista.

¹²⁹ - Termo utilizado regionalmente com o significado de carona.

A prática do mutirão é aqui muito menos importante, sendo mais frequente a troca de dias entre os membros de uma família extensa.

-Grandes Produtores de alho:

Os grandes produtores são aqueles cuja área cultivada fica em torno de um hectare, o que comporta 800 canteiros. Esses produtores representam menos de 10% do total.

Na sua quase totalidade, estão localizados em terras de açude e utilizam amplamente a mão-de-obra do diarista.

O emprego de novas técnicas é bastante difundido entre eles. Isso representa uma maior utilização de insumos de origem externa à unidade de produção e, conseqüentemente, uma maior ligação com o mercado. O uso do crédito bancário é generalizado.

Como a cultura do alho não tem sido capaz de garantir resultados estáveis, o sistema agrícola dominante continua a apresentar-se bastante frágil, com rendimentos muito irregulares. Assim, a unidade doméstica lança mão com frequência de outras atividades para repor suas condições de existência. São adotadas diferentes estratégias segundo a condição sócio-econômica da unidade. Invariavelmente tais estratégias representam uma maior abertura da unidade para seu exterior.

A diferenciação social é aqui tratada como um processo em construção, ligado à forma de organização de cada unidade e às condições de sua reprodução, que por sua vez dependem da disponibilidade dos elementos de produção. A diferenciação social está relacionada ao peso que possui cada atividade na unidade e seu significado, se visando a sua reprodução ou a acumulação.

Encontrou-se uma diversidade de situações, embora não se tenha medido a expressão estatística de cada uma delas. Numa tentativa de classificação, as unidades foram reunidas em três grupos distintos: pobres, “remediadas” e ricas.

As unidades camponesas pobres

Situam-se em propriedades com menos de 10 ha e com uma pequena extensão de *terra de lavoura*. O roçado tem um peso importante para o abastecimento dessas famílias. O rebanho bovino se resume a uma ou duas *vaquinhas de leite* e, às vezes, um boi de serviço.

Possuem um pequeno rebanho de *miunça*, uma *sementinha* com cerca de uma dezena de animais. A *criação* só é consumida em ocasiões especiais. Ela gera um limitado complemento orçamentário empregado em pequenos gastos imprevistos ou na compra de roupas e calçados.

Nem sempre são produtores de alho e quando o são geralmente cultivam pequenos campos, com menos de 100 canteiros. Algumas vezes são tão poucos canteiros que a produção de alho não possui peso significativo no total da renda familiar. A pequena expressão do alho nessas unidades é um dos principais indicadores de sua condição de pobreza.

Esses camponeses em sua maioria não foram beneficiados pelo Projeto e não possuem equipamentos de irrigação próprios. Irrigam os seus canteiros com o uso da lata, ou são os assalariados da cultura do alho e pegam carona no motor do patrão.

Porém, há também aqueles que cultivam maiores campos de alho. Nesse caso o alho é a atividade principal e praticamente exclusiva. Após a colheita, caso os resultados não sejam satisfatórios, o chefe da família parte em geral para o Rio de Janeiro, retornando no ano seguinte quando se iniciam os preparativos desta lavoura.

A unidade busca ocupar a mão-de-obra ociosa em trabalhos externos para compensar seus limitados meios de produção. A migração é sempre uma alternativa, pois a pobreza do município restringe bastante as oportunidades de trabalho na área.

Lugar sem vida, é tudo de um tamanho só, ninguém é maior que o outro. É bom quando tem alguém que bota os outros para trabalhar. (lamento de uma camponesa de Ribeira)

Mas o camponês pobre pode trabalhar para outro camponês, seja porque se trata de uma unidade deficitária em mão-de-obra, seja porque ela apresenta uma melhor

condição econômica e pode contratar um trabalhador para maximizar o uso de seus recursos.

Uma parte desses camponeses segue uma trajetória de contínuo empobrecimento, o que torna a sua estrutura de produção ainda mais frágil. A produção de carvão, desenvolvida tradicionalmente na área durante as conjunturas de seca, torna-se uma prática permanente entre eles.

O cotidiano desses produtores é marcado por uma luta incansável pela sua sobrevivência, mesmo que esta se dê em condições muito precárias, como é o caso na maioria das vezes.

As unidades camponesas “remediadas”

São aquelas capazes de assegurar a sobrevivência da família segundo os padrões locais, sem fartura nem penúria.

O tamanho da terra varia entre 10 e 20 ha. A extensão do roçado é suficiente para o sustento da família. Seus rendimentos apresentam extrema variação segundo a distribuição anual das chuvas. Em "anos bons" o roçado pode produzir excedentes, mas sua comercialização representa uma medida imprudente dada a constante ameaça de escassez que pode se concretizar na safra seguinte.

A criação pode contar com duas ou mais dezenas de cabeças e o rebanho de bovinos com cerca de dez reses. A pecuária de pequeno porte tem aqui utilização semelhante àquela observada entre os camponeses pobres, mas também pode representar uma pequena poupança que é presenteada aos filhos com certa frequência. O gado bovino, mais valioso, constitui um tipo de poupança para o conjunto da família e permanece sob o poder dos pais.

Esses camponeses constituem a grande maioria dos produtores de alho da área. Eles em geral dispõem dos equipamentos de irrigação, que são próprios ou pertencem a algum parente próximo. A cultura do alho é a sua principal atividade, possuem eles campos pequenos ou médios.

Nesse caso, os médios produtores de alho são aqueles que, dispendo de pouca terra, concentram os seus esforços na horticultura, mantendo um sistema de produção pouco diversificado.

No início do Projeto alguns produtores mais ousados contraíram grandes dívidas junto ao banco e tiveram prejuízos. Hoje o produtor é mais cauteloso e o alho, mesmo não apresentando rendimentos estáveis, tem proporcionado melhorias para muitos.

Entre os beneficiários do Projeto encontram-se produtores que passaram de pobres a “remediados”. É muito tênue a linha que separa as unidades pobres de algumas “remediadas”, sendo comum entre elas a mobilidade tanto no sentido ascendente como descendente.

Entre os camponeses remediados estão os pequenos intermediários, os artesãos, os curtidores e os pedreiros. As mulheres podem ter ofícios como os de professora, enfermeira ou costureira. Constituem em geral uma mão-de-obra mais qualificada, o que lhes assegura rendimentos mais estáveis.

Parte dos curtidores da área trabalha para grandes curtumeiros ⁽¹³⁰⁾. Eles conciliam o serviço do curtume com a condição de agricultor. No período da cultura do alho têm reduzido o seu horário de trabalho sem prejuízo para o salário. Chegam a plantar campos de médio porte. O que importa para eles é curtume e o alho, embora cultivem o roçado e possuam alguns animais.

¹³⁰ - Na área existem cerca de 15 curtumes, sendo 10 de caráter artesanal e 5 *indústrias* devido ao maior porte e ao emprego de produtos químicos. São estes últimos que utilizam mão-de-obra contratada.

As unidades camponesas ricas

Constituem uma minoria e ocupam propriedades com cerca 50 ha ou mais. O roçado tem grande extensão, contudo menor importância que para os outros produtores. A miunça pode chegar a uma centena e os bovinos, a várias dezenas.

São grandes ou médios produtores de alho, cuja força de trabalho predominante continua a ser de origem familiar apesar de disporem com frequência de mão-de-obra contratada.

Parte do rendimento obtido com o alho é empregado na atividade pecuária, o que possibilita a expansão do rebanho bovino. Como a safra do alho ocorre durante a estação seca, fase de maior trabalho com o gado, a unidade também pode contratar mão-de-obra eventual para cuidar dos animais.

Essas unidades apresentam um certo equilíbrio entre os elementos de produção de modo que toda a mão-de-obra disponível pode ser aproveitada no âmbito do próprio estabelecimento.

O camponês rico comumente é também comerciante, proprietário de curtume ou possui uma oficina para a produção de artigos em couro (chapéus, cintos e vestimentas de vaqueiro). Ele diversifica as suas atividades como uma forma de prevenção contra circunstâncias adversas, mas não abandona a condição de agricultor.

Quando essas unidades acumulam, elas investem em terra e gado bovino. Estas duas mercadorias se valorizam, a terra pela escassez institucionalizada pela propriedade privada, o gado pelo aumento de seu preço e também de sua quantidade e peso. As duas mercadorias têm mercado seguro. Mas o gado, por ser uma riqueza mobilizável imediatamente ou quase, circula a uma velocidade e em proporções bem maiores que a terra. A pecuária permite, então, uma mais rápida acumulação de riqueza. (GODELIER,1974)

Algumas unidades ricas chegam a possuir um nível econômico igual ou mesmo superior ao de certos empresários do município que conciliam o investimento na agricultura com atividades urbanas. O que os diferencia é o significado de sua produção. O camponês rico procura acumular a partir do trabalho familiar, visando a sua

reprodução "ampliada", ou seja, para garantir que seus filhos possam permanecer camponeses.

Contudo, dentre esses produtores existem aqueles que se encontram numa situação limite entre a condição camponesa e a sua transformação em pequenos capitalistas. Eles possuem curtumes ou oficinas de maior porte e não estão mais envolvidos diretamente no processo produtivo, restringindo-se à função de administrador. Esses camponeses geralmente se identificam com os interesses das elites locais e são seus aliados políticos.

IIIª PARTE: CONCLUSÃO

A história do campesinato sertanejo situado em Ribeira apresenta-se dividida em duas grandes fases caracterizadas por modos de vida e territorialidades distintas.

A primeira se estende do séc. XVIII a fins do séc. XIX e constitui o que denominamos no trabalho de tempo das grandes fazendas. Neste período, a sociedade local apresentava-se menos desigual, empregados e patrões estavam próximos e possuíam modos de vida semelhantes em muitos aspectos. Eram homens sertanejos, que trabalhavam com o gado e viviam num relativo isolamento cultural e econômico. O patrão era o chefe da família patriarcal e os empregados, os seus dependentes.

A fazenda era a unidade social e territorial elementar e os Sertões correspondiam a uma parcela do território capitalista organizada segundo os interesses dos fazendeiros que apresentavam uma territorialidade própria. Os limites das sesmarias eram imprecisos: não havia cercas, apenas a lavoura era cercada. Também não havia distinção precisa entre o espaço social do fazendeiro e de seus trabalhadores. O rebanho era a verdadeira riqueza da fazenda e as terras tinham pouca importância como patrimônio.

Os Sertões representavam uma unidade territorial de nível intermediário que será aqui denominada de território dos fazendeiros.

No tempo das grandes fazendas o controle sobre a população livre passava por um controle territorial. Não se tratava apenas de uma limitação à sua reprodução material através do instituto da sesmaria, que estabelecia um acesso restrito à terra, mas da impossibilidade de se alcançar uma existência social fora do grande domínio. A fazenda era a sede de um conjunto de relações sociais em cuja base se encontrava a relação de agregação. Não se era apenas empregado de uma fazenda, pertencia-se a ela.

A territorialidade do fazendeiro não excluía a existência de um campesinato interno ao grande domínio. Ao contrário, dependia dela. Os camponeses da fazenda (vaqueiros e agregados) realizavam a sua produção de forma integrada e complementar à produção da fazenda e defendiam-na de ameaças externas.

Para eles, a apropriação da terra decorria da condição de agregado da fazenda. Era um acesso permitido, o controle efetivo lhes escapava. A territorialidade desses camponeses foi reprimida pela dos fazendeiros. O espaço social dos primeiros era criado dentro do território alheio.

Somente nos casos em que o vaqueiro conseguia formar o seu próprio rebanho e constituir uma unidade de produção independente da fazenda é que se podia identificar uma manifestação da territorialidade camponesa.

A segunda fase data do final do século passado aos dias atuais. Em fins do séc. XIX o território dos fazendeiros passava por fortes transformações. Na área estudada, este processo apresentou-se de forma diversa daquela assumida na maior parte dos Sertões devido à sua menor intensidade e direção específica tomada. Neste período, o campesinato parcelar começa a ganhar maior expressão espacial em Ribeira, criando o espaço social camponês fora da fazenda.

No Cariri Baixo a pecuária atravessou gerações como a atividade mais importante e a cultura do algodão não registrou o mesmo impulso econômico apresentado em outros segmentos dos Sertões. A decadência do setor pecuário juntamente com o contínuo desmembramento das propriedades e redução dos rebanhos foram responsáveis pelo gradativo empobrecimento de suas fazendas.

Onde a cultura do algodão tornou-se a atividade principal, o distanciamento entre patrão e empregados aumentou. Em Ribeira, ao contrário, a igualdade social permaneceu e foi de certa forma reforçada com o empobrecimento dos fazendeiros e a expansão da categoria dos vaqueiros autônomos. O comércio do couro, uma das principais vias de ascensão social existentes na área, representou um elemento de diferenciação pouco expressivo se comparado ao algodão.

O modo de vida do vaqueiro autônomo é semelhante àquele dos vaqueiros da fazenda. São variações do modo de vida camponês sertanejo.

O vaqueiro autônomo possuía com frequência algum parentesco com os fazendeiros, da mesma forma que os empregados da fazenda podiam ser parentes do

padrão. Apesar de possuir a sua própria terra, esse vaqueiro continua a depender política e socialmente de algum fazendeiro local. Por outro lado, a condição de proprietário não representou uma mudança significativa em relação ao processo de trabalho, que já era marcado pela autonomia e liberdade dentro dos limites da fazenda.

As maiores diferenças entre esses dois modos de vida se referem a dois aspectos. Primeiro, uma inserção sócio-econômica mais favorável devido à anterioridade de sua condição de proprietário sobre a de vaqueiro, o que lhe confere o controle sobre toda a produção resultante do seu trabalho e não apenas a quarta parte. Segundo, a possibilidade de manifestarem a sua territorialidade de forma efetiva e com isso definirem o seu espaço social independentemente dos interesses dos fazendeiros.

O início do séc. XX corresponde a um primeiro momento de transformação territorial em Ribeira. Expande-se o espaço camponês exterior ao grande domínio, desenvolvendo uma convivência pacífica com o espaço da fazenda. Prossegue o hábito do uso comum dos pastos.

Nesta fase, os vaqueiros autônomos já correspondem à categoria predominante. Eles se identificam com os valores dos fazendeiros e possuem com estes laços de parentesco. A estrutura social da família patriarcal permanece forte, tornando-se apenas menos centralizadora.

A manutenção de relações sociais mais igualitárias e a ausência dos elementos que causaram a valorização das terras e a sua transformação em mercadoria nas áreas algodoeiras (importância da atividade agrícola, crescimento dos rebanhos, atração da população de outras áreas etc.) explicam a inexistência de grandes tensões sociais em Ribeira neste período.

Na segunda metade do século atual observa-se uma nova onda de transformações de caráter mais profundo e abrangente que aquela registrada anteriormente. São transformações marcadas pelo processo contraditório de separação/integração ⁽¹³¹⁾ desses camponeses em relação à sociedade local e nacional em vários aspectos.

¹³¹ - Separação dada pela expulsão da terra e/ou exclusão social.

Esse processo resulta da influência de acasos e determinações de origens diversas. Dentre elas se destacam as ações estratégicas do poder constituído e as ações do grupo camponês com vistas a assegurar a sua reprodução. Estas últimas são em geral ações de resistência.

A ação planejada do Estado causa mudanças técnicas na atividade pecuária e o crescimento do plantio de forrageiras em detrimento das lavouras de subsistência. Em Ribeira, ocorre a expulsão dos poucos moradores que haviam sobrevivido ao esvaziamento das fazendas desencadeado pelo processo de empobrecimento que atingiu a área no período anterior.

Grande parte dos fazendeiros continuaram como proprietários rentistas apesar de eliminada a produção não-capitalista do interior da fazenda. Na verdade, houve apenas a sua "modernização" e eles se transformaram em "industriais da seca". O conjunto de políticas agrícolas desenvolvidas pelo Estado visando a concentração de rendas a partir do crédito subsidiado e a formação de um empresariado agrícola regional também assegurou, muito frequentemente, a manutenção desses proprietários rentistas.

A terra valoriza-se como mercadoria e como meio de garantir o acesso aos incentivos governamentais. As cercas avançam delimitando as grandes propriedades. O espaço da acumulação de capital contrapõe-se ao espaço do camponês. O território dos fazendeiros precisa os seus limites interna e externamente.

Verifica-se a radicalização da tendência, que vinha ocorrendo desde o início do século, de separação entre os espaços do camponês e do latifundiário. O espaço da produção e reprodução camponesas é delimitado pelo cercamento das fazendas que o circundam. O território camponês consolida-se em oposição à nova territorialidade dos fazendeiros.

Alguns elementos do antigo território dos fazendeiros são conservados e redefinidos. Mantém-se o uso comum dos pastos e o cercamento das lavouras, além do livre acesso à terra para aqueles que pertencem ao grupo. A principal diferença entre esses dois territórios consiste na forma como se dá a apropriação da terra, que passa a

ser mediada por uma territorialidade desejada, definida pela própria comunidade. A terra não se acha sob o domínio de terceiros.

As relações de parentesco e de vizinhança fundamentam a unidade do território camponês e determinam a diferenciação entre os membros do grupo e os de fora. Os grupos de vizinhança e as comunidades constituem os seus núcleos de sociabilidade.

As diferentes formas de apropriação da terra observadas no território camponês, a propriedade indivisa ou a privada, relacionam-se com a sua utilização no processo produtivo. Para a comunidade, antes de constituir uma mercadoria, a terra representa a base material de seu modo de vida, ou seja, terra de trabalho. A existência da *terra misturada* também é explicada a partir dessa perspectiva.

Os camponeses ricos geralmente investem na compra de terras e costumam cercar porções da *terra de pasto*, quando estas receberam melhorias como o plantio de pastagens e capineiras ou a construção de um açude. A compra de terras pode representar uma forma de garantir aos descendentes a possibilidade de uma existência camponesa. Por outro lado, o cercamento pode ser explicado pelo fato de ocorrer em terras que foram trabalhadas e que, por isso, apesar de se encontrarem no domínio da *terra solta*, assemelham-se às *terras de lavoura*. Essas ações, mesmo encontrando respaldo na própria territorialidade camponesa, insinuam a tendência à implosão do território camponês à medida que a reprodução da unidade doméstica passa a entrar em choque com a reprodução da comunidade.

Em Ribeira, a territorialidade camponesa é circunscrita pelo estatuto da propriedade privada, pedra fundamental da territorialidade capitalista. Para todos os efeitos, aos olhos do poder instituído, o acesso desses camponeses à terra é assegurado por sua condição de proprietários privados. Os limites de suas propriedades delimitam o seu território.

Enquanto a territorialidade capitalista tende a recortar todo o espaço, interferindo inclusive nos territórios que lhe são contraditórios, a territorialidade dos camponeses restringe-se à área de influência direta destes atores. O território definido a partir do

grupo estudado resulta de um jogo entre as territorialidades capitalista e camponesa, a primeira alcança a determinação de seus limites enquanto a segunda dá o seu conteúdo.

Ligados às transformações acima referidas, o empobrecimento do campesinato parcelar e o seu processo de diferenciação interna são intensificados. O camponês torna-se mais distante social, econômica e culturalmente da classe dos fazendeiros. Os laços de parentesco entre fazendeiros e camponeses restam como uma referência remota. Foram esquecidas as relações de compromisso e solidariedade vinculadas ao parentesco e presentes nas dimensões econômica e social do cotidiano.

Esse campesinato vai tendo o seu sistema de produção debilitado de diversas maneiras e a sua reprodução se dá de forma cada vez mais difícil. Ele se vê obrigado a diversificar as suas atividades e uma de suas opções é a realização de trabalhos acessórios nas fazendas, desempenhando as tarefas dos antigos moradores. Em casos extremos ele migra para as grandes cidades, o que pode se transformar numa prática recorrente.

O camponês migrante experimenta a condição de proletário na cidade grande e isto muda a sua visão de mundo. Tal processo abrange desde a vivência da condição de trabalhador que se sujeita a um patrão, até, por outro lado, a descoberta da greve e dos movimentos sociais. Na cidade o indivíduo é mais um em meio à multidão, um "joão-ninguém" que não tem a quem recorrer. Tais fatos se contrapõem ao modo de vida camponês sertanejo, marcado pela autonomia do trabalhador e pela existência de uma rede de solidariedade firmada entre parentes e vizinhos. O contato com outras realidades redimensiona a sua mentalidade, tanto pela constatação das dificuldades e violências que cercam a vida urbana, o que implica a valorização do modo de vida camponês, como pela descoberta de novas formas de resistir.

O avanço do padrão de acumulação do bloco hegemônico estimulado pelo Estado e o esvaziamento das fazendas dele decorrente comprometeram a dominação de base territorial que havia e, de certa forma, emanciparam politicamente o campesinato

expulso das fazendas. Paradoxalmente, o Estado agiu com o intuito de ampliar a sua capacidade de dominação a partir da imposição das relações de produção capitalistas.

O coronel não detém mais o monopólio do poder político, o que levou o Estado a atuar visando a sua legitimação. O Estado criou projetos de desenvolvimento social, realizando sua implantação através de uma rede de agências locais. As estratégias de dominação tornam-se mais complexas.

Em Ribeira a ação do poder central se deu através da implantação do "projeto do alho", que contou com a colaboração de representantes dos poderes local e estadual. Mobilizou-se uma diversidade de instituições, o que ocorreu de forma conflituosa devido às divergências de interesse observadas entre as três esferas de poder.

Outras dificuldades resultaram da adoção do tripé do planejamento dirigista (crédito rural subsidiado, assistência técnica e cooperativismo) para impor mudanças no padrão técnico ao mesmo tempo em que se realizava um planejamento participativo que reforçou o poder da associação camponesa existente. Apesar de suas limitações, a ARPA mostrou-se bastante atuante ao longo dos anos 80.

O Estado alcança o objetivo de garantir a sua legitimação, mas isto se dá às custas de um comprometimento ainda maior da estrutura de poder local. Ao mesmo tempo em que o planejamento participativo impôs uma visão legalista da ação política e vinculou a prática associativista à luta pela obtenção de recursos oficiais, constituiu-se em mais um elemento de transformação da estrutura de dominação. O planejamento participativo permitiu ao campesinato vislumbrar, ao menos em parte, a força política que detém e estimulou o aparecimento de outras associações.

O projeto do alho ampliou as possibilidades de sobrevivência do campesinato de Ribeira e representou sua maior inserção na economia regional e na sociedade de consumo.

O resultado do projeto não pode ser avaliado apenas pelo volume da produção de alho, que aumentou de forma significativa, apesar de restringir-se ao abastecimento da camada mais pobre da população regional.

A reprodução do grupo parece se verificar num melhor nível. Eles agora têm acesso a bens como rádio, fogão a gás, bicicleta, televisão e motocicleta. Porém, a maior inserção na sociedade de consumo representa uma crescente integração ao conjunto de valores das classes dominantes.

Ao afetar o cotidiano camponês, a maior integração à sociedade global vai aos poucos alterando a forma particular de se reproduzir do grupo, o que pode levar a uma alteração de seu território por dentro, ao modificar sua territorialidade desejada.

A reprodução dos camponeses de Ribeira recebe novo ímpeto a partir de sua maior inserção na economia e sociedade global, ao mesmo tempo em que esse processo causa mudanças em seu modo de vida que, a longo prazo, podem comprometer a sua própria reprodução social.

É o fragmento que vai sendo capturado e reincorporado no nível do cotidiano, embora continue a representar uma ruptura no que diz respeito às relações estruturais que tentam se reproduzir e constituir um sistema.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, C. de (1960). *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2 ed, Rio de Janeiro, Livraria Briguiet.
- AGUIAR, M. de J. e COHEN, M. (1987). *Práticas agro-pastoris e dinâmica dos ecossistemas*, relatório de pesquisa. Campina Grande, mimeo.
- ALMEIDA, A. W. e ESTERCI, N. (1977). *Terras soltas e avanço da cerca: sobre o cercamento das pastagens comunais no Sertão Cearense*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo. (Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste)
- ALMEIDA, A. P. de (sem data). *Velhos troncos de Cabaceiras e o povoamento do vale do Taperoá*. João Pessoa, Gráfica Universal.
- ALMEIDA, H. (1978). *História da Paraíba*. João Pessoa, Ed. Universitária UFPB.
- ANDRADE, G. O. de (1959). *Os rios do açúcar do nordeste oriental. III - O rio paraíba do norte*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco, Imprensa Oficial.
- BARBOSA, E. de R. M. e SPINELLI, L. C. L. M. (1984). *Avaliação ex-post do projeto agrícola do alho - distrito de Ribeira - Cabaceiras - PB*. João Pessoa, mimeo.
- BROEK, J. O. M. (1972), *Iniciação ao estudo de geografia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BURSZTYN, M. (1985). *O poder dos donos*. 2 ed., Petrópolis, Vozes.
- CÂNDIDO, A. (1964). *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- CAPEL, H. (1981). *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona, Barcanova.
- CASTRO, R. P. (1986). “O Estado face ao subdesenvolvimento do Cariri Paraibano: o caso da política de reflorestamento”, in *Ciência e cultura*. São Paulo, SBPC, 38(2): 240-249.
- CHAYANOV, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

- CLEMENTE, M. E. R. (1990). *Roçado e alho: reprodução familiar dos pequenos produtores de Ribeira*, dissertação de mestrado. Campina Grande, UFPB - Mestrado em Sociologia Rural, mimeo.
- CORREIA DE ANDRADE, M. (1959). “Evolução e características da pecuária nordestina”, in *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*. Recife, número 8 (jan/dez) pp. 39-63.
- _____ (1979). *O processo de ocupação do espaço regional do nordeste*. 2 ed, Recife, SUDENE- Coord. Planej. Regional.
- _____ (1980). *A terra e o homem no Nordeste*. 4 ed, São Paulo, Liv. Editora Ciências Humanas.
- CUNHA, E. da (1923). *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- DOMINGUES, O. (1961). *O gado nos trópicos*. Rio de Janeiro, Instituto de Zootecnia. (série monografias nº 4, Projeto ETA nº 27)
- DUQUÊ, G. (1986). “A dinâmica da sociedade rural e a pequena produção no Cariri Paraibano - o caso de Serra Branca”, in *Ciência e cultura*. São Paulo, SBPC, 38(1): 4-18.
- _____ (1990). *Os pequenos produtores "integrados" na procura de sua viabilidade: o caso de um grupo de produtores de alho na Paraíba*. Caxambu, mimeo. (XIV Encontro Anual da ANPOCS)
- DURHAN, E. R. (1973). *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva. (série debates)
- FEBVRE, L. (1954). “A terra e a evolução humana”, in *Panorama da geografia*. Lisboa, Ed. Cosmos, livro 3.
- FERRAZ DE S, M. A. (1974). *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife, PIMES.
- FIGUEIREDO GOMES, M. A. (1980). “Os Cariris Velhos: condicionantes climáticos”, in *Vegetália, documentos e escritos*. São José do Rio Preto, IBILCE-UNESP, nº 13.
- FUNDAÇÃO IBGE (1988). *Produção agrícola Municipal - PB*.
- _____ (1989). *Produção agrícola Municipal - PB*.

- _____ (1990). *Produção agrícola Municipal - PB*.
- _____ (1991). *Produção agrícola Municipal - PB*.
- _____ (1991). *Pesquisa pecuária municipal - PB*.
- _____ (1991). *Sinopse preliminar do censo demográfico - PB*.
- _____ (1992). *Anuário estatístico do Brasil*.
- FURTADO, C. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura.
- _____ (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura.
- GARCIA, A. (1983). *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e terra.
- GEORGE, P. (1955). “Introdução ao estudo geográfico da população do mundo”, in *Panorama da geografia*. Lisboa, Ed. Cosmos, livro 4.
- _____. (1982). *Geografia rural*, São Paulo, Difel.
- GODELIER, M. (1974). “Anthropologie et économie. Une anthropologie économique est-elle possible?”, in *Un domaine contesté: l'anthropologie économique*. Paris, Mouton.
- _____ (1975). *Racionalidad e irracionalidad en economía*. 5 ed., México, Siglo Veintiuno Editores.
- GOULART, J. A. (1965). *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro, Edições GRD, v. 1 e 2.
- GRABOIS, J. e AGUIAR, M. J. N. (1980). “Os sistemas agrícolas tradicionais e os elementos de modernização no Sertão Ocidental da Paraíba”, in *Inter-facies*. São José do Rio Preto, UNESP, nº 22.
- _____ (1985). “O Cariri Paraibano: um estudo de geografia agrária regional - primeira aproximação”, in *Ciência e cultura*. São Paulo, SBPC, 37(12): 1965-1986.
- GRABOIS, J., MARQUES, M. I. e SILVA, M. J. (1991). “A organização do espaço no baixo vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança”, in *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 53(4): 81-114 out/dez.

- HEREDIA, B. M. A. de (1988). *Formas de dominação e espaço social da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo/ Brasília, Marco Zero/ MCT-CNPq.
- JATOBÁ, J. (1983). *Emprego no Nordeste, 1950-1980: modernização e heterogeneidade*. Recife, SUDENE/ Massangana.
- JOFFILY, I. (1892). *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio.
- KOSTER, H. (1978). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2 ed, Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco.
- LEAL, V. N. (1986). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5 ed, São Paulo, Alfa-Omega.
- LEFEBVRE, H. (1976). *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona, Ed. Península.
- _____ (1977). “Estrutura social: a reprodução das relações sociais”, in *Sociologia e sociedade*/ MARTINS e FORACCHI (org.). Rio de Janeiro, Livros Técnicos e científicos.
- _____ (1981). “Problemas de sociologia rural”, in *Introdução crítica à sociologia rural*/ José de Souza Martins (org.). São Paulo, HUCITEC.
- LENIN, V. I. (1982). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril cultural.
- LOPES DE ANDRADE, J. (1948). *Introdução à sociologia das secas*. Rio de Janeiro, A noite.
- LOVISOLO, H. R. (1989). *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- MACHADO, E. P. (1987). *Poder e participação política no campo*. São Paulo, CERIFA Ed.
- MACHADO, M. L. (1912). *História da província da Parahyba*. Paraíba, Imprensa Oficial.
- MAIER, J. et alii (1987). *Geografia social*. Madrid, Ed. Rialp.

- MARTINE, G. (1989). *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília, IPLAN/IPEA, mimeo.
- MARTINS, J. de S. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira.
- _____ (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes.
- MARX, K. (1986). *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1987), *Ideologia Alemã I (Feuerbach)*. 6 ed., São Paulo, HUCITEC.
- _____ (1988). *O capital*. 3 ed., São Paulo, Nova Cultural, v. V, livro III.
- MENEZES, D. (1970). *O outro nordeste*. 2 ed., Rio de Janeiro, Artenova Ltda.
- MIGLIORINI, E. (1950). “A geografia agrária no quadro da ciência geográfica”, in *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, nº 93 (dez), pp. 1072-1091.
- MONBEIG, P. (1949). “Geografia e folclore”, in *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro, CNG/IBGE, ano 6, nº 70, pp. 1145-1147.
- MOURA, M. (1986). *Camponeses*. São Paulo, Ática. (série princípios n. 52)
- _____ (1988). *Os deserdados da terra*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Bertrand.
- OLIVEIRA, A. U. de (1980). “A questão agrária”, in *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro, AGB.
- _____ (1981). “Agricultura e indústria no Brasil”, in *Boletim paulista de geografia*, São Paulo, AGB, nº 58 (set).
- _____ (1986). *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Ática. (série princípios nº 68)
- _____ (1988). *A geografia das lutas no campo*. São Paulo, Contexto/Edusp.
- _____ (1992). *A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo, Dep. Geografia - FFLCH/ USP, mimeo.
- OLIVEIRA, F. (1981). *Elegia para uma re(li)gião*. 3ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- PALMEIRA, M. (1989). *Modernização, Estado e questão agrária*. Rio de Janeiro, mimeo.
- PERNAMBUCANO DE MELLO, F. (1979). “O ciclo do gado no nordeste do Brasil: uma cultura da violência”, in *Ciência e Trópico*. Recife, 7(2):263-306 jul/dez.
- PRADO Jr., C. (1948). *Formação do Brasil contemporâneo*. 3 ed, São Paulo, Brasiliense.
- _____ (1986). *História econômica do Brasil*. 34 ed., São Paulo, Brasiliense.
- QUEIROZ, M. I. P. de (1973). *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- _____ (1977). “Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, USP, n. 19, pp. 55-78.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- SACK, R. D. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SEABRA, M. F. G. (1984). “Geografia(s)?”, in *Orientação*. São Paulo, Instituto de Geografia - USP, nº 5, pp. 9-17.
- SILVA, M. M. da e ANDRADE-LIMA, D. M. de (1982). *Sertão Norte: área do sistema gado-algodão*. Recife, SUDENE- Coord. Planej. Regional.
- SHANIN, T. (1979). *Peasant and peasant societies*. London, Peguin.
- _____ (1983) *La clase incómoda*. Madrid, Alianza Editorial.
- SOARES, R. M. (1968). *Aspectos Sociológicos da pecuária nordestina*. Recife, UFPE- Imprensa Universitária.
- SORRE, M. (1984). *Max Sorre: geografia/* Januário Francisco Megale (org.). São Paulo, Ática. (coleção grandes cientistas sociais)
- VALVERDE, O. (1985). “A geografia da pecuária no Brasil”, in *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis, Vozes.

- VIDAL DE LA BLACHE, P. (1902). “Les conditions géographiques des faits sociaux”, in *Annales de Géographie*, vol. XI, pp. 13-23.
- _____ (1911). “Les genres de vie dans la géographie humaine, 1er e 2e article”, in *Annales de Géographie*, vol. XX, pp. 193-212 e pp. 289-304.
- _____ (1954). *Princípios de Geografia Humana*. 2ed., Lisboa, Edições Cosmos.
- WAIBEL, L. (1979). *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro, IBGE.
- WORTMANN, E. F. (1981). *Sitiantes e roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização*, dissertação de mestrado. Brasília, UNB, mimeo.